

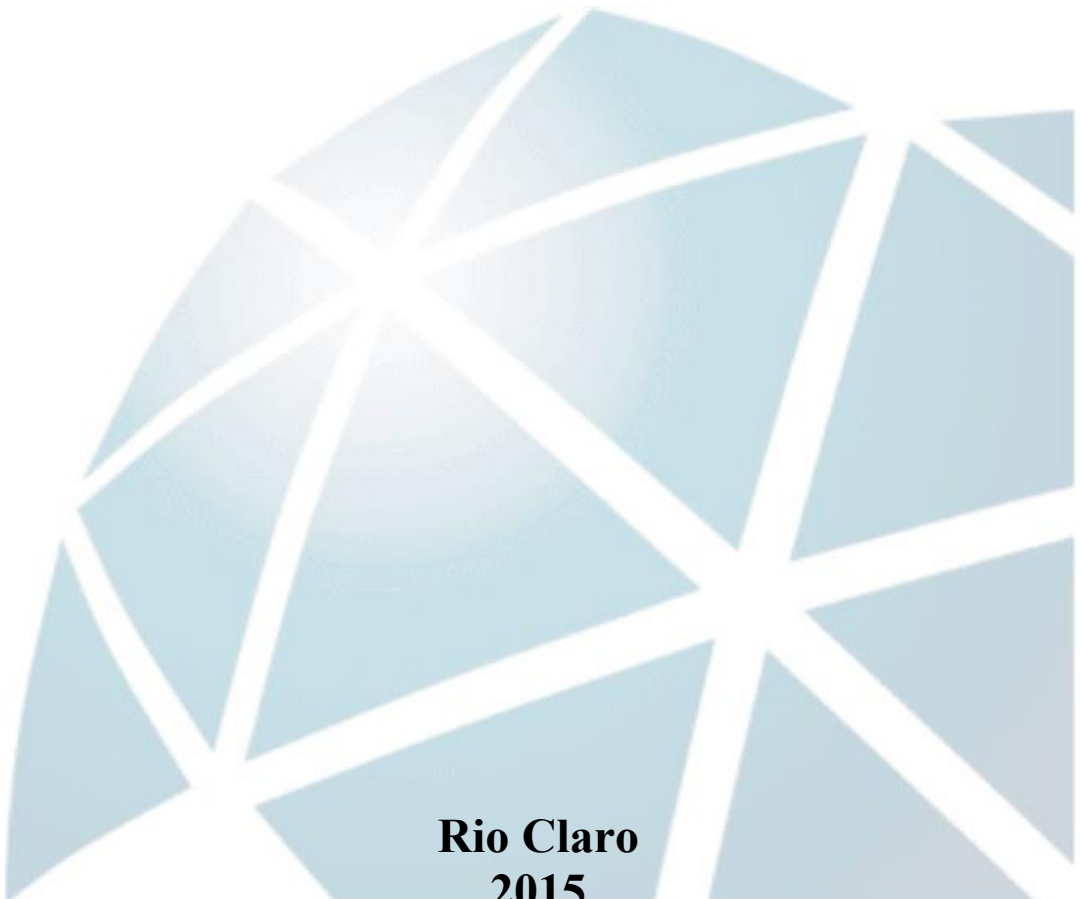
---

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

---

**WAGNER FEITOSA AVELINO**

O COTIDIANO ESCOLAR NA REVISTA  
BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS  
(1984-2014)



**Rio Claro  
2015**

WAGNER FEITOSA AVELINO

O COTIDIANO ESCOLAR NA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS  
PEDAGÓGICOS (1984-2014)

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leila Maria Ferreira Salles

Dissertação apresentada ao Instituto de  
Biociências, Universidade Estadual  
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Campus de Rio Claro, como parte dos  
requisitos para obtenção do título de  
Mestre em Educação.

Rio Claro  
2015

370 Avelino, Wagner Feitosa  
A948c O cotidiano escolar na Revista Brasileira de Estudos  
Pedagógicos (1984-2014) / Wagner Feitosa Avelino. - Rio  
Claro, 2015  
174 f. : il., gráfs., quadros, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,  
Instituto de Biociências de Rio Claro  
Orientadora: Leila Maria Ferreira Salles

1. Educação. 2. Periódico. 3. Artigos. 4. Pesquisa  
documental. 5. Abordagem quantitativa/qualitativa. I. Título.



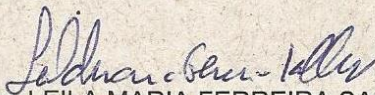
**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO:** O Cotidiano escolar na revista brasileira de estudos pedagógicos (1984-2014)

**AUTOR:** WAGNER FEITOSA AVELINO

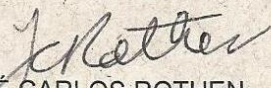
**ORIENTADORA:** Profa. Dra. LEILA MARIA FERREIRA SALLES

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO , pela Comissão Examinadora:



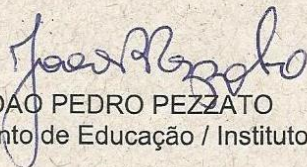
Profa. Dra. LEILA MARIA FERREIRA SALLES

Departamento de Educação / Instituto de Biociências de Rio Claro



Prof. Dr. JOSÉ CARLOS ROTHEN

Departamento de Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar - Universidade Federal de São Carlos



Prof. Dr. JOÃO PEDRO PEZZATO

Departamento de Educação / Instituto de Biociências de Rio Claro

Data da realização: 03 de setembro de 2015.



*Dedico...*

*A minha esposa Flavia e aos meus filhos Brenda e Samuel, minha  
eterna fonte de amor e incentivo;  
Aos meus pais Manoel e Iracema por sonharem com esse momento.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Eterno de Israel por ter me dado força e intrepidez. Agradeço incondicionalmente à minha família pelo apoio maciço na minha trajetória, especialmente à minha esposa Flávia e aos meus filhos Brenda e Samuel, que entenderam a distância em muitos momentos em que estive concentrado nas longas leituras e na dissertação deste trabalho. Mesmo distantes, agradeço aos meus pais Manoel e Iracema, por me apoiarem em todos os projetos de meu coração. Gostaria de agradecer minha orientadora, a professora Leila Maria Ferreira Salles, pelas inúmeras dicas, apoio, paciência, amizade, e pelo profundo conhecimento acadêmico me ajudando nessa labuta, além de acreditar em mim e compartilhar as discussões e pensamentos. Aos professores e pesquisadores, José Carlos Rothen e João Pedro Pezzato, por terem aceitado participar da minha banca examinadora, pela atenção e contribuições dedicadas a este trabalho. Agradeço a todos os professores do Colégio Exitus Objetivo de Santa Bárbara D'oeste - SP e dos professores da Escola Estadual Profª. Maria do Carmo Augusti da Diretoria de Ensino de Americana - SP que tiveram inúmeras contribuições de suma importância para a redação do texto e me apoiaram incansavelmente nas lutas e angústias. A Secretaria Estadual de Educação, pelo apoio financeiro. Espero que todos que contribuíram para conclusão de mais esta etapa em minha vida, mesmo que não foram aqui mencionados diretamente e que nem por este motivo deixaram de ser importantes nessa labuta, sintam-se agradecidos e homenageados com essas palavras.

“O cotidiano é o “mundo da vida” que se produz e se reproduz dialeticamente, num eterno movimento...”.  
(HELLER, 1977, p. 7)

## RESUMO

Essa é uma pesquisa documental, que tem por objetivo a análise dos enfoques sobre o cotidiano escolar no Brasil, apresentados por autores em um período de 30 anos, por meio das publicações divulgadas pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Para tanto, fez-se o levantamento de todos os artigos referentes à temática, no periódico entre os anos de 1984-2014, sendo assim, examinados desde o volume 65, número 149, de maio/agosto de 1984, ao volume 95 número 240, maio/agosto de 2014. Foram selecionados os artigos em que seu título/subtítulo, resumo e palavras-chave faziam referência ao cotidiano escolar ou continham palavras ou expressões como escola ou escolar. No total, identificou-se 70 artigos nas seções “Notas de Pesquisa” e “Estudos” detectados pelos temas, ênfases e padrões, presentes no conjunto das produções. A partir do exame dos artigos, permitiu-se uma análise de cunho quantitativo e qualitativo. Com a abordagem quantitativa, detectou que há fortes tendências da temática no primeiro decênio da pesquisa, em torno do Ensino Fundamental voltado para o processo de ensino-aprendizagem. Os textos foram escritos em sua maioria por mulheres com relatos voltados aos docentes em sala de aula. A partir da análise quantitativa, criou-se 06 categorias intituladas por Organização e Funcionamento Escolar; Métodos de Ensino; Professores; Alunos; Aspectos sócio-políticos e Metodologia do Estudo do Cotidiano Escolar em uma perspectiva qualitativa, considerando os autores escolares, a problemática investigada, os principais resultados e as considerações dos autores. Como resultado qualitativo percebeu-se que: as construções de normas ajudam a lidar com os conflitos existentes; as práticas pedagógicas melhoram no processo de ensino e aprendizagem; a utilização de tecnologias como ferramentas somadas ao livro didático fazem parte desse cotidiano; as influências extras escolares interferem no desempenho de alunos e professores; o planejamento, o currículo e a formação de professores também contribuem para o processo de ensino e aprendizagem; por fim, existe um desconhecimento por parte da sociedade contemporânea sobre o cotidiano escolar. Concluiu-se que ocorreram similaridades e convergências entre as produções, remetendo a ideia de cotidianos, por autores de várias instituições de ensino no país.

**Palavras-chave:** artigos, cotidiano escolar, periódicos, pesquisa documental.



## ABSTRACT

This is a documentary research study, which aims to analyze the approaches presented by several authors, published by the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP / MEC (Journal of Pedagogical Studies of the National Institute of Educational Studies and Research Teixeira) on the school routine in Brazil, over a period of 30 years. There was a survey of all articles concerning the subject journals between the years 1984-2014. They were analyzed and examined from the volume 65, number 149, May / August 1984 to 95 number 240, May / August 2014. Articles were selected according to their title / subtitle, abstract and keywords that made any reference to the school routine or contained words or phrases such as “school”. A total of 70 articles were identified in the "Research Notes" and "Studies" detected by themes, emphases and standards, in the set of these productions. First, by examining the articles, an analysis of the quantitative and qualitative nature was conducted. Within the quantitative approach, we found that there are strong thematic trends in the first decade of research around the elementary school for teaching-learning processes. The texts were written mostly by women, with the focus on teachers in the classroom. From the quantitative analysis, six categories were created entitled: Organization and School Operation; Teaching methods; Teachers; Students; Socio-political aspects and School Routine’s Methodology. In a qualitative perspective, considering the school authors that investigated the issue, the main results and considerations of the authors. As qualitative result it was observed that : the construction of standards help to deal with the conflicts ; improve pedagogical practices in teaching and learning; the use of technologies as tools added to the textbook are part of everyday life ; school extras influences interfere with the performance of students and teachers ; planning, curriculum and teacher training also contribute to the process of teaching and learning; Finally , there is ignorance on the part of contemporary society on the school routine. It was concluded that there is an existence of similarities and convergences between the productions, referring the idea of “routines”, in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Journal of Pedagogical Studies), presented by the authors from various educational institutions in the country.

**Keywords:** articles, school routine, periodic, documentary research.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ANDES: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
ANEB: Avaliação Nacional da Educação Básica  
ANFOPE: Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação  
ANPAE: Associação Nacional de Política e Administração da Educação  
ANPED: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação  
ANRESC: Avaliação Nacional do Rendimento Escolar  
APM: Associação de Pais e Mestres  
SAEB: O Sistema de Avaliação da Educação Básica  
CAE: Conselho de Alimentação Escolar  
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CBPE: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais  
CIBEC: Centro de Informação e Biblioteca em Educação  
C.E: Conselho Escolar  
CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente  
E.J.A: Educação de Jovens e Adultos  
E.F: Ensino Fundamental  
E.M: Ensino Médio  
FDE: Fundação para o Desenvolvimento da Educação  
FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FORUMDIR: O Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros de Educação  
FGV: Fundação Getúlio Vargas  
IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano  
IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano do Município  
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INEP: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira  
LDB: Lei de Diretrizes e Bases  
MP: Medida Provisória  
MEC: Ministério da Educação  
ONU: Organização das Nações Unidas  
PL: Projeto de Lei

PPP: Projeto Político Pedagógico

PCNs: Parâmetros Curriculares Nacionais

RBEP: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos

R.I: Regimento Interno

SEDIAE: Secretaria de Avaliação e Informação Educacional

SAEB: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

U.E: Unidade Escolar

UNDIME: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e a Cultura.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01:</b> Produções do cotidiano escolar nas seções da Seções da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos .....	79
<b>Gráfico 02:</b> Produção da RBEP por decênio, referente à temática do cotidiano escolar entre 1984 a 2014 .....	81
<b>Gráfico 03:</b> Distribuição de publicações por gênero .....	82
<b>Gráfico 04:</b> Feminização do Magistério .....	82

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 01:</b> Produções sobre o cotidiano escolar por regiões geográficas .....	87
<b>Mapa 02:</b> Produções sobre o cotidiano escolar por Unidade Federativa .....	89



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01:</b> Seções não agregadas à pesquisa .....	29
<b>Quadro 02:</b> As seções que compunham a RBEP nº v. 1, n. 1 julho de 1944 .....	73
<b>Quadro 03:</b> Seções que compõem a RBEP nº v. 95, n. 240, maio/agosto de 2014 .....	74
<b>Quadro 04:</b> Identificação dos artigos através dos critérios de seleção na Revista .....	77
<b>Quadro 05:</b> Edições que não continham produções ligadas à temática do cotidiano escolar .....	77
<b>Quadro 06:</b> Distribuição dos artigos por seções da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos .....	78
<b>Quadro 07:</b> Distribuição dos artigos referentes ao cotidiano escolar por ano de publicação .....	79
<b>Quadro 08:</b> Distribuição dos artigos publicados sobre cotidiano escolar em função de Décênios .....	80
<b>Quadro 09:</b> Autores que mais produziram sobre o cotidiano escolar na RBEP .....	83
<b>Quadro 10:</b> Distribuição dos autores segundo sua afiliação institucional .....	84
<b>Quadro 11:</b> Distribuição dos artigos sobre o cotidiano escolar segundo as instituições dos autores vinculados .....	86
<b>Quadro 12:</b> Distribuição das produções sobre cotidiano escolar por regiões geográficas do Brasil .....	87
<b>Quadro 13:</b> Distribuição das produções sobre cotidiano escolar por estados do Brasil ..	88
<b>Quadro 14:</b> Distribuição dos artigos conforme o tipo de pesquisa .....	90
<b>Quadro 15:</b> Referencial dos artigos segundo a nacionalidade e vínculo acadêmico dos teóricos .....	90
<b>Quadro 16:</b> Distribuição dos artigos por níveis de ensino, em estudos no período .....	92
<b>Quadro 17:</b> Distribuição dos artigos segundo os sujeitos pesquisados .....	93
<b>Quadro 18:</b> Distribuição das produções em Categorias .....	98
<b>Quadro 19:</b> Relação das produções da Categoria: Organização e Funcionamento Escolar .....	98

<b>Quadro 20:</b> Categoria: Métodos de Ensino .....	105
<b>Quadro 21:</b> Relação das produções agrupadas na Subcategoria: Práticas Institucionais .....	105
<b>Quadro 22:</b> Relação das produções agrupadas na Subcategoria: Desempenho Escolar ..	113
<b>Quadro 23:</b> Relação das produções agrupadas na Subcategoria: Alfabetização .....	119
<b>Quadro 24:</b> Categoria: Professores.....	121
<b>Quadro 25:</b> Aspectos que tratam dos Professores: Atribuições Docentes .....	122
<b>Quadro 26:</b> Relação das produções agrupadas na Subcategoria: Concepção, Valores e Representações .....	125
<b>Quadro 27:</b> Relação das produções agrupadas na Subcategoria: Formação Docente .....	129
<b>Quadro 28:</b> Categoria: Alunos .....	132
<b>Quadro 29:</b> Relação das produções da Categoria: Aspectos sócio-políticos .....	137
<b>Quadro 30:</b> Produção da Categoria: Metodologia do Estudo do Cotidiano Escolar .....	141

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
Procedimentos Metodológicos .....	21
Levantamento e identificação dos artigos sobre o cotidiano escolar no periódico, objeto de análise deste estudo. ....	25
Seleção das produções nas seções da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. ....	26
Análise dos artigos .....	28
Estrutura do trabalho .....	32
<b>CAPITULO 1 - O COTIDIANO ESCOLAR</b> .....	33
1.1. Sobre o Cotidiano .....	33
1.2. A Escola Pública.....	34
1.3. Sobre o Cotidiano Escolar .....	43
<b>CAPÍTULO 2 - CARACTERIZAÇÃO DO INEP E DA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS</b> .....	55
2.1. A Revista .....	55
2.2. A História do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).....	57
2.3. O Histórico da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos .....	63
2.4. Estrutura Editorial da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos .....	68
<b>CAPITULO 3 - O COTIDIANO ESCOLAR NA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS: ANÁLISE QUANTITATIVA</b> .....	76
3.1 Os artigos selecionados para estudo no contexto da Revista.....	76
3.2. Os Autores .....	81
3.2.1. Afiliações institucionais dos autores .....	84
3.3. Os Artigos.....	90
3.4. Considerações sobre cotidiano escolar na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: Análise Quantitativa .....	94
<b>CAPÍTULO 4 – COTIDIANO ESCOLAR NA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS: ANÁLISE QUALITATIVA</b> .....	97

4.1. Categoria 01: Organização e Funcionamento Escolar.....	98
4.2. Categoria 02: Métodos de Ensino.....	105
4.2.1. Categoria 02: Subcategoria: Práticas Instrucionais .....	105
4.2.2. Categoria 02: Subcategoria: Desempenho Escolar.....	113
4.2.3. Categoria 02: Subcategoria: Alfabetização .....	119
4.3. Categoria 03: Professores .....	121
4.3.1. Subcategoria: Atribuições Docentes.....	122
4.3.2. Categoria 03: Subcategoria: Concepção, Valores e Representações.....	125
4.3.3. Categoria 03: Subcategoria: Formação Docente .....	128
4.4. Categoria 04: Alunos .....	132
4.5. Categoria 05: Aspectos Sócio-Políticos .....	137
4.6. Categoria 06: Metodologia do Estudo do Cotidiano Escolar .....	141
4.7. Considerações sobre cotidiano escolar na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: Análise Qualitativa .....	142
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	146
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	150
<b>APÊNDICE</b> .....	170

## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa, de caráter documental, tem, como método principal, o mapeamento e análise de determinadas produções publicadas nas diferentes edições divulgadas pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Espera-se que essas produções possam trazer uma imagem do cotidiano escolar no Brasil, dadas as investigações e análises dos autores vinculados a esse tema.

A escolha deste periódico como fonte primária de pesquisa é justificada devido à grande importância de seus estudos pedagógicos elaborados no país. Este periódico perfaz um longo período histórico. A Revista foi fundada em 1944, e em julho de 2014, completou 70 anos de existência. Suas publicações possuem caráter técnico-científico, as quais pretendem contribuir para ampliar o conhecimento a respeito da educação do país.

É notório que grande parcela dos educadores busca, com seus conhecimentos e experiências, ministrar boas aulas. Entretanto, não conseguem, plenamente, atrair os alunos com seus métodos didáticos, provocando muitas vezes evasão física e mental do jovem da escola, causa provável de conflitos entre professor e aluno no cotidiano escolar. Na outra extremidade, reconhece-se que os alunos vêm para a escola com outros objetivos, como paquerar, fazer amizades, estar na moda, obter um diploma, passar de ano. Como aponta Bernard Charlot (2003), a relação dos alunos com a escola tende a ser pragmática – obter um diploma que permita ter acesso ao emprego – o que independe da relação com o saber, enquanto o professor espera que eles venham à escola para aprender, adquirir conhecimentos e se formar como cidadãos. O professor, ao desconhecer o aluno enquanto sujeito, agrava essa situação, pois segundo Charlot (2003, p. 25) “se quer compreender o que ocorre na escola, quais as relações de uma criança com o saber e o fato de aprender, é preciso levar em consideração sua posição social e o fato de que é um sujeito [...]”.

O desconhecimento do aluno, as expectativas diferentes e as motivações distintas criam tensões e desencontros na escola, o que a torna um local bastante conflituoso quando no seu cotidiano. Por essa razão, o tema proposto nesse estudo sempre esteve direta ou indiretamente presente nas indagações dos pesquisadores da educação no Brasil.



Os primeiros estudos desenvolvidos sobre o cotidiano escolar iniciaram-se nos Estados Unidos da América, com as pesquisas de Stake (1983a, 1983b). São consideradas importantes, porque mostram a necessidade da observação do dia-a-dia escolar. Nessas pesquisas, Stake apresenta os motivos para se observar o cotidiano da escola, bem como oferece suportes práticos de como analisar dados qualitativos na elaboração de relatórios. Para o autor, é importante a análise tanto do que é comum quanto do que é particular a uma situação, além dos aspectos históricos de cada caso, dos contextos políticos e econômicos. Seus escritos vão alavancar o desenvolvimento de importantes pesquisas no Brasil, indicando inclusive possibilidades teórico-metodológicas para a pesquisa do dia-a-dia escolar.

No Brasil, Nilda Alves (1998, 2000, 2002, 2003, 2008, 2009) e Marli André (1989, 1992, 1999, 2001, 2004, 2008), passam a ser referência em pesquisas sobre o cotidiano escolar. As autoras entendem ser de suma importância agregar ideias de multiplicidades e de complexidades nas análises sobre processos que transcorrem no âmbito escolar.

Autores como Bourdieu (1975, 1989a, 1989b, 1998, 2007), Candau (2002, 2003, 2008, 2011), Patto (1992, 1993), Penin (1989), entre outros, também têm como objeto de estudo o cotidiano escolar. Esses autores, ao atentarem para o dia-a-dia da escola e buscarem analisar as diferentes dimensões presentes nele, evidenciam que o cotidiano escolar é complexo, fragmentado e multifacetado.

Conforme André (2004, p.09), foi a partir da década 1980, com o aumento dos estudos qualitativos, que passa a crescer o interesse pelo estudo do cotidiano escolar. A autora adverte que o importante é conhecer as especificidades da experiência cotidiana, destacando a real importância dos estudos diários na escola, cujo foco deve estar nas relações sociais que se configuram nesse espaço. A autora sugere, ainda, a pesquisa etnográfica para esse tipo de estudo. André (2004) chama atenção para a sala de aula e para a dimensão sociocultural, a qual, segundo ela, é fundamental para entender as questões sociopolíticas presentes no cotidiano escolar.

Para André (2001), o estudo sobre o cotidiano escolar propicia analisar a escola com seus novos aspectos.

Ao incomodar com os fatores extra-escolares no desempenho educacional dos alunos, passa-se a uma maior atenção ao peso dos fatores que ocorrem dentro da escola: aparecem então, os estudos que se debruçam sobre o cotidiano escolar, focalizando o currículo, as interações sociais, a organização pedagógica, a aprendizagem da leitura e da escrita, as relações

de sala de aula, a disciplina e a avaliação. O exame de questões genéricas, quase universais, vai dando lugar a análise de problemáticas localizadas, cuja investigação é desenvolvida em seu contexto. (ANDRÉ, 2001, p 53)

Alves (2000) destaca a importância dos estudos sobre o cotidiano, questão que insere o pesquisador nas questões acerca da complexidade e multiplicidade do dia-a-dia da escola:

Muito se fala sobre escola, de fora da escola, de longe da escola, muitas vezes a partir de um absoluto desconhecimento em relação ao que acontece dentro da escola a cada dia, quanto os profissionais que nela atuam os alunos, as alunas e seus pais, e a comunidade onde ela está inserida estão cotidianamente interagindo. [...] o que se passa e se cria nesse espaço/tempo de aprender e ensinar, de relação de subjetividades, de encontros e desencontros de socialização (ALVES, 2000, p.7).

Alves (2000) relaciona diretamente o estudo do cotidiano escolar com a historiografia da educação brasileira. Percebe-se, a partir daí, a importância dos registros diários nas escolas, que podem auxiliar as pesquisas referentes às gerações futuras, e, desse modo, compreender o objeto de estudo ao registrar, por exemplo, os conflitos, relação professor e aluno, a gestão escolar e o comportamento cultural dos alunos no espaço e tempo. Os trabalhos científicos que se preocupam com essa temática possibilitam entender o que se passa no “espaço” (Escolar) e no “tempo” (História). Essa relação sobre a vida cotidiana permite considerar, conforme Azanha (1994 p.34), “as inúmeras cotidianidades, seja em singularidade ou em grupos sociais e qualquer que seja essa decisão de estudo, deve-se preencher de implicações metodológicas”. Para Alves (2003, p.66), “é assim que aprendemos a encontrar soluções para os problemas criados anteriormente na história”.

Segundo Candau (2008), o cotidiano escolar é o espaço de igualdades e diferenças ou, como denomina, de “interculturalidade”. A perspectiva intercultural defendida pela autora busca promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, ou seja, para o diálogo entre os mais diferentes grupos sociais e culturais, orientada à construção de uma sociedade democrática que articule as políticas de igualdade e identidade (CANDAUI, 2008, p.52). A autora defende ainda que:

Articular igualdade e diferença constitui outra questão que permeia todo o nosso trabalho. No entanto, o problema não é afirmar um polo e negar o outro, mas sim termos uma visão dialética da relação entre igualdade e diferença. Hoje em dia não se pode falar em igualdade sem incluir as questões relativas à diferença, nem se pode abordar temas relativos às

políticas de identidade dissociadas da afirmação da igualdade (CANDAU, 2002, p.128).

Candau (2011) analisa a escola como espaço de igualdade e diferença, e esses dois fatores podem ser um caminho para estudar a qualidade do ensino, a gestão escolar, o processo de ensino e aprendizagem e a relação professor e aluno, visto que várias dimensões do dia-a-dia da escola se evidenciam e se tornam possíveis de serem pesquisadas, inclusive em suas determinações macrossociais - a questão da igualdade e da diferença não é uma questão que fica restrita ao microcosmo da escola. Dessa forma, é possível conhecer as múltiplas marcas que giram em torno do cotidiano escolar, compreendendo seus desdobramentos nos sentidos micro e macro. A escola, como apontam, Candau e Moreira:

[...] É uma instituição construída historicamente no contexto da modernidade, considerada como mediação privilegiada para desenvolver uma função social fundamental: transmitir cultura, oferecer às novas gerações o que de mais significativo culturalmente produziu a humanidade (CANDAU E MOREIRA, 2003, P.160):

Michel Certeau (1996) é outro autor que tem fundamentado as pesquisas sobre cotidiano. Em sua obra “A Invenção do Cotidiano”, busca consolidar a abordagem concernente às práticas comuns do dia-a-dia, o que ele mesmo entende por “artes de fazer” (CERTEAU, 1996, p. 15). Essas atividades se resumem em oferecer uma oportunidade de conhecer as práticas culturais contemporâneas da sociedade, por meio da aproximação do estudo do local com cada sujeito. O autor traz estratégias para distinguir essas maneiras de “fazer”, justamente para pensar em medidas de ações que possam ser compreendidos através das atividades humanas como reflexos culturais.

Para compreender esse cotidiano, principalmente quando existe certa desordem no local, Certeau (1996) afirma que um “autor” pode denegar a situação real, criando uma ficção do local, apagando os traços de uma pesquisa, camuflando as condições de produção do discurso e de seu objeto, e que o historiador tem a função de reverter essa situação. Conforme Certeau “o maior interesse do historiador é o invisível da situação...” (CERTEAU, 1996, p.31).

Certeau (1982) relaciona lugar, história e historiador e direciona ao conhecimento da historiografia através dessa junção. Ao se conhecer a historiografia, há a possibilidade de compreender a questão do outro, articulando com o lugar de produção cultural, político, social e econômico. Para o autor, é o historiador que pesquisa o

material e consolida em história, pois “ela (a história) combina o pensável e a origem, de acordo com o modo através do qual uma sociedade se compreende” (CERTEAU, 1982, p. 33).

Do mesmo modo, cada escola também tem sua história, ao qual é diferenciada ao logo do tempo e espaço, ora reproduzida, ora legitimada. A escola é interpretada pela sociedade através de suas práticas e dos resultados alcançados, caracterizada pelo sucesso ou fracasso escolar.

Pierre Bourdieu (1989), ao estudar a escola, atenta para os mecanismos de reprodução e legitimação de um sistema social que se faz presente nela e que são mantidos nas práticas cotidianas que as escolas perpetram:

Provavelmente por um efeito cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator social, segundo a “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade, as desigualdades sociais, e confirma a herança cultural e o dom social tratado como um dom natural (BOURDIEU, 1989, p.5).

As desigualdades existentes no âmbito escolar são mantidas ao longo do tempo, perpetrados por meio dos diplomas, das avaliações, dos conteúdos escolares, transmitidos por meios que perpassam ao tempo no cotidiano escolar. Para Bourdieu, e Passeron (1975), o processo educativo escolar atual é uma ação coercitiva e perversa, caracterizado pela ação pedagógica, que permanece como um ato de violência e de força que continua se mantendo ao longo da história da educação.

O estudo sobre o cotidiano escolar passa a constituir um elemento relevante também para a ação do gestor, pois para administrar, ministrar aulas ou adquirir conhecimentos numa escola, é preciso conhecê-la em sua real organização, não só contemporaneamente, mas historicamente. Se, por um lado, o cotidiano de uma escola jamais será idêntico ao de outra, por outro, há vários elementos comuns entre as unidades escolares que as unificam. Questões presentes em uma unidade escolar se fazem presentes em outra, as quais podem ser empregadas no planejamento, para a gestão da análise, pesquisas e relatos de educadores da área.

Todas essas considerações apontadas por estes diferentes autores indicam que o estudo do cotidiano escolar inquieta em vários aspectos e suscita várias questões, por exemplo: Como é feita cotidianamente a organização da escola? Como se estabelece a relação entre alunos, docentes e gestores no cotidiano das escolas? Como gestores,

docentes e alunos vivenciam o cotidiano? Esses questionamentos podem ser discutidos com a pesquisa e, conseqüentemente, ajudar a comunidade escolar a entender o próprio cotidiano em que vive.

Ademais, ao direcionar este estudo para o cotidiano escolar, outras questões surgem necessariamente, pois o cotidiano de uma escola está sempre em mutação. Tem-se como pressuposto deste estudo as políticas educacionais implantadas, as modificações nas formas de ser do sujeito contemporâneo e no modo como a escola é significada na sociedade atual e os mecanismos de exclusão que se fazem presentes no âmbito escolar como causa das mudanças no seu cotidiano. Começa-se a indagar: há uma época em que conflitos entre professores e alunos se tornaram mais evidentes? A temática de publicação da adolescência mantém inalterada nos últimos 30 anos? Como o relacionamento professor e aluno vem sendo investigado? As publicações na área da educação têm refletido e dado enfoque a essas questões? Há uma permanência na forma como essas questões são abordadas, examinadas e refletidas pelos pesquisadores?

Essas reflexões tornaram-se importantes para se pensar cada vez mais no cotidiano escolar em pelo menos um aspecto principal: Quais são as temáticas ou preocupações que perpassam esse cotidiano e que são tratados e analisados nos artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos?

Na busca de conhecer as temáticas presentes no cotidiano escolar enfocados nos artigos e, paralelamente, investigar se elas têm sido constantes ou modificadas ao longo do tempo, optou-se, neste estudo, por realizar uma análise documental a respeito, por meio do periódico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (INEP/MEC), visto que os artigos publicados retratam, assim como supomos, as principais preocupações que permeiam o âmbito escolar.

A escolha para realizar a pesquisa na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos se justifica na medida em que este periódico percorre um longo período histórico, e em julho de 2014, completou 70 anos de existência, embora tenha deixado de ser publicada por um período de 04 anos (no ano de 1975 e entre abril 1980 a abril de 1983). A RBEP, quase foi extinta totalmente no início do Governo Fernando Collor de Mello por motivos econômicos e políticos, o que, no entanto, não comprometem a pesquisa.

Nos seus 70 anos de edição, a Revista tem divulgado quase sem interrupção artigos científicos que têm por principal objeto a educação brasileira. Os principais objetivos da Revista são, tal como pode ser lido em seu editorial, promover pesquisas e inquéritos, organizar documentos relativos à história da educação, aproximar



instituições educacionais do país e do exterior, prestar assistência técnica a todas as instâncias, sendo elas o ensino particular, municipal ou estadual de educação e principalmente divulgar os estudos pedagógicos.

Neste período de existência do periódico, houve várias mudanças nos âmbitos político, econômico, social e principalmente educacional, que foram registradas na História do Brasil. As alterações macrossociais que ocorreram no Brasil por diversas vezes, como, por exemplo, os anos finais do Estado Novo 1937 a 1945, a República Nova ou República Populista de 1945 a 1964, o Regime Militar de 1964 a 1985 e a chamada Nova República de 1985 até os dias atuais, têm implicações nas políticas educacionais, as quais são retratadas no periódico, justificando as razões pelas quais, o estudo está pautado na análise das edições da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

Tem-se como pressuposto que tal análise, dado o tempo de existência do periódico, somado ao fato de que o mesmo abrange e divulga matérias a respeito de todos os níveis educacionais, permite identificar e caracterizar as temáticas que têm percorrido o ensino brasileiro em sua história. Supõe-se que a Revista, nos diferentes artigos que publica, de alguma forma, retrata questões que permeiam o cotidiano escolar. São essas razões da presente pesquisa visar à análise dos artigos sobre o cotidiano escolar publicado nos diferentes exemplares.

Espera-se que o levantamento e a análise dos artigos possam contribuir para nortear educadores, gestores, pesquisadores da educação e leigos a lidar com as angústias presentes no âmbito escolar, seja familiarizando-os com a problemática do dia-a-dia da escola ou com as metas a serem cumpridas no processo de ensino-aprendizagem.

O objetivo geral desta pesquisa é o de investigar o que os autores têm escrito e analisado sobre o cotidiano escolar no Brasil em um período de 30 anos (1984-2014), por meio do exame das publicações divulgadas pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).

Constituem-se como objetivos específicos desta pesquisa: Identificar os artigos referentes ao cotidiano escolar, publicados na Revista a partir de 1984 até julho de 2014, ano em que a Revista completou 70 anos; Caracterizar e analisar as regularidades temáticas e dimensões presentes nestes artigos; Desvendar o sentido de cotidiano escolar nos artigos da Revista.

O estudo oferece contribuições aos professores da Educação Básica, para explicar a historiografia educacional e o contexto do cotidiano escolar no Brasil ao longo de 30 anos. Espera-se ainda contribuir para a atuação dos gestores educacionais ao facilitar a compreensão das questões que originam os conflitos cotidianos para o avanço das pesquisas no país.

### **Procedimentos Metodológicos**

Essa é uma pesquisa documental realizada por meio do levantamento e análise de artigos publicados nas diferentes edições da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

Conforme Pádua, pesquisa documental é:

Aquela realizada a partir dos documentos seja através de fontes primárias (propriamente dito os documentos verídicos) e também pelas fontes secundárias que surgem a partir de pesquisas de institutos confiáveis. Esses documentos podem ser antigos ou contemporâneos e devem ser considerados autênticos em sua veracidade. Justamente, por isso, que tem sido utilizado largamente nas Ciências Sociais e principalmente na investigação histórica, afim de, comparar/descrever os fatos, estabelecendo suas tendências (PÁDUA, 1997, p. 62).

No mesmo sentido, Markon e Lakatos (1990) definem pesquisa documental, onde a “fonte de coleta de dados está sempre ligada diretamente aos documentos, sejam eles escritos ou não, que são constituídos principalmente no que diz respeito às fontes primárias de documentos chamados de verídicos pelos pesquisadores históricos” (MARKON e LAKATOS 1990, p.57).

A pesquisa documental tem como fonte de dados artigos publicados em periódicos e tem se constituído numa importante área de pesquisa nas questões educacionais. Estudos como o de Ferreira (2002), Wittmann e Gracindo (1999), Brzezinski e Garrido (2001), Catani e Faria Filho (2002) Cury, Shimizu e Pezzato (2014) e Barretto et al (2001) também tiveram como fonte de dados artigos publicados em periódicos ou análise da produção em uma área de conhecimento.

Ferreira (2002) chegou à conclusão que esse tipo de pesquisa consiste em estudos que tem por objetivo o levantamento e o balanço da produção acadêmica em uma determinada área de conhecimento, denominados como “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”. Em geral, os estudos são feitos tendo por base os resumos dos trabalhos publicados. Os resumos, segundo ela, são um meio pelo qual o

pesquisador busca identificar as marcas de seu texto de maneira rápida e objetiva, indicando ao leitor como deve caracterizar seu trabalho. Essa conclusão surgiu de um levantamento no qual a autora buscou esclarecer, se seria possível desenvolver a história de produções acadêmicas a partir de dados bibliográficos e dos resumos dos trabalhos, tomando-os como fonte documental.

Wittmann e Gracindo (1999) estudaram a política e a gestão educacional por meio de artigos publicados em periódicos científicos e acadêmicos, dissertações e teses defendidas junto a universidades brasileiras, no período de 1991 a 1997, com o intuito de contribuir para o conhecimento na área da administração escolar; seus trabalhos apresentaram o “estado da arte” em política e a administração escolar no país. Esse estudo de formação e atuação dos profissionais da educação, políticas públicas e gestão educacional foram temas que perfizeram aos estudiosos da educação brasileira.

Já o estudo de Brzezinski e Garrido (2001) refere-se aos trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho Formação de Professores, no período de 1992 a 1998, durante as reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Foram analisados 70 trabalhos, exceto as comunicações e os pôsteres, e em continuação, a segunda parte da pesquisa examinou a produção das dissertações e teses apresentadas no CD-Rom da ANPEd. O estudo foi complementado pelo levantamento e análise dos artigos publicados em periódicos. Essa análise indicou que os artigos, trabalhos, dissertações e teses tratavam da profissionalização docente, da formação inicial de professores, da formação continuada, das práticas pedagógicas e da revisão da literatura produzida na área.

O objetivo inicial do trabalho “Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000)”, de Catani e Faria Filho (2002), foi sistematizar e acompanhar a produção do Grupo de Trabalho da História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, desde sua criação. A princípio, foram selecionados 223 trabalhos para pesquisa, mas identificados apenas 185 textos, para os quais os pesquisadores levaram em conta a descrição das temáticas de cada reunião, as recorrências bibliográficas, o fortalecimento de diretrizes das pesquisas, e a atuação do grupo de pesquisadores do GT. A partir da pesquisa, os estudiosos identificaram o crescimento quantitativo dos pesquisadores e as características da produção divulgadas que consistiu efetivamente na documentação, no conhecimento e na divulgação desses estudos, resultando principalmente na circulação das pesquisas nessa área, favorecendo

a construção e integração de uma rede interna de referência entre os estudos da historiografia da educação brasileira.

Cury, Shimizu e Pezzato (2014) recorreram às informações disponíveis no banco de dados do GT – Currículo, das reuniões realizadas pela ANPED, no período de 2003 a 2012 para analisar 232 trabalhos selecionados no grupo. Foi observado que o objetivo dos autores é descrever e analisar o material, a partir dos termos teórico-metodológicos, contribuindo principalmente para a tendência das pesquisas no campo do currículo. Segundo os pesquisadores, a categoria “Cotidiano e Cultura Escolar” foi a que mais se destacou, com 44 trabalhos, podendo indicar uma tendência epistemológica na investigação do espaço escolar.

Também Barretto et al (2001) analisaram 217 artigos sobre avaliação na Educação Básica em dez periódicos acadêmicos, publicados entre 1990 e 1998. Inicialmente, os artigos foram catalogados com base no título, depois em descritores e posteriormente nos resumos. A análise indicou que os artigos tratam da avaliação da escolar, dos modelos de avaliação, das políticas educacionais sobre avaliação e avaliação de sistema.

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos também já foi analisada e investigada por diferentes pesquisadores. Como diz Rothen, (2005) em um dos artigos da RBEP “O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: uma leitura da RBEP”, a Revista é fonte de pesquisa e objeto de estudo ao mesmo tempo.

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos é ao mesmo tempo fonte de pesquisa e objeto de estudo: é fonte por fornecer os artigos e documentos que serão estudados [...]; é objeto por ser um dos instrumentos utilizados pelos escolanovistas para instaurar a sua hegemonia política e intelectual no campo educacional (ROTHEN, 2005, p.191).

Saavedra (1988), em sua dissertação de mestrado, busca apresentar uma análise da história do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos de 1937 a 1984, em função de sua efetividade e relevância na área educacional no país. Ela analisa o contexto político e administrativo que marca as mudanças ocorridas no período de funcionamento do INEP, destacando que houve momentos decisivos e cruciais em sua finalidade política ou social. Segundo a autora, houve oscilações políticas que provocaram grandes problemas ao longo do período analisado, como: a burocratização, que retirou o foco inicial do Instituto, os bloqueios financeiros, a descontinuidade administrativa e patrulhamento político-ideológico.

Segundo Saavedra (1988, apud Rothen, 2005, p.190), a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos serve de documento de estudo da história, delimitada entre 1937 e 1951, definida como momento de “Institucionalização da Pesquisa Educacional”; de 1952 a 1963, descreve como época na qual domina a “Perspectiva Interdisciplinar da Educação”; de 1964 a 1976, identificou como momento de “Pesquisa do esvaziamento ou o esvaziamento da pesquisa”; e de 1976 a 1984 seria o período da “Tentativa da Transformação”. A autora conclui que o INEP poderia voltar a ser uma instituição voltada às ações para o desenvolvimento da pesquisa educacional no Brasil.

Para analisar a Didática na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Castro (1984), utiliza como marco principal as grandes reformas do ensino no país, propondo a seguinte periodização para análise dos artigos: Da Reforma Capanema à Lei de Diretrizes e Bases de 1961, da Lei de Diretrizes e Bases de 1961 à Lei de Diretrizes e Bases de 1971 e a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1971. Segundo a autora, os períodos considerados revelam grandes diferenças quanto aos aspectos pesquisados. A didática, enquanto tema, é tratada com mais frequência em 1944 e 1945, quando predomina o enfoque instrumental e a ênfase nas técnicas e recursos. Nos demais períodos, a didática é raras vezes tratada.

Saviani (1984) analisa a Filosofia da Educação na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, vinculando os artigos publicados pela Revista às correntes educacionais. Em um primeiro momento, ele aborda a Filosofia da Educação no período anterior à fundação da RBEP, e num segundo momento, reconstitui a trajetória da disciplina de Filosofia da Educação nos últimos 40 anos para daí verificar se houve ou não correspondência entre essa periodização e os artigos publicados na Revista. Para o autor, de 1945 a 1960, predomina a concepção humanista moderna; de 1960 a 1969, a articulação entre a concepção humanista moderna e a tecnicista; e, de 1969 em diante, a concepção tecnicista e as manifestações da filosofia analítica. Entretanto, ao examinar as publicações na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Saviani (1984) constata que apenas um pequeno número de artigos relacionados à Filosofia da Educação foi publicado até 1984. A explicação dada pelo autor é confirmada pela proposta da Linha Editorial da Revista (v.41, nº 86 de 1964 e v.42, nº 87 de 1964) de não publicar artigos que possa ter ampla discussão teórica, como no caso a “Revolução de 1964”. Conforme sua análise, até 1962, são publicados artigos com enfoque humanista moderno da Escola Nova e artigos com a visão tecnicista a partir dessa data.



Paulo Rosas (1984) analisa a Psicologia na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, quando expõe as principais tendências da Psicologia no Brasil, com destaque para a Psicologia Educacional, Clínica e do Trabalho, e pelo papel exercido pela RBEP na divulgação dos temas de psicologia. Sua pesquisa está centralizada em três momentos: de 1920 a 1939, marcado pela efetivação da Psicologia no Brasil; de 1940 a 1959, caracterizado pela consolidação da prática psicológica e pela delimitação do perfil do profissional de Psicologia; e de 1960 a 1979, assinalado pelo reconhecimento da Psicologia como profissão independente e pela instituição da formação acadêmica do psicólogo. Por fim, Rosas (1984) lança a proposta para que a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos volte a promover a relação direta entre a Educação e a Psicologia em seus artigos.

Este estudo, somado aos anteriores, foi desenvolvido por meio da análise quantitativa e qualitativa dos artigos publicados nos exemplares da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, que consiste em um periódico científico, referência na área educacional no país.

Como critério para a seleção deste periódico, considera-se seu tempo de existência e a sua abrangência, o que indica ser este de suma importância para o estudo sobre o cotidiano escolar. Outro aspecto importante considerado para sua escolha foi a sua periodicidade, visto que suas publicações ocorrem de quatro em quatro meses divididos: de janeiro a abril, de maio a agosto e de setembro a dezembro, em números publicados anualmente. Além disso, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos tem sido praticamente publicada de forma ininterrupta desde sua primeira edição em 1944. O periódico analisado, totalizou 240 exemplares em maio/agosto de 2014.

### **Levantamento e identificação dos artigos sobre o cotidiano escolar no periódico, objeto de análise deste estudo.**

O material selecionado para análise foi mapeado por meio de dois espaços: através do sítio do INEP/MEC, e em exemplares impressos, disponíveis nas universidades públicas e particulares do país, que não constavam do sítio.

Na versão eletrônica, durante a fase de levantamento estavam disponibilizados, no sítio, do volume 72, número 170, de janeiro/abril de 1991, ao volume 95, número 240 de janeiro/abril de 2014.

Os volumes analisados em versão impressa foram os volumes 65, número 149, de maio/agosto de 1984, ao volume 71, número 169, de setembro/dezembro de 1990. As versões impressas foram consultadas 21 exemplares, ou seja, do volume 65, número 149 de 1984, ao volume 71, número 169 de 1991.

Para encontrar os exemplares impressos recorreu-se a 04 bibliotecas universitárias do Estado de São Paulo, a saber: a Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Rio Claro, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e o Centro Universitário Salesiano (UNISAL) de Americana. Como essas bibliotecas não dispunham de todos os exemplares necessários, publicados no período definido para estudo nesta pesquisa, recorremos ao Serviço de Comutação Bibliográfica (Comut) da biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Essa dificuldade de acesso aos exemplares não publicados eletronicamente foi também constada por Vidal e Camargo (1992), que relatam as dificuldades em se realizar pesquisas educacionais no Brasil, dadas às dispersões de documentos, requerendo grande tempo para se reunir os documentos necessários, implicando, em muitos casos, em ter que refazer os passos de outros pesquisadores.

### **Seleção das produções nas seções da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.**

Num primeiro momento, foram selecionados para análise os artigos que em seu título ou em seu subtítulo faziam referência ao cotidiano escolar ou continham palavras ou expressões como escola ou escolar. Depois desse mapeamento, foi feita a leitura do resumo e das palavras-chave. Todos os artigos que em seu título ou subtítulo continham a expressão cotidiano escolar foram selecionados para análise. A essa seleção foram acrescentados todos os artigos que continham palavras como escola ou escolar, desde que os resumos e palavras-chave destes indicassem que a temática tratada se referia ao cotidiano escolar. Dessa forma, foram selecionados para análise todos os artigos que num primeiro olhar estavam diretamente vinculados à temática do cotidiano escolar.

É importante salientar que, durante o levantamento dos artigos, foram identificados inúmeros textos que remetiam ao cotidiano escolar em outros países. Destaca-se que esses não foram agregados ao estudo, pois descaracteriza a análise do estudo do cotidiano escolar no Brasil e não é o foco da pesquisa.

Os artigos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos passaram a conter os resumos, somente a partir da publicação do volume 65, número 150 de 1984 e as palavras-chave a partir do volume 79, número 191 de 1998, o que justifica a definição do recorte de tempo para a análise da pesquisa.

A busca pelos artigos sobre cotidiano escolar mostrou que nestes 30 anos considerados para o estudo, houve modificações significativas nas seções da Revista, como será especificado no Capítulo 02. Esse fato motivou a analisar os objetivos destas seções para verificar quais delas deveriam ser incluídas neste estudo. Embasados nesta análise, optou-se por não incluir no estudo textos publicados nas seções: “Comunicações e Informações”, “Resenhas Críticas”, “Dissertações e Teses”, “Tradução”, “Publicações Recebidas”, “Avaliação”, “Estatística” e “CIBEC”, por não conterem informações suficientes para uma análise mais aprofundada. Em geral, eram notas curtas que não permitiam a análise do texto. As seções “Destaque”, “Debates e Propostas”, “Questão em Debate” e “Segunda Edição” foram examinadas, entretanto não foi identificada nenhuma produção que remetesse ao cotidiano escolar. As seções não consideradas no estudo são apresentadas no quadro abaixo:

**Quadro 01:** Seções não agregadas à pesquisa

<b>Seções</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Destaque	v. 62, n.141, jan./abr. 1978	v.62, n.142, mai/ago. 1978
Dissertações de Teses	v. 64, n.147, jan/abr. 1983	v. 69, n.161, jan/abr. 1988
Debates e Propostas	v. 65, n.149, mai/ago.1984	v. 69, n.162 mai/ago. 1988
Publicações Recebidas	v. 74, n.178, set./dez. 1993	v. 75, n.179/180/181, jan/dez. 1994
Questão em Debate	v. 73, n.175, set/dez. 1992	v. 75, n.179/180/181, jan/dez. 1994
Tradução	v. 74, n.176, jan./abr.1993	v. 76, n. 184, set/dez. 1995
Comunicações e Informações	v. 64, n.147 jan/abr. 1983	v. 79, n.191, jan./abr. 1998
Resenhas críticas	v. 64, n.147, jan/abr. 1983	v. 79, n.191, jan./abr. 1998
Avaliação:	v. 79, n.191, jan./abr. 1998	v. 86, n. 212, jan./abr. 2005
Estatística	v. 79, n.191, jan./abr. 1998	v. 87, n. 215, jan./abr. 2006.
CIBEC	v. 79, n.191, jan./abr. 1998	v. 88, n. 218, jan./abr. 2007.

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

As seções da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos que têm artigos referentes ao cotidiano escolar são: “Estudos” e “Notas de Pesquisa”. Foram identificados e contabilizados entre o volume 65, número 149, de maio/agosto de 1984, ao volume 95, número 240, maio/agosto de 2014, um total de 793 publicações nas

seções que embasam a pesquisa. A partir das publicações, foram selecionados para análise 70 textos que trataram diretamente ao cotidiano escolar.

### **Análise dos artigos**

A partir da seleção dos artigos, buscou-se, primeiramente, identificar o espaço ocupado pela temática enfocada neste estudo no âmbito da coleção.

Em seguida, procurou-se detectar nos textos os temas, ênfases e padrões presentes no conjunto dos artigos. A partir deste exame, foi organizado um protocolo de análise com a organização de categorias que emergiram da leitura do material e nas quais os diferentes artigos foram enquadrados. Eventualmente, um artigo poderia tratar sobre mais de um tema; neste caso, ele foi classificado de acordo com a temática central que abordava.

Foram utilizadas as técnicas de Bardin (1977) para a análise dos artigos publicados na RBEP, sobre a temática do cotidiano escolar. Primeiramente, foi feita uma análise quantitativa dos artigos e, posteriormente, qualitativa, o que inscreve essa pesquisa como pesquisa quantitativa e qualitativa. Isso, conseqüentemente, possibilitou organizar e classificar os conteúdos da Revista, e apreender o sentido das publicações a um conhecimento do cotidiano escolar.

Segundo Bauer, Gaskell e Allum (2002), não há qualificação sem quantificação. Desse modo:

A mensuração dos fatos sociais depende da categorização do mundo social. As atividades sociais devem ser distinguidas antes que qualquer frequência ou percentual possa ser atribuído a qualquer distinção. É necessário ter uma noção das distinções qualitativas entre categorias sociais, antes que se possa medir quantas pessoas pertencem a uma ou outra categoria. [...]. O mesmo é verdade para os fatos sociais (BAUER, GASKELL, ALLUM, 2002, p.24).

Essa afirmativa baseia-se na discussão acirrada acerca das pesquisas quantitativa e qualitativa. As pesquisas quantitativas apresentam os números juntamente com dados estatísticos para explicar os fatos. Em contrapartida, as pesquisas qualitativas não trabalham com os números, considerando as interpretações sociais o fator primordial para alcançar os resultados. Não há como afirmar se a pesquisa quantitativa é superior que a pesquisa qualitativa ou vice-versa, existe uma relação importante entre essas pesquisas, pois os estudos estão no sentido de complemento entre si. Assim, não há uma análise estatística sem uma interpretação social dos fatos. O importante é definir o processo de investigação, independentemente do método de pesquisa, para se ter uma

ligação que estabeleça a continuidade do processo para compreender o estudo em sua magnitude.

Segundo Gatti (2004), a análise quantitativa pode facilitar uma compreensão dos fenômenos educacionais:

Trazendo subsídios concretos para a compreensão de fenômenos educacionais indo além dos casuísmos e contribuindo para a produção/enfrentamento de políticas educacionais, para planejamento, administração/gestão da educação, podendo ainda orientar ações pedagógicas de cunho mais geral ou específico. Permite ainda desmistificar representações, preconceitos, “achômetros”, sobre fenômenos educacionais, construídos apenas a partir do senso comum do cotidiano, ou do marketing (GATTI, 2004, p. 26).

Conforme Gatti (2004), esse método em específico torna-se um recurso importantíssimo para o pesquisador, que, entretanto, deve saber lidar com os dados levantados, agregando ao seu contexto. A pesquisadora aponta que ao mergulhar cegamente aos dados, esses podem oferecer indícios sobre as questões tratadas “que fazem aflorar semelhanças, proximidades ou plausibilidades, não certezas” (GATTI, 2004, p.14).

Os levantamentos e dados quantitativos em sua maioria foram produzidos de acordo com sua coleta por meio da pesquisa, o que permite detectar em alguns casos os maus usos dessas técnicas e conseqüentemente as distorções de análises no uso mecânico de técnicas de abordagens de cunho quantitativo. Contudo, é inegável iniciar uma pesquisa quantitativa sem dados dessa natureza, principalmente as que estejam ligadas às questões educacionais e sociais, ou seja, não podem ser equacionadas, dimensionadas e principalmente compreendidas, sem o levantamento dos dados.

Desse modo, toda pesquisa deve ser inicialmente planejada e executada conforme as normas que acompanham o método. Assim, os processos necessários à quantificação podem levar ao fenômeno, agregado ao embasamento teórico e um resultado mais próximo do concreto.

Para Gatti (2004), os dados quantitativos ainda são muito tímidos e as pesquisas educacionais não tem uma tradição sólida no Brasil, assim:

Isto dificultou, e dificulta, o uso desses instrumentais analíticos de modo mais consistente, bem como dificulta a construção de uma perspectiva mais fundamentada e crítica sobre o que eles podem ou não podem nos oferecer; dificulta ainda a construção de uma perspectiva consistente face aos limites desses métodos, limites que também existem nas metodologias ditas qualitativas os quais, em geral, não têm sido também considerados. De outro lado, dificulta a leitura crítica e contextualizada quando dados quantitativos são

trazidos à discussão, seja nos âmbitos acadêmicos, seja em âmbito público. (GATTI, 2004, p.14).

Mesmo que as pesquisas quantitativas recebam críticas nas discussões antropológicas, sociais ou históricos continuam sendo bastante utilizadas para os dados estatísticos, que projetam a codificação dos números em resultados qualitativos.

### **Estrutura do trabalho**

Este estudo foi organizado em 04 Capítulos. O Capítulo 01 faz uma revisão da bibliografia na área de cotidiano escolar. O Capítulo 02 apresenta uma caracterização do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (INEP/MEC) e da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. O Capítulo 03 analisa quantitativamente os artigos que foram mapeados sobre o cotidiano escolar publicados no periódico. O Capítulo 04 analisa qualitativamente os artigos, com vista à identificação de temas, ênfases e padrões de dimensão analítica. Por fim, as Considerações finais acerca da pesquisa.

## **CAPITULO 1 - O COTIDIANO ESCOLAR**

Neste capítulo, será abordada a temática do cotidiano e do cotidiano escolar, que tem suscitado várias indagações, tanto a pesquisadores educacionais como a gestores, professores e pais, e que vem sendo pesquisado por vários autores ao longo da história da educação. Essa temática é abordada neste trabalho a partir dos autores André, Alves, Candau, Bourdieu, Patto e Penin, que têm como objeto de estudo o cotidiano escolar. Torna-se importante pensar nesse tema na contemporaneidade, e suas consequências no processo de ensino e aprendizagem, na relação professor e aluno, nos conflitos existentes entre os sujeitos no espaço educacional e na prática gestora. Esses autores, ao atentarem para isso, buscam analisar as diferentes dimensões presentes, evidenciando sua complexidade, fragmentada e multifacetada. Contudo, é demasiado relevante para a compreensão dessa pesquisa, entender: 1) O que é cotidiano?, 2) O que é escola? e, conseqüentemente, 3) o cotidiano da escola atual.

Com isso, o enfoque da primeira parte deste Capítulo será a questão do cotidiano com base nos pesquisadores cotidianistas. Em seguida se buscará discutir sobre os modos de organização e funcionamento da escola pública no Brasil, pois é a partir destes parâmetros que o cotidiano escolar se baliza. Por fim, se abordará as questões do cotidiano escolar tal como tem sido abordado na literatura da área. Considerando que o foco central é a escola brasileira, tal análise é feita, embasada nos autores que têm investigado esta temática.

No cotidiano da vida e no cotidiano escolar estão presentes inúmeras circunstâncias, das quais se podem destacar os fatores econômicos, políticos, culturais, sociais e históricos, a considerar que os aspectos macrossociais estão presentes e determinam aspectos microssociais, e de alguma forma, sempre retornando aos “lugares” (Lefebvre, 1991), ou “espaços” (Certeau, 1982), justamente porque o macro (sociedade) se representa fortemente no micro (escola). Como aponta Heller (1977, 2004), a vida cotidiana não está afastada da história, mas no acontecer histórico.

### **1.1. Sobre o Cotidiano**

Como todo conceito emerge e se forma nas condições históricas, resgata-se inicialmente o significado através do Dicionário Aurélio<sup>1</sup>, que define cotidiano como:

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/Cotidiano.html> <Acesso em 15 out.2013>.

“de todos os dias; diário; que se faz ou sucede todos os dias; que sucede ou se pratica habitualmente” e no K Dictionaries Ltd<sup>2</sup> trás a definição de cotidiano no original do latim: [kuti'djɐ nu] “que se faz ou acontece todos os dias”.

De antemão, refletir os conceitos terminológicos nos ajuda pensar na incógnita que gira em torno do cotidiano e posteriormente no cotidiano na escola. Entretanto, reconhece-se que a análise sucedida no cotidiano escolar não é algo tão simples. Essa afirmativa se confirma com as inúmeras obras acerca do cotidiano, tanto é que vários autores têm estudado essa questão.

## 1.2. A Escola Pública

Nessa etapa, serão destacadas as características mais relevantes da escola pública brasileira, no ano de 2014, visando à compreensão e a contextualização do cotidiano escolar. Atualmente a escola pública é constituída pelas representações dos autores educacionais – gestores, professores, funcionários, alunos, pais – pelos seus modos de organização cotidiana e pela legislação vigente, isto é pelos aspectos legais que a norteia e define diretrizes para o seu funcionamento.

Contudo, a escola de acordo com o dicionário “é um conjunto dos alunos, professores e pessoal de uma instituição de ensino onde se ministra o ensino coletivo, seja ele público ou privado” (BECHARA, 2011, p. 590). E seu objetivo na educação escolar é promover “o ajustamento da criança ao seu meio ambiente físico e social por meio da aquisição da experiência de gerações passadas” (MONROE, 1983, p.43).

Na História, o conceito de escola surgiu no momento em que se reuniam os estudantes (crianças) em um local específico para ensinamento. Na Grécia Antiga, as cidades-estados (pólis) se distinguiam, outrossim, na estrutura educacional. Na cidade de Esparta, a educação estava voltada exclusivamente para os ensinamentos militares, de modo que “após os sete anos os meninos eram retirados de suas mães e colocados em casernas públicas custeadas pelo estado” (MONROE, 1988, p. 59-61). Na cidade de Atenas, a educação estava preocupada com o preparo psicológico, cultural e físico. Os meninos eram entregues “aos cuidados de um pedagogo” (pais, paidós = criança; agein = conduzir) que os conduziam à escola de música, a escola de ginástica ou palestras que existiam na polis (MONROE, 1983, p. 60).

---

<sup>2</sup>Kernerman Portuguese Learners Dictionary. K Dictionaries Ltd All rights reserved. Disponível em: <http://pt.thefreedictionary.com/quotidiano> . <Acesso em 15 out. 2013>.



Nos países ocidentalizados, a escola ‘legalmente’ é local para todos, independentes da classe social, etnia, ou raça, conforme legalizado pela Magna Carta da maioria dos países. Mesmo os sujeitos pertencentes aos extratos sócio-econômicos mais empobrecidos da população, têm a possibilidade ao acesso a educação. No Brasil, essa obrigatoriedade se confirma na Lei nº 12.796, de abril de 2013, no artigo 6º: “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na Educação Básica a partir dos quatro anos de idade” (BRASIL, 2013).

Ezpeleta e Rockwell (2007), ao discutirem a funcionalidade da educação escolar, afirmam que a escola é, na teoria tradicional, uma instituição ou um aparelho do Estado, tanto na versão positivista de Durkheim, como nas versões críticas de Althusser e de Bourdieu. Para as autoras, o Estado transforma a escola automaticamente em representante unívoca de seus interesses. Com isso, a história documentada da escola é geralmente escrita a partir do poder estatal, a qual destaca sua existência homogênea. De acordo com a linha de pensamento das autoras, a escola se torna difusora de um sistema de valores universais ou dominantes que são transmitidos sem variações através dos regimentos efetivados sem muita flexibilidade. Além da história documentada da escola, as autoras apontam a história não documentada no âmbito escolar, que só podem ser reescritas pelas representações dos indivíduos e com suas múltiplas realidades, na memória de cada um em seu cotidiano, esquecidas ao longo do tempo como os documentos escolares, que muitas vezes são amontoados em uma sala escura e úmida no interior da escola ou mesmo na memória coletiva.

Para Ginzburgo (1976), identifica-se a história não documentada com auxílio das ferramentas da história, seja através da oralidade ou historiografia dos documentos escolares, recuperando a partir de pesquisas no cotidiano das escolas. É justamente a partir daí que surge o estudo do cotidiano escolar com professores, alunos, gestores e funcionários, construindo a historicidade a partir da memória de cada indivíduo.

A escola como instituição tem sua funcionalidade para o desenvolvimento dos indivíduos, atendendo principalmente a população infanto-juvenil, que ora admira ou ora repudia seus ensinamentos curriculares. De acordo com Biesta (2013, p. 39), tanto os pais quanto as crianças não entendem o propósito real de ir à escola, ao quais ambos são levados a pensar por fatores culturais que é o espaço mais propício para as “novas teorias da aprendizagem” (FOSNOT, 1996; LAVE; WENGER, 1991).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Capítulo IV, o Artigo 54, e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Artigo 4

ratificam que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, o Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria e a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuita ao Ensino Médio. [...] No Artigo 55, do ECA é atribuído a função aos pais ou responsáveis as obrigações de se fazerem a matrícula de seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. (ECA, 1990). Ainda na LDB, no Artigo 21, a educação escolar compõe-se de níveis escolares como a Educação Básica que é formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e a Educação Superior.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação. (BRASIL, LDB, 1996, Art.2.)

Família e o estado, segundo a LDB de 1996, têm por obrigação à finalidade de orientar o educando para a cidadania e trabalho, conseqüentemente a instituição escolar tem o objetivo de oferecer o ensino de qualidade mantendo sua permanência no ensino. Os alunos da Educação Básica deverão ter uma frequência escolar de 75% de aulas através de oitocentas horas, distribuídas por 200 dias letivos. (LDB, 1996, art. 24). As aulas do período diurno são de 50 minutos e do período noturno de 45 minutos.

Para que haja essa funcionalidade da escola, e que os alunos recebam esse suporte, inúmeros profissionais exercem funções educacionais. São funcionários escolares atuais (2014):

- Gestores: diretor(a), vice diretor(a): possuem inúmeras atribuições, gerenciam o espaço físico escolar, os materiais de patrimônio, o administrativo de pessoal e financeiro, incentivam à leitura, fazem parcerias com outras instituições públicas que estejam ligadas a educação e fazem reuniões juntamente com a Associação de Pais e Mestres (APM), Conselho Escolar (CE) entre outras funções que vão surgindo no dia-a-dia da escola.

- O(s) coordenador(es) pedagógico(s): tem a função de orientar professores e alunos em suas atribuições, coordenar o trabalho pedagógico escolar, traçar juntamente com professores e gestores projetos pedagógicos e elaborar as reuniões pedagógicas;

- Os professores: têm atribuições de ministrar aulas nas mais diversas disciplinas no Ensino Fundamental (E.F) ou no Ensino Médio (E.M), cujo objetivo é dar orientação básica ao educando em sala de aula, são eles: professores de Ciências para o E.F e Biologia, Física, Química para o E.M, segundo o Currículo de Ciências da Natureza e

suas Tecnologias; os professores de História e Geografia para os E.F e E.M, e Filosofia e Sociologia para o E.M, de acordo com o Currículo de Ciências Humanas e suas Tecnologias; os professores de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna Inglês e Espanhol, Artes e Educação Física para os E.F e E.M, segundo o Currículo de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; e, por fim, os professores que ministram aulas nos E.F e E.M de acordo com o Currículo de Matemática e suas Tecnologias. Nas escolas do país há professores titulares de cargo efetivos que prestaram concurso público e professores eventuais que são contratados temporariamente para substituir os professores efetivos que se afastam para férias, licenças, exoneração, etc.

A equipe de apoio técnico administrativo e serviço é representada pelos funcionários que integram o núcleo administrativo composto pelo(a) secretário(a) titular, para o núcleo operacional, composto pelo agente de organização escolar, agente de serviços escolares, zeladores e as merendeiras compostas por cozinheiros(as) e auxiliares, que, na maioria dos estados do país, são funcionários das prefeituras municipais e que prestam serviço para escolas estaduais. Esse trabalho atualmente é uma parceria entre as prefeituras e secretarias estaduais de educação, que por sua vez é repassado a verba por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Governo Federal. Essas entidades recebem a verba e compram os alimentos para a merenda escolar e prestam contas ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

No cotidiano das escolas as Reuniões Pedagógicas dependem do número de aulas de cada professor, variando entre 02 ou 03 horas-aulas em encontros semanais. Essas reuniões acontecem no interior da escola. É um momento em que os professores discutem o processo ensino e aprendizagem, a indisciplina no âmbito escolar, formação de professor e recebem recados gerais, como: cursos, vida profissional, projetos pedagógicos, estudos coletivos de textos entre outros assuntos pertinentes ligados a educação escolar. As Reuniões Pedagógicas são regidas pelos(as) coordenadores(as) pedagógicos, acompanhados pelo(a) diretor(a) ou pelo(a) vice diretor(a) escolar.

Conforme a LDB 1996, no Título IV, os docentes têm a responsabilidade de participar da elaboração pedagógica do estabelecimento de ensino [...] além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional (Inc. I e inc. V, art. 13, LDB – Lei nº. 9.394/96) assegurando aos educadores um espaço destinado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho (Inc. V, art. 67, LDB – Lei nº. 9.394/96). Mas, para Torres

(2001), as “reuniões pedagógicas não correspondem com seus reais objetivos, uma vez que se constituem em espaços onde são abordadas mais questões administrativas ou institucionais do que discussões referentes ao processo ensino-aprendizagem” (TORRES, 2001, p. 45-51).

O Calendário Escolar é elaborado para as atividades pedagógicas anuais, ao qual são reservados dias úteis no primeiro semestre para o planejamento e no segundo semestre para o replanejamento. Os educadores devem se atentar para as atividades de planejamento e replanejamento que estão pré-estabelecidas no calendário, disponibilizados aos professores no início do ano letivo. São justamente nesses encontros que a equipe de professores e gestores da escola, traçam os projetos a serem desenvolvidos ao longo do ano, como os passeios, as avaliações, o material didático a utilizar, os projetos interdisciplinares e revisão de projetos pedagógicos anteriores que funcionaram e que devem continuar ao longo do ano letivo. A equipe escolar utiliza como norte o Regimento Interno (RI), o Projeto Político Pedagógico (PPP), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como documentos oficiais em seus trabalhos pedagógicos.

Para suprir o Regimento Escolar, há outros órgãos internos que dão suporte à equipe educacional em decisões pertinentes do cotidiano escolar, que não cabem apenas aos gestores e educadores da Unidade Escolar (UE). Esses órgãos correspondem ao Conselho de Escola ou Conselho Classe e Série/Ano, constituído por gestores, professores, alunos e pais, considerando ser essa uma escola democrática, com o Conselho de Classe participativo que se reúnem bimestralmente a partir da LDB 9394/96; a Associação de Pais e Mestres (APM) tem como segmento a Assembléia Geral, o Conselho Fiscal, o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva, administrando os recursos financeiros que chegam a Unidade Escolar (U.E). Cabe a APM da escola, administrar a cantina, quando essa possui espaço apropriado para tais práticas ou uma licitação a quem estiver interessado a esse trabalho no âmbito escolar; o Grêmio Estudantil, através da Lei Nº 7.398 de novembro de 1985 é órgão máximo de representação dos estudantes na U.E, cujos objetos são: defender os interesses dos alunos, incentivarem as atividades artísticas, literárias e desportivas, buscar as práticas democráticas no interior da escola através de debates internos. As instancias deliberativas do Grêmio Estudantil são: Diretoria do Grêmio, a Assembléia Geral dos

Estudantes e o Conselho de Representantes de Turmas, cada uma com suas funções durante o ano letivo. (BRASIL, 1985)

Para o uso de uniformes nas escolas públicas, há uma discussão muito grande através de um Projeto de Lei (PL) do Congresso Nacional que institui a obrigatoriedade de uso de uniforme estudantil nas escolas públicas do país, que se baseia no Artigo 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O PL 2728/2007 do Senador Cícero Lucena busca a criação, pela União, do Programa Nacional de Uniforme Escolar com a compra desses uniformes para seus alunos que atualmente está aguardando o Parecer na Comissão de Finanças e Tributação (BRASIL, TCU, 2010). A obrigatoriedade do uso de uniforme se justifica pela segurança dos alunos, como no caso para a ida à escola e seu retorno para casa, como também para que todos os funcionários, professores e gestores possam reconhecê-lo no interior da escola. Entretanto, essa cobrança maciça do uso de uniforme em algumas escolas, pode ser interpretada de forma ambígua, posto que, ninguém pode impedir a entrada na instituição, pois, de acordo com Artigo 53/ I do E.C.A: “A criança e o adolescente têm direito à educação além da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Portanto, há escolas em que as cobranças são maiores que outras, em relação ao uso do uniforme.

Os sistemas de avaliação das escolas públicas do país se desenvolvem em torno das avaliações internas e externas. As avaliações internas são aquelas aplicadas pelos professores em seu cotidiano, conceituando uma nota de 0 a 10 pontos, ao qual atribui um conceito de desempenho para aprovação ou reprovação do aluno. Conforme Hoffmann (1991) são nessas avaliações que “aluno e o professor buscam coordenar seus pontos de vista, trocando idéias, reorganizando-as” (HOFFMANN, 1991, p. 67), ou seja, a avaliação interna dá possibilidade ao professor de mediar, investigar o cotidiano de seu aluno através dos registros diários dos cadernos e principalmente pelas observações das produções e discussões do seu dia-a-dia. Para as avaliações externas algumas são aplicadas pelo governo federal e pelo governo estadual. Pelo governo federal, destaca-se o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), composto por três avaliações externas, das quais nos interessa, com ênfase na educação básica, apenas a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB). Essa última, tem como objetivo avaliar a qualidade, a eficiência e a equidade da educação nacional no ensino público e privado aplicado nas 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do E. F e no 3ª série do E.M. A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), também conhecida como “Prova Brasil”, tem como objetivo avaliar a qualidade do ensino nas escolas públicas.

Essas duas avaliações, SAEB E ANRESC, são aplicadas bianualmente. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) se resume nos resultados obtidos pelos alunos que participaram da “Prova Brasil” e a ANEB.

No Brasil, observa-se claramente que no Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM), o quesito educação é o principal agravante, ou melhor, a causa da redução desse IDH no país. Por exemplo, ao observar as 28 primeiras posições, das melhores cidades para se viver no Brasil, conforme o IDHM de 2010, Assis, no estado de São Paulo, foi a primeira cidade que apresentou no ranking a educação como melhor componente (0,781), do que a longevidade (0,771). O mesmo só volta a ocorrer com a cidade de Marília na 47ª posição, educação (0,776) melhor que a renda (0,768). Ao mostrar esses dados, se vê que a educação no país em 2014, precisou ser melhorada e o trabalho em conjunto do executivo nos municípios, estados e país devem estar interligados (ATLAS BRASIL, 2013).

No Brasil e no mundo, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e a Cultura (UNESCO), tem como missão principal a busca da solução para os problemas enfrentados pelas sociedades, atuando principalmente na Educação, Ciências Humanas, Ciências Naturais e Sociais, Cultura na Informação e na Comunicação, priorizando para projetos educacionais, formação de professores e avaliação de resultados. (ONU/IDH, 2013).

Com isso, escolas do país, compreendendo a importância da melhoria do ensino, solicitam investimentos em infraestrutura, formação de professores e recursos didáticos (tecnológicos ou materiais), para conquistar suas metas educacionais. Existe uma grande inquietação por parte das secretarias de educação de estados e município do país, que estão preocupados com o processo de ensino e aprendizagem de professores e alunos abrindo salas de informática, leitura ou biblioteca em suas Unidades Escolares.

A Sala de informática é um programa desenvolvido em conjunto com Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) e pelas Secretarias de Gestão Pública e de Educação, cujo objetivo é promover a inclusão digital e social dos alunos, funcionários e professores das escolas da rede pública no país.

A biblioteca e a sala de leitura são espaços que devem proporcionar aos alunos e professores a oportunidade de acesso a revistas, jornais, livros, DVDs e CDs que a escola possui no acervo, com objetivo de incentivar a leitura. As escolas que possuem a Sala de Leitura devem contar também com professores para atender alunos e professores no desenvolvimento da leitura. Infelizmente, esses suportes técnicos não são

constantes em todos os estados e municípios do país, existindo investimentos conforme a disponibilidade de recursos para tais finalidades.

Indiscutivelmente, a escola passa ser um espaço importante na fase do desenvolvimento social e intelectual da criança e do adolescente com obrigatoriedade dos pais ou responsáveis e do executivo municipal, estadual e federal em mantê-los nesse ambiente. Para isso, o espaço físico da escola deve ser agradável a cada indivíduo que passa por ela, sejam alunos ou professores. A estrutura física da escola é um fator primordial no estudo desse contexto do conhecimento da escola atual (2014). Os espaços físicos ou pedagógicos colaboram positivamente no processo de ensino-aprendizagem, pois alunos e professores necessitam de suportes básicos para o desenvolvimento educacional, como: os laboratórios de ciências (Química, Física e Biologia), quadra de esportes, biblioteca, cantina (refeitório), pátio e sala de informática.

Ao pensar na escola como espaço do processo de ensino e aprendizagem, essa tem as mais variadas formas, desde escolas com salas de aulas multisseriadas<sup>3</sup> ou as salas de aulas com lousa digital<sup>4</sup>. Para Masschelein (2013), a escola assumiu formas diferenciadas ao longo do tempo e que deve existir efetivamente com as mudanças de ordem social:

A escola, como uma “instituição moderna” – a forma que assumiu no século XVIII e começo XIX no Ocidente – é um exemplo da tentativa de dissipar a renovação, o potencial radical e a “capacidade de começar” que ela oferece. Isso acontece ao se apresentar algo e, simultaneamente, deixar claro que “é assim que deve ser feito, e esses são materiais de aprendizagem que devemos usar”. Como uma instituição, a escola serve a um ideal predeterminado [...] Na instituição moderna, a tentativa de domar sempre toma forma de conectar a “matéria” como conhecimento, significados e valores em uma ordem social existente ou nova. Como instituição, a escola deve incorporar esse ideal – ele a controla – e os recém-chegados são iniciadas no uso adequado de um determinado texto ou habilidade. (MASSCHELEIN, 2013, p. 106)

Conforme a tese de doutorado de Silva (2009), “Espaço Escolar na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1966)”, é possível verificar a arquitetura nas

---

<sup>3</sup> Conforme os dados do Censo Escolar no Brasil, de 2011, 45.716 escolas possuem salas de aulas multisseriadas, onde são ministradas aulas para alunos de diferentes séries e idades, a maioria destas, ficam na zona rural, ou seja, 42.711 e 3.005 na zona urbana.

<sup>4</sup> A Secretaria de Estado da Educação (SP) e a Empresa Dell fecharam um acordo a partir de 22 de junho de 2009, para levar lousas digitais a 26 escolas estaduais de Hortolândia, no interior do Estado. Essa parceria beneficiou cerca de seis mil alunos de 150 turmas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

escolas durante o recorte histórico, a partir dos artigos publicados no periódico, nos quais se destacaram que:

As construções projetadas para a escola constituíam um conjunto de espaços úteis, com vários desdobramentos arquiteturas, funcionais e hierárquicos, nos quais os alunos seriam distribuídos, ordenados, organizados, de acordo com a idade, desempenho, deslocando-se, sob o comando do(a) professor(a), ora para um, ora para outro ambiente. Os espaços primavam pela sua funcionalidade, ao mesmo tempo disciplinares, concebidos para promover o desenvolvimento das potencialidades daqueles que os freqüentavam. (SILVA, 2009, p. 61)

De acordo com Foucault (1987), os quartéis, as escolas, os orfanatos os presídios tem as mesmas estruturas, como as “localizações funcionais”<sup>5</sup> e os muros altos com suas determinadas finalidades. Então, qual a serventia dos muros escolares? Atualmente pode ser respondido que há inúmeras serventias, como por exemplo: proteger de salteadores ou traficantes, impedir fugas dos alunos durante as aulas, como espaço de artes com cartazes ou mesmo pichações de manifestações pessoais ou coletivas, para reter a bola na partida de futebol, além de um espaço para ficar encostado para namorar ou prosear com os amigos. Enfim, cada escola vai construindo seu espaço particular dentro dos seus limites financeiros de investimentos, aumentando o muro ou retirando-os, comprando carteiras ou reutilizando-as, construindo sala de aulas ou adaptando-as em espaços de aprendizagem. Com isso, a infraestrutura escolar, pode estar diretamente relacionada ao desempenho educacional no processo de ensino e aprendizagem de escolas do país, expondo o cotidiano de muitos alunos no Brasil.

A escola não pode continuar, segregada da comunidade em que atua. Observa-se que, atualmente, até mesmo na aparência física a escola aparece como algo estranho dentro da comunidade. Geralmente é um prédio que sobressai entre as casas, cercado por altos muros, muitas vezes encimados por fio de arame farpados, com portões fechados à chave e controlados por vigias. Os alunos só entram em horário de aula e é “proibida a entrada de pessoas estranhas”. Consequência natural é que a escola muitas vezes não é vista e sentida como um bem comunitário, que está a serviço da população local (MONROE, 1983, p. 251-252).

O cotidiano na escola não é algo fixo ou imutável, pelo contrário está em mutação constante. Frente a essa discussão, sobre a escola pública brasileira nos moldes atuais, cabe analisar as pesquisas sobre/o/no cotidiano escolar, ponto da próxima abordagem.

---

<sup>5</sup> São espaços determinados que definem para o vigiar, romper as comunicações perigosas e também como um espaço útil.



### 1.3. Sobre o Cotidiano Escolar

Empiricamente, como dito na Introdução desse trabalho, os primeiros estudos desenvolvidos acerca do cotidiano escolar começaram-se nos Estados Unidos com estudos de Stake (1983a, 1983b), os resultados contribuíram para reflexão crítica e observação da escola. O pesquisador aponta sobre a necessidade de cruzar as fontes de pesquisas, a partir da observação e resultados na rotina escolar. São justamente suas pesquisas, que vão permitir o desenvolvimento de pesquisas no Brasil, com possibilidades teórico-metodológicas para a pesquisa do/no/sobre o cotidiano escolar.

Mas, ao se percorrer ao longo história, o cotidiano escolar já existe entre os povos primitivos, como por exemplo, na educação chinesa, hindu, judaica, grega (espartana e ateniense), romana ou cristã como abordam historiadores e educadores, embora sejam contextos históricos diferentes.

Saviani (1983) defende que não é suficiente apenas conhecer os relatos, as ideias e os detalhes históricos de cada educação citadas acima, afirmando que para a análise do cotidiano escolar é preciso ir além, investigando-se todos os aspectos que se fazem presentes na escola, seja “na ordem econômica, política e social do país, cujo seio desenvolve o fenômeno educativo que se quer compreende, uma vez que é esse processo de investigação que fará emergir a problemática educacional” (SAVIANI, 1983, p. 38).

As pesquisas feitas por Stake (1983a, 1983b), destacam a importância de se observar minuciosamente o cotidiano da escola, indicando que as pesquisas na área devem oferecer suportes práticos de como se analisar dados qualitativos na elaboração de relatórios. Para o autor, deve-se observar tanto aquilo que é comum, quanto o que é particular à determinada circunstância, além dos aspectos históricos, bem como os contextos político, econômico e sociais.

Segundo André (2004), foi com o aumento dos estudos qualitativos, a partir da década 1980, que passaram a crescer no país os interesses pelo estudo do cotidiano escolar. A autora mostra que é indispensável o conhecimento das especificidades da experiência cotidiana, com destaque para as relações sociais que se configuram nesse espaço, posto que, no âmbito escolar, as dimensões socioculturais e sociopolítica estão presentes. Conforme André (2001), é esse o estudo que propicia novos aspectos, e sua influência no dia-a-dia da escola se evidenciam. André (2008) aponta ainda quatro

dimensões ligadas ao dinamismo da vida escolar, “a) subjetiva/pessoal, b) institucional/organizacional, c) instrucional/relacional e d) sociopolítica”, as quais devem estar interligadas entre si e permitir, quando analisadas, a compreensão das relações sociais expressas no cotidiano escolar (ANDRÉ, 2008, p. 142-144). O objetivo principal dessas quatro dimensões é conscientizar o pesquisador acerca da complexidade e inter-relações em uma investigação da prática pedagógica cotidiana.

Para conhecer a dinâmica da sala de aula é preciso levar em conta a história pessoal de cada indivíduo que nela está inserido. Nos alunos, cabe verificar as condições de apropriação e conhecimentos, como a linguagem, processos cognitivos, estratificação social. Nos docentes, a pesquisa sobre o cotidiano escolar deve envolver o estudo sobre as condições de trabalho, experiência, concepções e valores. Além disso, as pesquisas sobre o cotidiano escolar devem considerar, estudar as forças institucionais, a rede de relações inter e extraescolar e a estrutura administrativa. Por conseguinte, pode-se compreender o dia-a-dia de uma escola e como ela vem desempenhando seu papel de agência socializadora e educativa (ANDRÉ, 2008, p.144).

André (2008) examina o estudo feito por Marim, Bueno e Sampaio (2005), que procuraram analisar as dissertações e teses que tiveram a escola como objeto de estudo no período de 1981-1998, e afirma:

A distribuição das investigações por campos temáticos revela, segundo os autores (Marim, Bueno e Sampaio) que a escola é preferencialmente estudada em seus elementos constitutivos. Esse dado é reforçado pela análise dos temas principais em que a categoria mais incidente se refere a um conteúdo específico é “os componentes curriculares”. No entanto, o segundo tema mais investigado é “organização do trabalho escolar”, que evidencia tendência a uma abordagem mais ampla e geral da escola. Parece haver aí uma oscilação entre abordagens mais específicas e mais gerais. Outro tema que se destaca é o da docência (formação e prática docente), que na interpretação dos autores evidencia uma preocupação dos pesquisadores. (ANDRÉ, 2008 p. 137)

André também analisou a pesquisa de Carvalho (2004), a qual referencia os 162 projetos financiados pelo CNPq de 1985 a 2003, cujo objeto de estudo se limitava às escolas públicas do Ensino Fundamental. Em suas palavras:

De modo geral, a escola é investigada em partes e não em sua totalidade. Mostra ainda que os autores que servem de referência aos estudos tratam de questões gerais de educação e de realidades muito diferentes das de nossas escolas. Conseqüentemente, a grande parte das pesquisas não traz resultados que fazem avançar o conhecimento sobre a escola pública brasileira. Isso

nos leva a reforçar a importância dos estudos sobre o cotidiano escolar numa perspectiva de totalidade e de complexidade (ANDRÉ, 2008 p. 140).

Para fazer uma pesquisa do/no/sobre o cotidiano escolar, André (2008) sugere como base metodológica a pesquisa etnográfica de observação participante, as entrevistas e o contato direto do pesquisador com a situação pesquisada. Esse método deve tornar possível a reconstrução dos processos de relações que configuram a experiência escolar diária, permitir documentar o não documentado e descrever as ações e representações de seus atores. Essa ação possibilitará ao pesquisador chegar mais perto de suas respostas, entender o funcionamento da escola analisada, as dominações, apropriações, valores, etc. Para a autora, pesquisar sobre cotidiano escolar é colocar uma lente de aumento na dinâmica das relações e interações para se conhecer a escola mais de perto e compreender o papel de cada sujeito nesse processo educacional. Porém, as pesquisas sobre esse tema devem ser analisadas com um cuidado especial, pois, há contradições entre as memórias coletiva e individual, além do confronto entre a fonte escrita e a fonte oral. O pesquisador precisa planejar os métodos de análise subsidiado no contexto histórico, econômico e social, para não cair em descrédito. Ao ouvir um relato oral em uma pesquisa do cotidiano escolar, o participante defende sua visão de mundo.

É preciso, pois, que eu incorpore a ideia que ao dizer uma história, eu a faço e sou um narrador praticante dos relatos que chegam até mim, neles inserindo o fio do meu modo de contar. Exerço, assim, a arte de contar histórias, tão importante para quem vive o cotidiano do aprender ensinar. Acrescento ao grande prazer de contar histórias, o prazeroso ato da pertinência do que é científico. (ALVES, 2009, p.3)

A importância do estudo sobre o cotidiano escolar é também ressaltada a partir de metáforas, como, por exemplo, a “caixa preta” de um avião após um desastre, a qual todos buscam saber quais informações nela contidas (ALVES, 2003, p.63). Do mesmo modo, há interrogativas por parte dos pesquisadores e sociedade, para saber o que se passa no cotidiano escolar. Estes estudos têm permitido conhecer, como são fabricados os conhecimentos e os acontecimentos culturais, como a tecnologia e a cultura material que se insere e permeia o âmbito escolar.

Segundo Alves (2008), há pontos importantes para o estudo do cotidiano escolar: o pensamento nos cotidianos, as redes educativas, a produção de sentidos e artefatos nos cotidianos. A autora também destaca cinco movimentos que possam

decifrar as lógicas dos cotidianos. O primeiro destes movimentos é “o sentimento do mundo”, o qual trata da necessidade de aprofundamento nos estudos sobre o cotidiano, conhecendo além do horizonte, ultrapassando os limites que são apresentados. O segundo é conhecido como “virar de ponta-cabeça” - indica a necessidade de destrinchar as múltiplas fontes teorias que são impostas e tidas como verdadeiras. O terceiro, o “beber de todas as fontes”, é o estudo que deve ser efetuado em diversas fontes, as quais permitirão uma melhor compreensão da sua complexidade. O quarto, “narrar à vida”, está voltado para os registros das narrativas, destacada pela multiplicidade da realidade cotidiana. Por fim, o quinto movimento, “os sentimentos”, o qual ela discute “o que de fato interessa nas pesquisas nos cotidianos são as pessoas, os praticantes”. (ALVES, 2008, p.18- 46).

De acordo com Alves (1998), o estudo no cotidiano escolar, está na inserção do pesquisador na complexidade e na multiplicidade do dia-a-dia da escola.

Os trabalhos que se preocupam com o cotidiano da escola e com os diferentes modos culturais aí presentes partem, então, da idéia de que é neste processo que aprendemos e ensinamos a ler, a escrever, a contar, a colocar questões ao mundo que nos cercam, à natureza, à maneira como homens/mulheres se relacionam entre si e com ela, a poetizar a vida, a amar o outro. [...] É, pois, assim que aprendemos a encontrar soluções para os problemas criados por soluções encontradas anteriormente [...] (ALVES, 2003, p. 66).

Para Alves (2000), há uma relação direta do estudo do cotidiano escolar com a historiografia da educação brasileira. Daí decorre a importância dos registros cotidianos nas escolas, que servem de documentos para pesquisas às gerações futuras. Os trabalhos científicos voltados ao estudo do cotidiano escolar permitem compreender o que se passa no “espaço” (Escola) e no “tempo” (História). Pois, “é assim que aprendemos a encontrar soluções para os problemas criados por soluções encontradas anteriormente na história” (ALVES, 2003, p.66). E como aponta Galvão (2004), “é no cotidiano escolar que atuam os educadores e onde se dão as interações entre os diversos profissionais que participam diretamente ou indiretamente do processo de educação da criança ou do jovem” (GALVÃO, 2004, p. 28).

Por fim, embora a complexidade do cotidiano escolar seja percebida, as pesquisas acabam se desenvolvendo em torno de apenas duas concepções: uma voltada à compreensão das concepções sobre o cotidiano escolar, e a outra às relações com a cultura. Pensando nisso, Alves (2003), referencia as pesquisas de Ezpeleta e Rockwell (1986), no México, que incorporavam aos estudos do cotidiano a descrição da escola,

não apenas nos aspectos negativos, mas em todos os aspectos sem julgamento de valores.

Pensar no cotidiano escolar em toda a sua complexidade, como apontado por Alves, implica também ter presente que as desigualdades sociais fazem parte do cotidiano escolar e o determinam. Neste sentido, Bourdieu (2007), na obra “Escritos da Educação”, discute o capital social, um meio para difundir as relações em um determinado espaço social, e a quantidade do volume de capital social ou econômico adquirido, que determina a rede de relações sociais do indivíduo. A partir daí, Bourdieu formulou o conceito de capital cultural, para compreender a desigualdade de desempenho escolar de crianças das diferentes classes sociais. Esse é tido como um recurso de poder, como o amplo acesso às informações e às atividades culturais, num sentido de valores, estilos, estruturas psicológicas, gostos, etc.

Bourdieu (2007) analisa, na obra “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura”, as influências do capital cultural frente a um sistema de valores sociais, que são determinados por agregar conhecimentos, sinais lingüísticos, posturas, informações e atitudes que fazem a diferença dos rendimentos no cotidiano escolar, de modo que, esses relacionamentos, como os ensinamentos, considerados segundo Bourdieu, como “capital cultural”, são adquiridos no próprio lar pelo responsável. Essas ações e hábitos são características adquiridas principalmente nas classes sociais mais cultas. O autor faz uma reflexão e relaciona a origem social, o capital cultural e a trajetória escolar, buscando desvendar os mitos (dom e talento). Essa discussão é encontrada no texto, “Os três estados do capital cultural e o capital social – notas provisórias”.

Sobre as questões etnoculturais em sala de aula, Bourdieu (2007) descreve esses três estados existentes no capital cultural, o estado incorporado, o estado objetivado e o estado institucionalizado. Essas hipóteses são indispensáveis para compreender a desigualdade do desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionada ao sucesso escolar ou ao fracasso escolar no cotidiano da escola. No estado incorporado, a durabilidade do capital cultural só ocorrerá de forma pessoal e com o passar do tempo. Sua principal causa não pode ser provocada através de fatores externos. O capital cultural no estado objetivado surge com aquisição de bens culturais, por meio do capital econômico, sendo indispensável à relação com o estado incorporado, o que institui mecanismos de apropriação e os “símbolos” que são pertinentes à identificação do mesmo. No estado institucionalizado, a efetivação

ocorrerá através da posse de propriedade cultural, ou seja, com a aquisição dos diplomas. (BOURDIEU, 2007, p. 73-79).

Segundo Bourdieu (1989), essas culturas são produções simbólicas que soam como instrumentos de dominação inseridos nos diferentes símbolos, mito, língua, arte e ciência, que servem como instrumentos de reconhecimento da cultura. Para o autor, é essa cultura que contribui efetivamente na integração real da classe dominante e para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto. Então, a cultura é dominante, seja na função de divisão ou de comunicação, podendo tanto unir quanto separar: “ela legitima as distinções de todas as culturas o que pode ser definida por sua própria distância em relação à cultura dominante” (BOURDIEU, 1989, p. 10-11).

No texto “Futuro de classe e causalidade do provável”, Bourdieu (2007) apresenta o conceito de “Habitus” que paralelamente representa o capital social, econômico e intelectual do indivíduo. Nessa discussão, o autor destaca a família como fator fundamental para perpetuar a produção e reprodução dos capitais social, econômico e intelectual, na manutenção ou melhoramento da posição social em um sistema de classes. Sua funcionalidade pode ocorrer através das estratégias de manutenção e acúmulo de capitais (social, econômico e intelectual) por meio de altos investimentos na educação por meio da família.

Bourdieu e Boltanski (2007) analisam em “O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução” através das relações existentes entre o sistema de ensino e a produção do trabalho, para os quais a especialização e a habilidade do indivíduo tornam-se essenciais no mercado de trabalho, utilizadas sistematicamente no sistema escolar.

No texto “Classificação, desclassificação, reclassificação”, o autor constata que “os indivíduos ou famílias visam manter ou melhorar sua posição no espaço social, mantendo ou aumentando seu capital ao preço de uma reconversão de uma espécie de capital numa outra mais rentável [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 147). Com estratégias de reprodução, sejam elas explícitas ou implícitas, o objetivo de investimentos no capital escolar na atualidade visa à obtenção de cursos em carreiras bastante almejadas.

Bourdieu (2007) compartilha suas ideias com Saint-Martin, e juntos analisam o que eles denominam de categorias do juízo professoral, através do sistema de desclassificação e classificação escolar. Do ponto de vista dos autores, a avaliação do sistema escolar pode estar estruturada, ou não, em um juízo de valor com o saber do

indivíduo. A forma de pensamentos e ações de cada indivíduo pode contribuir para as desigualdades escolares. Assim:

O professor pode tudo se permitir, incluindo as alusões mais transparentes à classificação social (“vulgar”, “pesado”, “pobre”, “estreito”, “mediocre”, “gauche”, “desajeitado”, etc.) porque é fora de cogitação, aqui, que alguém possa “pensar mal”: a neutralidade escolar não passa na verdade dessa extraordinária denegação coletiva que faz, por exemplo, com que o professor possa em nome da autoridade que lhe delega a instituição escolar, condenar como escolares as produções e as expressões que apenas são o que a instituição escolar produz e exige. Essa denegação se produz dentro e por cada um dos professores singulares que atribuem notas aos alunos em função de uma percepção escolar de suas expressões escolares e de sua pessoa total: o que é julgado é um produto escolarmente qualificado, uma cópia “sem brilho”, uma exposição “apenas passável” e assim por diante, jamais um pequeno burguês (BOURDIEU, 2007, p. 197).

Com Champagne, Bourdieu (2007) escreve “Os excluídos do interior”. Eles analisam as desigualdades escolares daqueles de classe menos favorecida economicamente. Os autores chamam a atenção à exclusão intra-escolar que ocorre de forma implícita quando há o preenchimento de vagas em cursos menos disputados nas universidades. Esse cotidiano se caracteriza pelos cursos de licenciatura que estão “ligados ao contexto do mercado de trabalho onde a oferta empregatícia é praticamente garantida aos formados, resultante da abertura de postos de ocupação nas escolas dessas regiões, não privilegiadas” (SILVEIRA, 2011, p.313). A correlação existente entre proveito e benefícios determina as profissões de baixa remuneração e torna, o sistema escolar das classes abastadas, profissões pré-definida dessa classe social.

Bourdieu (2007) verifica o papel do capital social, econômico e escolar no texto “As contradições da herança”, que de certa forma é repassado através da família para a construção da identidade. Se um pai almeja ao filho as mesmas riquezas (um pai burguês), “pode se reconhecer o ego que produziu e reproduziu na identificação daquilo que ele é e ratifica com excelência de sua própria identidade social” (BOURDIEU, 2007, p. 232). Essa aceitação, ou não, nos sistemas escolares dependerá do momento histórico, determinado pelo desempenho escolar de seus gestores.

Candau (2011, 2002, 2008) também tem escrito sobre o cotidiano escolar na atualidade e suas produções buscam destacar as relações sociais e os conflitos enfrentados no âmbito escolar a partir das desigualdades.

Candau e Moreira definem o ambiente educacional como:

Uma instituição construída historicamente no contexto da modernidade, considerada como mediação privilegiada para desenvolver uma função social fundamental, como: transmitir cultura, oferecer às novas gerações o que de mais significativo culturalmente produziu a humanidade (CANDAU e MOREIRA, 2003, p. 160).

Contudo, no espaço escolar, segundo Candau (2002), as desigualdades sociais se evidenciam de diferentes modos, sendo o aniquilamento do “outro”, uma das suas formas.

A formação histórica do país está marcada pela eliminação física do “outro” ou por sua escravização, que é uma forma violenta de negação de sua alteridade. Os processos de negação do “outro” também se dão no plano das representações e no imaginário social. (CANDAU, 2002, p. 126).

A autora tem, então, atentado em seus estudos para a problemática da escola ser em seu cotidiano um espaço intercultural. Segundo Candau (2008), o cotidiano escolar é o espaço de igualdades e diferenças ao mesmo tempo, ao qual denomina, de “interculturalidade”. A interculturalidade está presente no cotidiano escolar, e, na maioria das vezes, não é compreendida nem analisada pelos gestores, professores e alunos, o que aumenta os preconceitos e causas de conflitos, provocados através das diferenças.

Conforme Candau (2011), o espaço escolar está em constante construção. Nele ocorre injustiças, discriminações e desigualdades, que se explicitam e desafiam as práticas arraigadas no cotidiano escolar. Uma provável solução para isso, segundo Candau (2008), é a defesa de uma perspectiva intercultural que busque promover uma educação de reconhecimento do “outro”, ou seja, de diálogo entre os mais diferentes grupos sociais e culturais, orientada à construção de uma sociedade democrática que articule as políticas de igualdade e identidade. De acordo com a autora, as diferenças são essenciais para o crescimento dos diálogos, que devem ser reconhecidas e valorizadas por todos nas escolas atuais. Embora, diga:

Não se trata de maximizar a dimensão cultural e nem desvinculá-la das questões do caráter estrutural ou da problemática da desigualdade e da exclusão, muito menos considerá-la um mero subproduto desta realidade. Nesse momento, o importante é a configuração político-social e ideológica, não negando a especificidade da problemática cultural, sem considerá-la de modo isolado e autocentrado. (CANDAU, 2002, p. 126)



Segundo Patto (1992), a pesquisa educacional tem a tarefa de explicar o cotidiano na escola ao longo da história da educação brasileira, principalmente por meio da análise crítica das ideias, do exame de sua filiação e de seus determinantes sociais.

Outro fator importante a ressaltar, segundo a autora, sobre o cotidiano nas escolas brasileiras, se identifica nas condições de trabalho exercidas pelos educadores, ou seja, recebem uma carga muito pesada na função, e sofrem desvalorização, através do sistema educacional brasileiro, seja por falta de materiais didáticos, estrutura física das escolas, falta de funcionários, valorização salarial ou de formação.

Patto (1993) aproveita a presença de Agnes Heller em suas ativas discussões pelo Brasil, para reforçar o conceito de cotidianidade e não cotidianidade, esses ligados a particularidade e individualidade da sociedade. Segundo a autora, as pesquisas educacionais por sua vez confirmam que existe o fracasso escolar principalmente com crianças de classes sociais menos favorecidas, e a análise dessa realidade ultrapassa a mera descrição dos fatos.

Por isso, fizeram parte dos registros, no diário de campo, sentimentos, associações de idéias, imagens e impressões do pesquisador que participava do campo de observação. Mais que isso, a busca de compreensão da realidade em foco passou pela atenção à relação pesquisador-pesquisado, no intuito de trazer para dentro da pesquisa, tornando-o objeto de reflexão, o significado que as situações e pessoas adquiriam para o pesquisador a cada passo do trabalho de campo bem como o significado que a pesquisa e o pesquisador assumiam aos olhos das pessoas pesquisadas no decorrer do processo de investigação. (PATTO 1993, p. 138-139)

Assim, os cotidianos de muitas escolas brasileiras passaram a enfrentar e a conviver com inúmeras dificuldades, ora buscando solucioná-las, ora deixando sob responsabilidade dos órgãos competentes.

Para Penin (1989), os fenômenos escolares percebidos apenas na fotografia de um momento não possibilitam a compreensão totalizadora e mais real dos mesmos, e com isso, é necessário que sejam identificados os movimentos contraditórios que os fazem mover-se, seja no momento estudado, seja em momentos sucessivos, historicamente considerados.

Segundo Penin (1989), é de fato no âmbito da análise do cotidiano, que melhor se entende as ações dos sujeitos, que movimentam processos constitutivos da realidade escolar, tendo em vista a sua transformação. Ela acredita que a natureza das ações e dos processos escolares não é alcançada apenas pela identificação da existência destes, mas na sua articulação com eventos presentes no nível social e histórico, com os quais a

análise macrossocial se preocupa. “Assim, é apenas o conhecimento crítico de um e outro nível que pode levar adiante o conhecimento da realidade”. (PENIN, 1989, p. 13)

Ao estudar o cotidiano em quatro escolas nos anos de 1964 e 1980, Penin (1989) procura contextualizá-las historicamente trazendo as análises macrossociais para as microssociais do cotidiano escolar. O período analisado corresponde ao regime político autoritário da Ditadura Militar<sup>6</sup> em 1964, e, a partir de 1980, com abertura democrática e com a forte campanha das Diretas Já<sup>7</sup>. Segundo a autora, o cotidiano pode ser melhor compreendido com a análise das principais mudanças ocorridas no país nas esferas políticas, econômicas educacionais. Esse estudo possibilitou comparar escolas de um mesmo sistema de ensino que iniciaram sua construção social em movimentos históricos diferentes e que foram criadas para servir a diferentes clientela e necessidades sociais. Mesmo tendo suas disparidades ou semelhanças, de acordo com Penin (1989), cada escola se apresentava como obra única<sup>8</sup>, resultado de uma singularidade e permanente construção social. Desta forma, foram considerados em sua pesquisa os indicadores da história singular, o tipo de professor e diretor, o tipo de alunos e pais, a organização do trabalho pedagógico e a prática desenvolvida.

Os autores citados nesse referencial, que evidenciam a importância do estudo sobre o cotidiano escolar, indicam que, ao conhecê-lo, é possível, a partir daí, conquistar e planejar as ações na escola que possam transformá-la no sentido desejado, fornecendo informações principalmente aos gestores institucionais, para auxiliar no trabalho, visando à melhoria da qualidade do ensino.

A partir desse estudo bibliográfico acerca da triangulação do cotidiano, da escola e do cotidiano escolar, com base nos autores mencionados, entende-se que são espaços, lugares, ambientes, pertinentes para o processo de ensino e aprendizagem de alunos e professores. Esse estudo nos leva a entender o porquê dos conflitos existentes entre os sujeitos que agregam a escola - um ambiente propício para os desafios do estágio de formação de professores em seus cursos educacionais. Pois é nesse ambiente escolar que o professor aprende a lecionar, a se relacionar, a ser educador, a ensinar. É nesse espaço que a teoria se integra à prática e o educador adquire suas experiências, sobressaindo ao iniciante na jornada educacional. Deve ser entendido, igualmente, como

---

<sup>6</sup> Corresponde aos 21 anos em que o Brasil foi governado por militares após o golpe contra o governo de João Goulart.

<sup>7</sup> Movimento civil que reivindicava as eleições de voto direto para presidente da república. Proposta da Emenda Constitucional Dante de Oliveira.

<sup>8</sup> No entendimento de Penin, a singularidade de cada escola foi analisada como Obra Alfa, Obra Beta, Obra Gama e Obra Delta.

lugar de observação e efetivação para a prática da gestão pública, espaço multicultural entre os jovens de patamar financeiro, raça ou crenças diferentes se relacionarem, ambiente de conhecimento das relações entre professor-aluno, local onde se encontrem a arte, a política, a filosofia, os diversos saberes. É, portanto, um microorganismo, porém relevante, por sua amplitude, na compreensão da educação. Então, considera-se que, o cotidiano escolar é muito complexo, está além de um mero espaço, ambiente ou local, como é comumente entendido. Por isso, o cotidiano escolar é analisado epistemologicamente em várias vertentes, e tem sido estudado em todos os aspectos de pesquisas, justamente para se tentar compreendê-lo na contemporaneidade.

A pesquisa sobre o cotidiano escolar na atualidade deve ser analisada nos mais diferentes aspectos, seja no contexto político, econômico, social, histórico, físico e cultural em que a instituição escolar esteja inserida. As escolas públicas atuais relacionadas às normas das Secretarias de Educação em todo país, se diferem, sejam no nível municipal, estadual ou federal. Por isso, todos esses fatores devem ser relevantes para o conhecimento do cotidiano escolar. A busca desse conhecimento na atualidade não pode estar limitada apenas à superficialidade de conceitos ou significados que a tange, mas é de suma importância mergulhar cada vez mais na análise dos elementos que agregam esse espaço com suas origens e as questões que representam seu cotidiano.

A respeito do cotidiano escolar, a pesquisa deve ocorrer sempre dentro de um contexto que seja permeado por multiplicidades de sentidos, e fazer parte de uma complexidade cultural analisada pelo pesquisador. Para compreender e, conseqüentemente, descrever essa cotidianidade, a pesquisa necessita estar envolvida a tudo que possa caracterizar esse espaço no tempo, como: os registros diários, as imagens iconográficas, a história oral, gravações, além dos documentos oficiais que são as fontes primárias no objeto de estudo. Diante da complexidade cultural em torno do cotidiano escolar, essas informações devem ser analisadas e podem ser considerados inacabados por estarem em construção. A função do pesquisador é descrever a situação no cotidiano escolar e revelar seus inúmeros significados, deixando por conta do leitor a óptica interpretativa com base na sustentação teórica através da veracidade científica.

As diversas análises acerca do cotidiano escolar não nos deixam dúvidas da pertinência sobre a educação escolar no processo de ensino e aprendizagem do indivíduo. A escola não pode meramente oferecer aos seus alunos o que pode ser adquirido em qualquer outra instância, como a televisão, internet, jornais etc., a considerar que a escola tem sua funcionalidade organizacional e que,

consequentemente, deve exercer uma relação contundente entre cotidiano/escola/cotidiano escolar, para que gestores e educadores conheçam essa problemática.

É através do estudo no cotidiano escolar que se detecta todas as representações e significações que vão desde os conflitos que geram a violência entre os sujeitos na escola até o processo de ensino e aprendizagem que efetiva a escola como espaço de socialização e cidadania na contemporaneidade, cumprindo suas funções. Esses detalhes observados pelas diversas abordagens metodológicas existentes caracterizam o cotidiano escolar como um local de construção de multiplicidades, por meio dos alunos, professores, gestores, comunidades e o currículo ‘imposto’ pelos órgãos educacionais.

Ao selecionar e examinar as pesquisas que analisam e se preocupam com a temática do cotidiano na escola, os autores, em seus métodos, apresentam que ele é representado em sua maioria por pesquisas empíricas e que os indivíduos (alunos, professores e comunidade) e as práticas de ensino e aprendizagem são as mais produzidas nas revistas científicas. É na totalidade e na concordância com essas pesquisas que se justifica as vantagens de se analisar inúmeras obras no intuito de melhor compreender a visão de cada objeto de pesquisa acerca da temática. Pois, ao aumentar as possibilidades de análise das pesquisas, aumentam também os debates e a compreensão dos caminhos teórico-epistemológico-metodológicos em torno do cotidiano escolar e buscam apontar soluções para os problemas apresentados na educação. Nada é idêntico, ou engessado, portanto, na educação, mesmo ao se tratar de um único sistema de ensino, como é o caso da Educação Básica na escola pública, ou da temática acerca do cotidiano escolar, o qual se propõe a analisar nos artigos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos de 1984 a 2014.

## **CAPÍTULO 2 - CARACTERIZAÇÃO DO INEP E DA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS**

### **2.1. A Revista**

Buscando conhecer quais são as temáticas sobre o cotidiano escolar que têm sido tratadas nas pesquisas e estudos, e paralelamente investigar se estes têm sido constantes ou modificados ao longo do tempo, optou-se realizar a análise por meio do periódico publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Parte-se do pressuposto que as produções publicadas retratam as principais preocupações que permeiam o âmbito escolar.

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) foi fundada como órgão oficial de estudos pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura e em julho de 2014, completou 70 anos de existência. Fato este que justifica a escolha por realizar a pesquisa nesta Revista na medida em que o periódico é publicado por um longo período de tempo sendo o principal veículo de divulgação científica do INEP. A RBEP é a mais antiga em pesquisa educacional organizada pelo governo federal em circulação no Brasil. É avaliada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no sistema Qualis<sup>9</sup> como “B1” na área de educação em 2014.

É importante salientar que não se trata de um periódico temático e sim de uma publicação aberta a todas as vertentes de reflexão e investigação no campo educativo brasileiro.

Possui um vasto acervo impresso de artigos científicos, publicados desde julho de 1944, passando a disponibilizar parte do material publicado no site do INEP.

Na “Apresentação”, volume 1, número 1, em 11 de julho de 1944, o então Ministro da Educação, através de Gustavo Capanema, afirma que o único objetivo do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos era o de ser o centro nacional das observações e das pesquisas em educação no país. Assim, a RBEP é apresentada:

Como um instrumento de indagação e divulgação científica, além de ser um órgão de publicidade dos estudos originais brasileiros de psicologia, biologia, e sociologia educacionais e também das conclusões da experiência pedagógica dos que, no terreno da aplicação, trabalham e lutam pelo aperfeiçoamento da vida escolar em nosso país. (CAPANEMA, 1944, p.4)

---

<sup>9</sup> A Qualis consiste em um conjunto de procedimentos utilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, para avaliação de periódicos tendo como critério a seleção da produção intelectual, e a qualidade desse material.

O número de exemplares publicados anualmente não foi constante em sua trajetória. Como sempre foi um órgão financiado pelo governo federal, todas as alterações relacionadas às questões econômicas e políticas influenciavam diretamente sua periodicidade. (INEP/ INSTITUCIONAL, 2013; SAAVEDRA, 1988; SAVIANI, 2012; SILVA JÚNIOR, 1993). De 1944 a 1946 os exemplares eram mensais, de 1946 até o final de 1947 se tornaram bimestrais. De 1948 a 1950, quadrimestralmente. Do começo da década de 1950 a outubro de 1969, trimestral. De outubro de 1969 até 2014, voltou a publicar exemplares quadrimestralmente (RBEP/FICHA CATALOGRÁFICA, 2014).

Durante o espaço de tempo de 70 anos, a RBEP deixou de ser publicada por um período de 04 anos. A primeira vez no ano de 1975, sendo interrompida no número 136 de janeiro/março de 1974, retornando no volume 61, número 137, janeiro/março de 1976. Os exemplares do volume 60, número 134 e 136 abril/junho de 1974 foram censurados pelos militares, segundo eles por terem conteúdos impróprios, e “sua tiragem foi recolhida e destruída, exceto alguns exemplares escondidos por funcionários do INEP” (SAAVEDRA, 1988, p. 131). Entretanto, no lançamento do número comemorativo dos 60 anos da Revista, Jader de Medeiro Britto contradiz as informações de Saavendra, pois os militares realmente ordenaram que fossem recolhidos e destruídos os exemplares, mas esses em sua maioria já haviam sido distribuídos (RBEP, NÚMERO ESPECIAL, 2012, p. 541-542). Tanto é que se encontram estes exemplares em muitas bibliotecas das universidades particulares e públicas do Brasil.

Foi anexado um esclarecimento, por decisão do Conselho de Redação, que os números referentes ao ano de 1975 passariam a circular com data de 1976, buscando corrigir o ocorrido. A segunda vez de sua cessação ocorreu por três anos consecutivos, de abril de 1980 a abril de 1983, caracterizado principalmente pela instabilidade do Governo Militar com o processo de redemocratização do país. Em 1983, conforme Saviani (2012), Lena Castello Branco Ferreira Costa<sup>10</sup> relança a Revista em busca de manter sua periodicidade. De 1983 até 1991 a periodicidade da Revista passa efetivamente a quadrimestral. Entretanto, no governo de Fernando Afonso Collor de Melo, a RBEP passou a ser ameaçada constantemente de extinção, voltando a atrasar

---

<sup>10</sup> Lena Castello Branco Ferreira Costa lidera a gestão do INEP, de 13 de abril de 1983 a 27 de março de 1985.

suas publicações, sendo que sua periodicidade só foi regularizada a partir de 2006 (SAVIANI, 2012, p.310).

A RBEP publica artigos de produção técnico-científica, entendendo que essa possa contribuir para a amplitude do conhecimento educacional do país, auxiliando nas pesquisas e, conseqüentemente, nas análises de políticas educacionais. Como já foi dito, a RBEP tem divulgado quase sem interrupção artigos científicos que têm por principal objeto a educação brasileira. Os principais objetivos da Revista são, tal como pode ser lido em seu editorial, o de promover pesquisas e inquéritos, organizar documentos relativos à história da educação, aproximar instituições educacionais do país e do exterior, prestar assistência técnica a todas as instâncias, sendo elas o ensino particular, municipal ou estadual de educação e principalmente divulgar os estudos pedagógicos. (RBEP/EDITORIAL, 1944, p. 5-6).

Ao longo dos 70 anos de existência do periódico, houve várias mudanças nos âmbitos político, econômico, social e principalmente educacional que foram registradas na História do Brasil. Com isso, as alterações macrossociais que ocorreram no Brasil por diversas vezes, como por exemplo, os anos finais do Estado Novo de 1937 a 1945, a República Nova ou República Populista de 1945 a 1964, o Regime Militar de 1964 a 1985 e a chamada Nova República de 1985 até os dias atuais em 2015, teve implicações diretas nas políticas educacionais e que devem, tal como se espera estarem retratadas no periódico justificando que o estudo se pautar na análise dos artigos das edições da RBEP. Neste sentido, e corroborando com esta suposição, autores como Piletti e Piletti (1988), Romanelli (1991), Saviani (2001a; 2001b) e Fausto (2009), entre outros, têm também relacionado à História do Brasil às pesquisas educacionais.

Tem-se como pressuposto que a análise das edições da RBEP dado o tempo de existência do periódico, somado ao fato de que o mesmo abrange e divulga matérias a respeito de todos os níveis educacionais, permite identificar e caracterizar as temáticas que têm perpassado o ensino brasileiro em sua história. Esta pesquisa pauta-se na suposição de que nos diferentes artigos que publica, acaba retratando questões que permeiam o cotidiano escolar. A análise das temáticas que norteiam os estudos torna-se um parâmetro importantíssimo para se compreender a educação brasileira.

## **2.2. A História do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) foi criado no dia 13 de janeiro de 1937, por decreto do então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, com a missão de ser o órgão oficial do fomento à pesquisa educacional, da disseminação de informações sobre educação e da organização da documentação educacional do país. Durante sua história, o INEP recebeu várias denominações sendo neste primeiro momento chamado de Instituto Nacional de Pedagogia. Em 30 de junho de 1938, em pleno Estado Novo, foi nomeado para o cargo de diretor-geral o professor Manoel Bergström Lourenço Filho. (INEP, HISTÓRIA DO INEP, 2013).

O órgão iniciou seus trabalhos efetivamente, através da publicação do Decreto-Lei nº 580, que regulamentou a organização e a estrutura da instituição, modificando sua denominação para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (BRASIL, DECRETO DE LEI Nº 580, 1938). Esse decreto-lei, segundo Rothen (2004), estabelece suas funções e dá indícios sobre os motivos que levaram a sua instalação em 1938.

O Artigo 2º estabelece que é de competência do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos:

- a) organizar documentação relativa à história e aos estudos atual das doutrinas e das técnicas pedagógicas.
- b) manter intercâmbio, em matéria de pedagógica, com as instituições educacionais do país e do estrangeiro;
- c) pesquisar sobre todos os problemas pertinentes à organização do ensino, bem como sobre os vários métodos e processos pedagógicos além de promover inquéritos;
- d) promover investigações sobre a psicologia da educação, orientação e seleção profissional;
- e) prestar assistência técnica aos serviços particulares, municipais e estaduais de educação; ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos;
- f) divulgar, através dos processos de comunicação, os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas.

O Artigo 3º descreve suas funções:

Constituirá ainda como função do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, cooperar com o Departamento Administrativo do Serviço Público [DASP], por meio de estudos ou quaisquer providências executivas, nos trabalhos pertinentes à seleção, aperfeiçoamento, especialização e readaptação de funcionalismo público da União (RBEP, 1945, p. 98).



O INEP tornou-se o primeiro órgão do Brasil a se estabelecer de forma duradoura, sendo “fonte primária de investigação e de documentação, com atividades de assistência técnica e de intercâmbio” (LOURENÇO FILHO, 1964, p. 10). Consolidando-se, deste modo, em uma referência para a questão educacional no país.

Para a concretização destes objetivos foi lançada, em julho de 1944, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP). Todas as informações educacionais produzidas pelo Instituto passaram a ser publicadas e ainda vem atendendo diretamente os pesquisadores, gestores e estudiosos da educação.

No ano de 1952, o professor Anísio Teixeira assumiu a direção do INEP, dando maior ênfase ao trabalho de pesquisa. O objetivo de Anísio Teixeira era o de estabelecer centros de pesquisa como um meio de “fundar em bases científicas a reconstrução educacional do Brasil” (RELATÓRIO DO INEP 50 ANOS, 1987). Em 1955, tal ideia foi concretizada com a criação do CBPE (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais) no Rio de Janeiro e dos Centros Regionais, nas cidades de São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte. Ambos os centros de pesquisas estavam vinculados à nova estrutura do INEP e suas atividades tinham como propósito promover a realização de pesquisas acerca das relações existentes entre a educação e os processos de mudança da sociedade, em diferentes ritmos e nas diversas regiões do Brasil. Com o Golpe Militar, em 31 março de 1964, Anísio Teixeira é retirado de suas funções no dia 27 de abril do mesmo ano, sendo aposentado compulsoriamente pelo presidente Castelo Branco, embarcando para os Estados Unidos para lecionar na Columbia University em 1964, na New York University em 1965 e na University of California em 1966 (NUNES, 2000, p.12). Mas, seu afastamento não significou que suas influências tenham desaparecido instantaneamente do Instituto, mantendo fortes laços intelectuais nas publicações da RBEP, fato que só ocorreu com sua morte trágica em 1971 (RBEP, CIBEC, v. 82, n. 200/201/202, 2001, p. 210).

Em 1972, pelo Decreto nº. 71.407, de 20 de novembro, o Instituto foi transformado em um órgão autônomo, passando a ter o nome de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, cujo objetivo era o de realizar levantamentos sobre a situação educacional do país. Esses levantamentos subsidiavam a reforma do ensino em andamento, a Lei nº. 5.692/71. A alteração da nomenclatura surge pelo contexto da época “naquele momento estava sendo implantado os programas de Pós-Graduação

voltados para o desenvolvimento da pesquisa - daí a inclusão da palavra “pesquisa” no nome do Instituto” (SAVIANI, 2012, p. 295).

O INEP, desde sua criação até 1976, estava sediado no Rio de Janeiro. Em fins de 1976, a sede foi transferida para Brasília no Distrito Federal, juntamente com a RBEP. A Revista foi publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no Rio de Janeiro, até o volume 61, número 140, setembro de 1976. Nesse período, tanto o INEP, quanto a RBEP passaram a sofrer ameaças de extinção, devido à drástica redução do quadro de funcionários da Instituição e das divergências ideológicas entre colaboradores e governo em relação às publicações. Essa repressão ideológica foi dada aos conteúdos a serem publicados que eram vistos e censurados pelos militares, principalmente por aqueles considerados de cunho esquerdista ao qual eram proibidos de serem publicados. Ao observar a intensa rotatividade dos dirigentes nessa época, se vê claramente as dificuldades econômicas, políticas e o desprestígio do INEP durante a Ditadura Militar. Segundo Rothen (2008, p.17), o anúncio do fim do INEP, ocorreu com a nomeação de Ayrton de Carvalho Mattos, na década de 1970 e esperava-se que ele interviesse de forma a ferir, no termo dos militares, o reduto de “esquerdistas”. (ROTHEN, 2005, p. 211)

A situação do Instituto se agravou em 1977 quando o CBPE (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais), criado por Anísio Teixeira para dar ênfase às pesquisas, foi completamente extinto. Com todos os percalços, o INEP não foi extinto e continuou a publicar a RBEP, inclusive lançando outra revista em 1981, denominada “Em Aberto”, a qual possui um caráter técnico e de assessoramento interno ao Ministério da Educação, sendo adaptada, mais tarde, para o atendimento exclusivo de professores e especialistas externos à estrutura do Ministério.

A partir de 1995, houve outro processo de reestruturação do INEP. A instituição é reorganizada e suas funções passaram a ser direcionadas à realização de levantamentos estatísticos na área educacional pretendendo-se com isso, orientar a formulação de políticas do Ministério de Educação. Para tanto, em 1996, se deu à incorporação pelo INEP, do Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Em 1997 é integrada à estrutura do INEP a Secretaria de Avaliação e Informação Educacional (SEDIAE), do Ministério da Educação. Com isso, a partir desse ano passa a existir um único órgão encarregado das pesquisas, avaliações e levantamentos estatísticos educacionais no âmbito do Governo Federal.

Em 2003, o INEP passa ter o nome de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, como é conhecido atualmente em 2014. Até o ano de 1997, o responsável pelas atividades no Instituto era conhecido como diretor-geral, a partir daí o responsável passou a receber o nome de presidente. Ao longo dos seus 77 anos de funcionamento, foram identificados 29 responsáveis pelo INEP, correspondente ao período de 06 de agosto de 1938 até julho de 2014, a saber:

- 1º - De 06 de agosto de 1938 a 28 de janeiro de 1946: Manoel Bergström Lourenço Filho.
- 2º - De 13 de fevereiro de 1946 a 28 de abril de 1952: Murilo Braga de Carvalho.
- 3º - De 03 de junho de 1952 a 27 de abril de 1964: Anísio Spínola Teixeira.
- 4º - De 27 de abril de 1964 a 12 de julho de 1966: Carlos Pasquale.
- 5º - De 12 de julho de 1966 a 14 de abril de 1969: Carlos Corrêa Mascaro.
- 6º - De 11 de abril de 1969 a 18 de março de 1970: Guido Ivan Marques de Carvalho.
- 7º - De 18 de março de 1970 a 21 de janeiro de 1972: Walter de Toledo Piza.
- 8º - De 28 de janeiro de 1972 a 17 de fevereiro de 1976: Ayrton de Carvalho Mattos.
- 9º - De 17 de fevereiro de 1976 a 06 de agosto de 1976: Francisco Cruz Barbosa Lopes.
- 10º - De 06 de agosto de 1976 a 23 de março de 1979: Maria Mesquita de Siqueira.
- 11º - De 26 de março de 1979 a 13 de janeiro de 1981: Leticia Maria Santos de Faria.
- 12º - De 13 de janeiro de 1981 a 13 de abril de 1983: Hécio Ulhoa Saraiva.
- 13º - De 13 de abril de 1983 a 27 de março de 1985: Lena Castello Branco de Freitas Costa.
- 14º - De 27 de março de 1985 a 17 de abril de 1986: Vanilda Pereira Paiva.
- 15º - De 28 de abril de 1986 a 08 de julho de 1987: Pedro Demo.
- 16º - De 08 de julho de 1987 a 27 de março de 1990: Manuel Marcos Maciel Formiga.
- 17º - De 26 de junho de 1990 a 12 de novembro de 1991: João Ferreira.
- 18º - De 12 de novembro de 1991 a 09 de janeiro de 1995: Divonzir Arthur Gusso.
- 19º - De 08 de março de 1995 a 23 de junho de 1995: Maria Helena Guimarães de Castro.
- 20º - De 16 de agosto de 1995 a 13 de março de 1996: Og Roberto Dória.
- 21º - De 24 de fevereiro de 1997 a 22 de abril de 2002: Maria Helena Guimarães de Castro.
- 22º - De 23 de abril de 2002 a 15 de janeiro de 2003: João Batista Ferreira Gomes Neto.
- 23º - De 15 de janeiro de 2003 a 10 de julho de 2003: Otaviano Augusto Marcondes Helene.

24º - De 25 de julho de 2003 a 10 de fevereiro de 2004: Raimundo Luiz Silva Araújo.

25º - De 10 de fevereiro de 2004 a 30 de setembro de 2005: Eliezer Moreira Pacheco.

26º - De 30 de setembro de 2005 a 21 de dezembro de 2009: Reynaldo Fernandes.

27º - De 21 de dezembro de 2009 a 17 de janeiro de 2011: Joaquim José Soares Neto.

28º - De 18 de janeiro de 2011 a 06 de fevereiro de 2012: Malvina Tânia Tuttman.

29º - De desde 07 de fevereiro de 2012: Luiz Cláudio Costa. (RBEP, ANEXO, 2012, p.321-322)

As finalidades operacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira sistematizadas na Portaria nº. 2.255, de 25 de agosto de 2003, são:

I - organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais;

II - planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no país;

III - apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional;

IV - desenvolver e implementar, na área educacional, sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais;

V - subsidiar a formulação de políticas na área da educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior;

VI - coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente;

VII - definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior;

VIII - promover a disseminação de informações sobre avaliação da educação básica e superior;

IX - articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira, bilateral e multilateral (INEP, 2005, p. 16-17).

Mesmo com todas essas idas e vindas, a missão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) esteve voltada aos levantamentos estatísticos, avaliações externas e a promoção de encontros para discutir temas educacionais, em todos os níveis e modalidades de ensino, disponibilizando as fontes

para consulta no site do Ministério da Educação. Além de promover estudos, pesquisas e avaliações no sistema educacional brasileiro, manteve o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas educacionais a partir de parâmetros de equidade e qualidade. O INEP continuou produzindo informações bastante claras e confiáveis aos educadores pesquisadores, gestores e público em geral.

Atualmente, em 2014, o INEP tem atribuições específicas para a Educação Básica, aos quais estão voltadas principalmente para as avaliações de âmbito nacional implantadas pelo Instituto principalmente a partir da década de 1990.

Durante o percurso de existência, o INEP nem sempre teve as mesmas funções, conforme o documento publicado pela RBEP (1946), o Instituto tinha as seguintes atividades a) publicações; b) comunicados à imprensa; c) exposições pedagógicas; d) cursos realizados nos Estados; e) palestras pelo rádio; f) frequência à Biblioteca Pedagógica e g) cursos realizados na sede do Instituto (RBEP, 1946, p. 119).

Dentro dessas perspectivas, o INEP, permanece com a incumbência de traçar um panorama de educação no país e subsidiar um plano de nacionalização do ensino.

Segundo Rothen (2005), constituiu-se como um órgão autônomo que busca exercer a liderança intelectual nas reformas educacionais brasileiras. Um instrumento para a divulgação da sua produção intelectual e com vistas a influenciar na formação das concepções brasileiras sobre educação. Em seus mais de 77 anos de experiência, o Instituto tem se consolidado como gerador de informação e conhecimento da história da educação brasileira, sendo a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos o principal meio de divulgação destes estudos.

### **2.3. O Histórico da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) foi, como mencionado anteriormente, criada em 1944 e atualmente tem uma periodicidade quadrimestral, publicando artigos resultados de pesquisa e estudos que possam contribuir para o desenvolvimento do conhecimento educacional, oferecendo subsídios às decisões de políticas públicas. A RBEP, “pode ser chamada “mãe” de quase todas as revistas especializadas em educação no país” (PILATI, 2012, p. 45).

Criada a mais de 70 anos, por iniciativa de Gustavo Capanema e Manoel Bergstrom Lourenço Filho, ministro da Educação e da Saúde, e diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) respectivamente. Sob a liderança de Lourenço

Filho, a RBEP foi lançada inicialmente como uma publicação do INEP e editada pela Imprensa Nacional. Essa esteve elaborada por uma comissão de redação composta por funcionários do próprio Instituto e de outros órgãos do ministério,

No livro “Tempos de Capanema”, de Schwartzman et all (2000), informam que, logo após ser empossado, o ministro Gustavo de Capanema, recebeu de Alceu Amoroso Lima<sup>11</sup>, no clima de estreita colaboração com representantes da Igreja Católica, algumas folhas manuscritas com uma relação de providencias que deveriam ser adotadas nas diversas áreas do governo, que passaram a exercer grande influência sobre a atuação do ministério no período de 1934 a 1945. O recorte transcrito a seguir, contém orientações sobre a publicação na área educacional, com o perfil ideológico que a Revista deveria apresentar:

- seleção de um conjunto de princípios fundamentais da educação no Brasil
- seleção do professorado e das administrações em todo país
- fundação de institutos superiores na base dessa seleção e orientação
- defesa das humanidades clássicas, latim e grego, e sua incorporação no plano nacional de educação.
- publicação de uma revista nacional de educação na base destes principio, com boa colaboração e rigorosa exclusão do ecletismo pedagógico e muito menos bolchevismo etc.
- publicação de pequenas ou grandes doutrinas antimarxistas e de documentação anti-soviética.
- idem de obras sadias, construtivistas, na base dos princípios de educação no Brasil.
- idem de uma filosofia sã.
- atenção muito particular com o espírito ainda dominante em certos meios pedagógicos.
- entendimento com os estados para uma uniformidade na orientação educativa.
- elaboração do Plano Nacional de Educação nessas bases.
- escolha dos futuros membros do Conselho Nacional de educação tendo em vista este objetivo.
- elaboração dos programas para os cursos e complementares.
- facilidades do ensino religioso em todo país.

---

<sup>11</sup> Conhecido como Tristão de Ataíde, foi um crítico literário, professor de literatura, pensador, polígrafo e líder católico brasileiro nascido em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro em 1893.

- entrega a uma orientação segura e uniforme e a direção dos católicos da Escola de Serviço Social.

- idem para a fundação da faculdade católica de teologia nas universidades.

- idem para a realização de congressos católicos de educação nos vários estados e em geral para os trabalhos sociais da Ação Católica Brasileira.

- idem para a Universidade Católica do Rio de Janeiro (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 189-190).

Para compreender o contexto histórico e educacional, em novembro de 1930, foi criado o Ministério da Educação e procurou alcançar três objetivos básicos no sistema educacional do país, sendo o de:

Ampliar sua faixa de participação no desenvolvimento da educação nacional; desenvolver os instrumentos destinados a unificar, disciplinar e proporcionar a articulação e integração aos sistemas isolados estaduais e estabelecer os mecanismos destinados a promover o relacionamento federal com os diversos sistemas (MONROE, 1983, p. 207).

Segundo Buffa (1984), entre os anos de 1934 a 1964, os dois grupos ideológicos existentes - os membros da Igreja Católica e os Escolanovistas - rivalizavam os debates educacionais, se opondo em valores, métodos e objetivos. Essa disparidade começou a ser acalmada com a conciliação na Constituição de 1934, com a implantação do Estado Novo, quando ambos os grupos passaram a defender o ensino religioso nas escolas públicas, chegando a um acordo a respeito da frequência facultativa dos alunos. No entanto, como a RBEP foi regida por Anísio Teixeira, entende-se que foi um órgão caracterizado por esse seguimento Escolanovistas.

Por estar diretamente ligada a história do INEP, tornou-se então o espaço e o reflexo para os acalorados debates dos pesquisadores e escritores educacionais do país. Além de Lourenço Filho e Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, como militante da Associação Brasileira de Educação, se junta às discussões travadas no INEP, contribuindo com seus argumentos na RBEP para a divulgação das ideias de formação do pensamento transformador e criativo do grupo. Esse grupo se destacou na propagação das ideias educacionais no país, influenciando muitos colaboradores com seus pensamentos. Em contrapartida, a educação no país vivia um momento de expectativa e esperança em decorrência das mudanças nos campos econômicos, culturais, sociais e principalmente político. Esses entraves de debates provocaram o

encontro do “Manifesto dos Pioneiros”<sup>12</sup> levando ao surgimento da criação da Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro e da Universidade de São Paulo, em São Paulo, ambas em 1935.

Com o golpe do Estado Novo, dirigido por Getúlio Dornelles Vargas em 1937, esse interrompeu a priori os 17 anos de luta que os ‘pioneiros’ buscavam no campo educacional desde 1920, ao qual só foi reativado após a Segunda Guerra Mundial em agosto de 1945. O retorno dessa luta proporcionou a partir de 1950, a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo Decreto nº 29.741 em 11 de julho de 1951 e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela Lei nº 1.310 de 15 de Janeiro de 1951, chamada por Álvaro Alberto de “Lei Áurea da pesquisa no Brasil” e a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, da Lei de Diretrizes e Bases, publicada pelo presidente João Goulart.

O mesmo ocorreu 19 anos depois, com o Golpe Militar no Brasil, em 31 de março de 1964, quando os signatários, na tentativa de ampliar as discussões educacionais no país se unem no chamado “Manifesto dos Educadores”<sup>13</sup>, redigido por Fernando de Azevedo (1959), ao qual tinha como objetivo repensar nos vinte sete anos após a reunião dos ‘Pioneiros’ de 1932.

O Manifesto de 1959, de certa maneira, dá sequência ao Manifesto dos Pioneiros de 1932, o complementa e atualiza, com uma visão histórica mais de vinte anos depois. As rupturas que se fariam como o movimento civil-militar de 1964 atingindo globalmente a sociedade, já se delineavam ao longo dos anos de 1950. Estes anos tinham, então, contraditoriamente, a presença ainda do passado pré-1930, a sua temporalidade própria e o futuro, o pós 1964 em construção. (SANFELICE 2007, p. 554)

Desse modo, o termo “Golpe Militar” não foi utilizado intensamente pelos editores da RBEP, pois observa nitidamente que nos volumes 41, número 94 abril/junho de 1964 e volume 42, número 95 setembro/dezembro de 1964, a postura assumida pelo INEP após o Golpe era o termo “Revolução de 1964”, justamente para não deixar no ar as imposições dos Atos Institucionais<sup>14</sup> dos militares que possuíam plenos poderes para

---

<sup>12</sup> Em 1932, intelectuais preocupados em elaborar um amplo programa educacional no país, lançam o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores. O grupo propunha que o Governo organizasse efetivamente um plano geral para a educação e que defendesse a bandeira de uma escola pública, obrigatória, gratuita e laica.

<sup>13</sup> O Manifesto foi redigido por Fernando de Azevedo e publicado em vários órgãos da imprensa no dia 1º de Julho de 1959, cujo objeto principal era de apresentar a nova etapa do movimento de reconstrução educacional para as novas gerações, após 25 anos do Manifesto dos Pioneiros.

<sup>14</sup> Os 17 Atos Institucionais regulamentado por 104 Atos Complementares entre 1964 a 1969, tornou-se um mecanismo de legalidade por parte dos militares em suas ações em combate contra a corrupção e a subversão.



fechar órgãos públicos, como o INEP e a própria RBEP sem o consentimento da população.

O Ato Institucional n.5, outorgado numa sexta feira 13 de dezembro de 1968, dava plenos poderes ao governo para fechar o Congresso, cassar mandatos, suspender direitos políticos, levando ao Decreto-lei n°. 477, de 26 de fevereiro de 1969, destinado principalmente à punição de funcionários públicos ou particulares ligados de ensino (MONROE 1983, p. 233). Além de suspender as atividades no Congresso Nacional, o regime manteve o recrudescimento da repressão nos espaços institucionais que ainda restavam para os debates críticos sobre a educação, levando a estagnação do Instituto no processo de formulação das políticas educacionais. A partir da morte de Anísio Teixeira em 1971, o INEP, passou a correr o risco de fechamento a cada edição da RBEP, pois com o falecimento de seu principal referencial intelectual, o Instituto estava cada vez na dependência do governo.

Fato inédito ocorreu com o n° 134, temático, sobre Filosofia da Educação, incluindo contribuições do pensamento dialético, da antropologia, da fenomenologia, do pensamento existencial e do estruturalismo – estávamos em 1974, no auge do regime militar. O gabinete do ministro da Educação em Brasília estranhou o teor da matéria publicada, determinando o recolhimento de toda a edição, o que se tornou inviável porque todos os exemplares já haviam sido distribuídos pelo correio (MORAES, 2008, p.39).

Percebe-se que ao longo do seu tempo de existência o INEP e a RBEP tiveram uma história um tanto conturbada, pois esses órgãos sempre estiveram ligados diretamente à economia e a política do país. Quando esses setores enfrentavam crises, conseqüentemente o INEP e a RBEP tinham conseqüências desastrosas, sejam nas ameaças ou mesmo no próprio fechamento da Revista, como aconteceu por quatro anos.

Mas, seja como for, com ameaça ou não de fechamento e encerramento de suas atividades, a Revista se manteve, tanto é que a edição volume 86, número 212, de janeiro/abril de 2005, foi dedicada exclusivamente à comemoração dos 60 anos de existência, completados em julho do ano de 2004. Fernando Haddad, Ministro da Educação da época, argumentou na seção “Apresentação” que “o papel da RBEP é de veicular o pensamento pedagógico e educacional mais criativo e crítico, inserido na história nacional, de forma a permitir uma reflexão social constante acerca da educação” (HADDAD, 2005, p. 8).

Também os 75 anos de fundação do INEP foram comemorados com um número especial na RBEP. Segundo Saviani (2012), foi feito um balanço dos artigos mais

publicados no período de 1997 a 2011, sendo os temas mais abordados: Avaliação Educacional; Formação de Professores e Trabalho Docente; Ações Afirmativas; Alfabetização e Ensino Fundamental.

Durante esses 70 anos, os artigos trataram de inúmeros assuntos educacionais, os quais conforme Bontempi Jr (2012) podem ser agrupados em algumas temáticas:

Movimentos sociais e da educação, profissão docente, teoria da história da educação, escrita e ensino de história da educação, intelectuais da educação, estatística escolar, gênero, diversidade cultural, ensino e escolas militares, políticas públicas em educação e educação católica (BONTEMPI JR 2012, p. 508).

Ao avançar nas leituras sobre a temática e conseqüentemente na elaboração das abordagens quantitativa e qualitativa do estudo, percebeu-se que o balanço dos temas mais abordados por Saviani (2012) pouco se alteraram, exceto os temas “Avaliação Educacional” e “Ações Afirmativas” que não tiveram grandes destaques nos artigos selecionados para essa pesquisa sobre o cotidiano escolar.

#### **2.4. Estrutura Editorial da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**

No período que se estende da fundação em 1944 até o volume 43, número 97 de janeiro/março de 1965, não foram identificados o nome dos editores, sendo divulgada apenas a sua linha editorial que, como apontado acima, consiste em publicar artigos resultados de pesquisa e estudos que possam contribuir para o desenvolvimento do conhecimento educacional, oferecendo subsídios às decisões de políticas públicas. Entretanto, são impressos em destaque os nomes dos diretores do INEP/CBPE e dos coordenadores das Divisões do CBPE nas publicações. Com isso, é possível entender que os dirigentes do INEP e do CBPE são os principais responsáveis pela linha editorial. A partir deste número é atribuído o crédito às pessoas que trabalharam efetivamente na elaboração da Revista, ficando a responsabilidade pela edição a cargo do Chefe da Redação e do Conselho de Redação. Os editoriais desta época passaram a serem assinados pelo Chefe da Redação e do Conselho de Redação.

Para Rothen (2005, p. 191), Jader de Medeiros Britto divide a história da Revista em períodos. O primeiro momento corresponde de 1944 a 1951, período em que o INEP foi dirigido por Lourenço Filho e Murilo Braga, a ênfase dos artigos era para as questões intrinsecamente pedagógicas, como a administração escolar e psicologia

escolar. O segundo período, de 1951 a 1971, quando estava sob a direção de Anísio Teixeira, torna-se espaço de debates em relação à democratização do ensino. Períodos que marcaram a Educação Básica e Superior através dos debates da Lei de Diretrizes e Bases 4.024 de 20 de dezembro de 1961, do salário-educação em 1962 e da Reforma Universitária em 1968 para o Ensino Superior (MEC/HISTÓRIA, 2014).

Outro momento importante a ser ressaltado sobre a produção da Revista está relacionado aos seus colaboradores, pois até o ano de 1983, os artigos divulgados eram materiais “solicitados” pelos próprios dirigentes do INEP. Através dos editoriais e pelos próprios artigos, vê-se claramente a tendência da linha da Revista com a visão voltada para o que os editores consideravam a liderança intelectual e moral na educação do país. Somente a partir de 1983, a RBEP, passou a aceitar colaboradores acadêmicos divulgando os procedimentos e as normas para a submissão de artigos e a contar com a colaboração de pareceristas para avaliar os textos recebidos. (ROTHEN, 2004, p. 122)

No volume 64, número 147, de maio/agosto de 1983, surgiu uma seção específica denominada “Dissertações e Teses”, destinada a publicar resumos de dissertações e teses defendidas. Essa seção foi interrompida no volume 69, número 161, de 1988, sendo, contudo, esse espaço retomado na seção “Documentação” a partir do volume 79, número 191, de janeiro/abril de 1998. Nesse exemplar a RBEP, teve novas características tanto editoriais quanto gráficas.

A iniciativa teve como objetivo tornar a Revista visualmente mais atraente e melhorar sua legibilidade, tornando a leitura mais fácil e agradável, sem prejuízo do conteúdo dos textos publicados. [...] as ilustrações de cada edição da RBEP, ficaram a cargo de alunos de Belas-Artes, Desenho Industrial e Programação Visual de estudantes da Escola de Belas-Artes de São Paulo. No projeto editorial da RBEP, procurou-se ampliar a contribuição da Revista para o debate sobre a educação brasileira por meio da adoção de uma estrutura mais aberta à participação de colaboradores e à difusão da produção acadêmica na área educacional, com o objetivo de estabelecer padrões para o estilo e a apresentação dos textos, de maneira a, juntamente com a reforma gráfica, melhorar a legibilidade e facilitar o tratamento e a disseminação dos trabalhos. A nova estrutura inclui seções dedicadas à avaliação e às estatísticas educacionais e à divulgação das atividades do Centro de Informações e Biblioteca em Educação (CIBEC) do INEP (RBEP, APRESENTAÇÃO, 1998, p. 5).

Segundo Bontempi Jr (2012), até o ano de 2003, os textos foram enviados por não doutores, porém a partir deste ano, esta passa a ser a titulação acadêmica da maioria dos colaboradores. Os autores dos textos enviados para publicação se identificam como docentes credenciados nos Programas de Pós-Graduação em Educação em todo país. O

aumento da titularidade dos autores que buscam publicar na RBEP marca uma seletividade acadêmica. Assim, passa a selecionar e publicar “artigos inéditos de natureza técnico-científica, resultantes de estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento do conhecimento, oferecendo subsídios às decisões na política educacional do país” (BONTEMPI JR, 2012 p. 504).

Entre 1980 a 1995, com as constantes crises políticas e econômicas, a RBEP, quase foi extinta. Nesse período de 15 anos, deixou de ser publicada por 03 anos: de abril de 1980 a abril de 1983. Na década de 90 as ameaças de extinção retornam junto com as constantes ameaças de fechamento do INEP durante o governo do presidente Fernando Afonso Collor de Melo (15/03/1990 - 02/10/1992). Os motivos alegados pelo governo eram principalmente de ordem econômicas e política. Na reestruturação institucional promovida pelo governo de Collor, o INEP foi reduzido a um apêndice do MEC, sem funções relevantes e com um orçamento baixíssimo e sua extinção sendo prevista na Medida Provisória (MP) n. 151, de 15 de março de 1990, onde “Sua extinção chegou a constar da Reforma Administrativa do Governo Collor, em março de 1990. Esta medida foi revertida no Congresso Nacional por uma mobilização da comunidade educacional” (INEP/ INSTITUCIONAL, 2011).

Para Silva Junior (1993), essa crise surgiu em decorrência do declínio do “Milagre Econômico”, quando a educação deixa de ser prioridade nacional, como era divulgado no começo do Governo Militar.

As décadas de 1980, 1990 e meados de 2000, como foram verificados, provocaram inúmeros atrasos na publicação. A tentativa de regularizar a periodicidade e mantê-la quadrimestral foi publicada nos anos de 2003 e 2004 um número triplo, correspondentes ao volume 84, números (206/207/208) e volume 85, (209/210/211), tendo sua periodicidade regularizada somente a partir do volume 87, número 215, em abril de 2006. Essas interrupções são comentadas por Saviani:

Cabe ressaltar que a relação entre volumes e anos foi irregular, como também há meses que também não correspondem a nenhum número. Por exemplo, o v. VIII corresponde aos números 22, 23 e 24, maio/out. 1946. Já o v. IX, corresponde apenas ao nº 25, de nov./dez. do mesmo ano de 1946. Isso nos permite entender porque a Revista vai completar 70 anos apenas em julho de 2014, o que indicaria que os números referentes a 2012 corresponderiam ao v. 68. No entanto, o nº 233, de jan./abr. 2012, está referido ao v. 93. Como exemplos de meses, aos quais não correspondem os números têm os números 141, de jan./abr. 1977, 142, de maio/ago. 1978, e 143, de jan./abr. 1979, entre outros. Isso significa, portanto, que os meses situados entre maio de 1977 e abril de 1978, assim como aqueles situados

entre setembro e dezembro de 1978, ficaram no limbo, sem a publicação da Revista (SAVIANI, 2012, p. 134).

Ao longo desses 70 anos, as equipes editoriais eram os responsáveis e definiam as seções a ser publicadas. Nestes anos todos, a Revista passa por várias reestruturações. Já houve, por exemplo, um espaço, atualmente extinto, denominado “Segunda Edição” que surgiu no volume 64, número 147, em maio/agosto de 1983 e se manteve até o volume 67, número 157, de setembro/dezembro de 1986, sendo interrompido nos volumes 68, número 158, de janeiro/abril de 1987 e no volume 68, número 159, de maio/agosto de 1987 e retornando no volume 68, número 160, de setembro/dezembro de 1987 e permanecendo até o volume 71, número 169, de setembro/dezembro de 1990. O objetivo desta seção era o de apresentar materiais pedagógicos incluindo entrevistas, cartas e artigos.

Outra seção que teve curta duração – do volume 62, número 141, em janeiro/abril de 1978, ao volume 62, número 142, maio/agosto de 1978 - foi à seção “Destaque”. Nesta seção, em sua primeira edição, foram publicados os artigos “A cidade dos Bichos/Caleidoscópio do Imaginário” de Noêmia Varela e “A cidade dos Bichos” de Sergio Mendes Dutra. No volume 62, número 142, de maio/agosto de 1978, 06 artigos foram publicados na seção: I Ciclo de Estudos de formação de Recursos Humanos para a Educação (1), I Ciclo de Estudos de Formação de Recursos Humanos para a Educação (2) ambos sem autoria identificada; Grau de adaptação dos Cursos de Licenciatura às exigências da Lei nº 5.692/71, de Livia da Rocha Bastos e Malvina Cohen Zaide; Metodologia e Prática para a Formação de Docentes: 1º e 2º Graus” de Margot Bertoluci Ott e Vera Regina P. Moraes; Interação entre as disciplinas de conteúdo e as de complementação didático-pedagógica de Oder José dos Santos, Glaura V. de Miranda e Léa Pinheiro Paixão; Agências formadoras de pessoal docente e não docente de 1º e 2º Graus e o Respectivo sistema de absorção de Raimundo Hélio Leite e J. A. Esmeraldo Barreto.

Em 1974, em seu volume 63, número 145, a Revista não estava dividida em seções, embora tenham sido publicados neste número um total 24 artigos, o maior número já publicado ao longo da história da RBEP.

No início das publicações em 1944, os resumos e as palavras-chave não existiam. Os artigos eram apresentados ao leitor a partir da introdução do texto com posterior desenvolvimento da argumentação. Os primeiros resumos datam do volume 65, número 150, de maio/agosto de 1984. As palavras-chave só surgem no volume 79,

número 191, de janeiro/abril de 1998, situada no canto esquerdo do resumo apresentado. As palavras-chave passaram a ser padronizadas nos moldes atuais a partir do volume 87, número 217, de setembro/dezembro de 2006. A média anual das publicações a partir de 2006 a 2014 manteve-se estável, ficando em torno de 40 artigos.

Na seção “Estudos”, do volume 65, número 149, de maio/agosto de 1984, ao volume 95, número 240 em janeiro/abril de 2014, 793 artigos foram publicados. Na seção “Notas de Pesquisa”, do volume 65, número 149, de 1984, ao volume 87, número 216, no ano de 2006, 134 foram publicados. Na seção “Segunda Edição”, do volume 65, número 149, de 1984, ao volume 87, número 215, no ano de 2006, 58 foram publicados. Na seção “Debates e Propostas”, do volume 65, número 149, de 1984, ao volume 69, número 162, de 1988, 23 foram publicados. Na seção “Questão em debate”, do volume 73, número 175, de 1992, ao volume 75, números 179, 180,181 de 1994, foram publicadas 09 produções, Na seção “Destaque”, ao qual apareceram no volume 66, número 153 de 1985; volume 68, número 159 de 1987; volume 68, número 160 de 1987; volumes 69, número 163 de 1988, foram publicados 04.

Contudo, após o levantamento da produção acadêmica na RBEP, observou-se que a edição com o maior número de textos publicados é o volume 74, número 176, de 1993, com um total de 21 textos e a menor o volume 79, número 191, de 1998, com um total de 05 produções.

Como houve inúmeras mudanças devido aos fatores políticos, econômicos e administrativos, é importante se deter apenas na apresentação da estrutura do primeiro volume publicado em 1944 e do volume 95, número 240, de 2014<sup>15</sup> para se entender quais foram às mudanças significativas que o periódico sofreu.

O primeiro modelo adotado e como tal publicado pela RBEP no volume 1, número 1 de julho de 1944, possuía a seguinte divisão estrutural: seção de opiniões, dados estatísticos, trabalhos realizados pelos diferentes órgãos do ministério, textos da lei, decisões administrativas mais relevantes, estudos de aplicação, informes sobre a vida educacional nos estados e no exterior, transcrição de artigos da imprensa e notas bibliográficas. Também no sumário observa-se que a Revista estava dividida em seções primárias (Editorial, Idéias e Debates, Documentação, Vida Educacional, e Atos oficiais) e seções secundárias (Informação dos Estados, Informação do Estrangeiro, Bibliografia e Através das Revistas e Jornais). O responsável pela equipe editorial da

---

<sup>15</sup> O último exemplar a ser considerado da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos para análise nessa pesquisa é o volume 95, número 240, maio/agosto de 2014.

RBEP em 1944, foi como já dito, Lourenço Filho. O quadro abaixo indica como a Revista estava organizada em seu primeiro número.

**Quadro 02:** As seções que compunham a RBEP no v. 1, n. 1 julho de 1944.

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Seção</b>
Gustavo Capanema	Apresentação	Apresentação
Equipe Editorial	Editora Inep	Editorial
Lourenço Filho	A educação, problema nacional.	Ideias e Debates
A. Almeida Júnior	Os objetivos da escola primária rural	Ideias e Debates
Helena Antipoff	Como pode a escola contribuir para a formação de atitudes democráticas?	Ideias e Debates
Heloísa Marinho	A linguagem no pré-escolar	Ideias e Debates
Humberto Bastos	Sumário histórico da instrução no Estado de Alagoas	Ideias e Debates
Humberto Bastos	A educação no após-guerra	Ideias e Debates
Jacyr Maia	Provas mentais na seleção dos servidores públicos	Ideias e Debates
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas	Despesas dos Estados e do Distrito Federal com os serviços de educação em 1943	Documentação
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas	Bibliografia pedagógica brasileira (1812 a 1900)	Documentação
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas	A educação brasileira no mês de abril	Vida Educacional
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas	Informação dos Estados	Informação dos Estados
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas	Informação do estrangeiro	Informação do estrangeiro
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas	Bibliografia	Bibliografia
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas	Através das revistas e jornais	Através das revistas e jornais
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas	Atos da administração federal	Atos Oficiais

Fonte: Adaptação do Sumário da RBEP v. 1, n.1 de julho de 1944.

No volume 95, número 240 de janeiro/abril de 2014 o leitor, ao ter contato com o exemplar, seja ele em formato eletrônico ou impresso, encontrará os seguintes espaços: Editorial, Estudos, Resenhas, Índice do Volume e Instruções aos colaboradores. No periódico, a seção de “Estudos” publica artigos inéditos oriundos de estudos, pesquisas, debates e experiências relacionadas com a educação e áreas afins. A seção de “Resenhas” analisa criticamente os lançamentos recentes na área. O “Índice do Volume” refere-se às matérias específicas do volume, correspondente aos números da Revista publicados durante o ano e está subdividido em três partes: Assuntos, Autores e Títulos. A área de “Agradecimento” é um espaço destinado a todos os colaboradores pareceristas da RBEP. Por fim, o espaço para “Instruções aos Colaboradores” que conta com normas editoriais e normas gerais para apresentação dos textos originais para os autores que pretendem publicar suas pesquisas na Revista.

As responsáveis pela equipe editorial da RBEP em 2014, são as editoras executivas: Clara Etiene Lima de Souza e Tânia Maria Castro.

**Quadro 03:** Seções que compõem a RBEP no v. 95, n. 240, maio/agosto de 2014.

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Sumário/Seção</b>
Equipe Editorial	Editoria Científica	Editorial
Nair Correia Salgado Azevedo. Mauro Betti	Escola de tempo integral e ludicidade: os pontos de vista de alunos do 1º ano do ensino fundamental	Estudos
Carla Augusta Nogueira Lima e Silva. Hélder Ferreira Isayama.	O currículo de cursos técnicos de lazer no Brasil: um estudo de caso da formação profissional.	Estudos
Erinaldo Ferreira Carmo. José Aercio Silva Chagas. Dalson Britto Figueiredo Filho. Enivaldo Carvalho Rocha.	Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular	Estudos
Wojciech Andrzej Kulesza	História da pedagogia no Brasil: a contribuição das pesquisas centradas em manuais de ensino	Estudos
Taís Fim Alberti Ilse Abegg Márcia Rejane Julio Costa Mauro Titton	Dinâmicas de grupo orientadas pelas atividades de estudo: desenvolvimento de habilidades e competências na educação profissional	Estudos
Luiz Artur Santos Cestari	Esboço de uma compreensão da circulação de ideias: orientações para	Estudos



	um estudo das modas educacionais	
Carla Busato Zandavalli Dirceu Martins Pedrosa	Implantação e implementação do Proinfo no município de Bataguassu, Mato Grosso do Sul: o olhar dos profissionais da educação	Estudos
Jefferson Olivatto da Silva	Ações inclusivas no ensino superior brasileiro	Estudos
Luciana Ramos Rodrigues de Carvalho Francismara Neves de Oliveira	Quando o jogo na escola é bem mais que jogo: possibilidades de intervenção pedagógica no jogo de regras	Estudos
Celso José Martinazzo Óberson Isac Dresch	Gênese das leis e dos princípios da teoria da complexidade em Edgar Morin	Resenhas
Clara Etienne Lima de Souza e Tânia M. Castro	Editoria Executiva	Instruções aos colaboradores

Fonte: Adaptação do Sumário da RBEP, v. 95, n. 240 maio/agosto de 2014.

O acesso a todos os exemplares impressos da RBEP encontra-se disponíveis para consulta, no Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec), localizado no Edifício Sede do Ministério da Educação, no Distrito Federal, em Brasília. Além do Cibec, outros órgãos possuem esses exemplares, são eles: as Associações (CNTE, ANDES, UNDIME, ANFOPE, ANPAE, FORUMDIR, ANPED); Biblioteca Central das Universidades Particulares; Biblioteca Central das Universidades Públicas; Bibliotecas Setores Particulares; Bibliotecas Setores Públicas; Instituições de Ensino e Pesquisa; Secretarias Estaduais de Educação; Secretarias Municipais de Educação (nas capitais), distribuído gratuitamente pelo INEP em todo o País. Os usuários também podem fazer o download de alguns periódicos em arquivo PDF, que estão no próprio site do INEP.

Por fim, mesmo que a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos tenha passado por diversas mudanças, seja na autoria dos artigos ou em sua organização nas seções, seus objetivos parecem-nos ter mantidos ao longo dos 70 anos, permitindo que se proceda a uma análise do cotidiano escolar, tal como pensado e refletido nas diversas produções que compõem a Revista.

### **CAPITULO 3 - O COTIDIANO ESCOLAR NA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS: ANÁLISE QUANTITATIVA**

Conforme já citado na Introdução deste trabalho, foi realizado um levantamento da produção científica publicada pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), referente ao cotidiano escolar nos últimos 30 anos (1984-2014), identificados por meio de seu título ou subtítulos, resumos e palavras-chave.

Ao contabilizar um total de 793 trabalhos publicados nas diferentes seções da Revista durante todo o período considerado na pesquisa, identificou-se e analisou-se produções que remetiam à temática do cotidiano escolar. Como indicado anteriormente, 91 exemplares publicados (volume 65, número 149, de maio/agosto de 1984, ao volume 95, número 240 em maio/agosto de 2014) foram examinados. Desse modo, durante o período investigado nesse estudo, identificou-se que quase 9% das produções nas seções analisadas da RBEP estavam ligadas à temática do cotidiano escolar, ou seja, foram selecionadas as 70 produções para serem analisadas.

A análise quantitativa procurou caracterizar:

- A distribuição dos artigos nas diferentes seções da Revista;
- As edições que não continham produções ligadas à temática do cotidiano escolar;
- A distribuição dos autores segundo sua filiação institucional;
- Os artigos em co-autorias;
- Os artigos em co-autoria envolvendo mais de uma instituição;
- A distribuição geográfica dos autores no território brasileiro;
- A distribuição dos artigos conforme o tipo de pesquisa: Empírica ou Revisão Bibliográfica;
- Os autores mais citados nos artigos nas referencias bibliográficas;
- A distribuição dos artigos por níveis de ensino que enfocavam;
- A distribuição dos artigos segundo o autor escolar: professor, aluno e gestor.

#### **3.1 Os artigos selecionados para estudo no contexto da Revista**

Os artigos, como previsto na metodologia da pesquisa, foram identificados por meio de seu título e/ou subtítulo, resumo e palavras-chave. Os artigos nas seções, muitas vezes foram identificados por mais de um descritor. O quadro a seguir traz a identificação dos artigos realizada por meio destes critérios de seleção:

**Quadro 04:** Identificação dos artigos segundo os critérios de seleção adotados neste estudo

<b>Espaço encontrado</b>	<b>1984-1993</b>	<b>1994-2003</b>	<b>2004-2014</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Título/subtítulo	27	05	07	39	55,71
Resumo	10	09	05	24	34,28
Palavras chave	-	-	07	07	10,00

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

A maior parte dos artigos foi identificada no espaço título/subtítulo, totalizando mais de 55%, acompanhado do espaço resumo com pouco mais de 34%, seguido das palavras chave de 10%, que passam a ser identificados a partir do terceiro decênio.

Dentre as 91 edições examinadas na RBEP, em 42 delas não foram identificadas produções referentes ao cotidiano escolar, isso equivale a pouco mais de 46% dos exemplares. A primeira edição que não apresentou nenhuma produção a respeito, foi o volume 65, número 152, de 1985 e a última edição foi o volume 94, número 238 de 2013. As edições onde não houve publicações sobre o cotidiano escolar estão identificadas no quadro abaixo.

**Quadro 05:** Edições que não continham produções ligadas à temática do cotidiano escolar

<b>Ano</b>	<b>Volume</b>	<b>Número</b>
1985	65	152
1985	67	155
1986	67	156
1987	68	159
1987	68	160
1989	69	163
1989	70	164
1991	72	170
1991	72	171
1991	73	173
1992	74	176
1995	76	184
1996	77	185
1998	79	191
1998	79	192
1998	79	193
1999	80	195
2000	81	197
2000	81	199
2002	83	203, 204,205
2003	84	206, 207,208
2005	86	212
2006	87	215

2006	87	217
2007	88	218
2007	88	219
2008	89	223
2009	90	224
2009	90	225
2010	91	227
2010	91	228
2011	92	231
2011	92	232
2012	93	233
2012	93	234
2012	93	235
2013	94	236
2013	94	238

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

O volume 86, número 212, janeiro/abril de 2005, constitui em um número especial que comemorou os 60 anos de existência da RBEP, e como dito pela equipe editorial: “Seria um número especial que reproduzisse artigos que marcaram época, ou seja, republicar artigos que assinalam o início de debates relevantes no cenário brasileiro” (RBEP, EDITORIAL, 2005, p.11). Essa edição esteve dividida em duas partes: a primeira denominada “Memória da Educação” e a segunda “Leituras da RBEP”. Esse número não trouxe artigos que se referissem ao cotidiano escolar.

A RBEP ao longo de 70 anos de existência publicou seus artigos, notas e resenhas em 14 seções distintas. Contudo, as 70 produções publicadas e identificadas na Revista ao longo dos 30 anos de pesquisa sobre o cotidiano escolar, foram encontradas apenas em 02 seções: Estudos e Notas de Pesquisa, como se observa no quadro abaixo:

**Quadro 06:** Distribuição dos artigos por seções da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos

Seções	1984-1993	1994-2003	2004-2014	Total	%
Estudos	14	10	19	43	61,42
Notas e Pesquisa	23	04	-	27	38,57

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

Observa-se nitidamente um maior número de produções referentes ao cotidiano escolar publicado na seção “Estudos”, perfazendo mais de 61% das produções, acompanhada de pouco mais de 38% das “Notas de Pesquisa”, essa seção, deixou de ser publicada pela Revista a partir do segundo decênio. As seções “Segunda Edição”, “Debates e Propostas” e “Questão em Debate”, mesmo possuindo embasamento teórico

e um número significativo de páginas para apresentar consistência para a pesquisa sobre a temática, não apresentou produção que remetesse ao cotidiano escolar de 1984-2014.

A seguir é representado graficamente o quadro 06, referente ao cotidiano escolar nas seções da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

**Gráfico 01:** Distribuição dos artigos por seções da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos



Buscou-se em seguida, apresentar o percentual de artigos sobre o cotidiano escolar publicados anualmente em função do número total de 70 artigos publicados ao longo dos 30 anos, nas seções Estudos e Notas de Pesquisa.

**Quadro 07:** Distribuição dos artigos referentes ao cotidiano escolar por ano de publicação

Ano de publicação	Todas as Publicações anuais	Produções sobre o cotidiano escolar anual	Porcentagem %
1984	51	03	4,28
1985	41	06	8,57
1986	40	04	5,71
1987	31	01	1,42
1988	35	03	4,28
1989	30	05	7,14
1990	18	03	4,28
1991	28	03	4,28
1992	31	06	8,57
1993	44	03	4,28
1994	20	05	7,14
1995	21	01	1,42
1996	22	03	4,28
1997	14	04	5,71
1998	15	-	-
1999	25	-	-
2000	28	-	-
2001	10	01	1,42
2002	06	-	-
2003	06	-	-

2004	09	01	1,42
2005	09	01	1,42
2006	27	03	4,28
2007	29	01	1,42
2008	30	03	4,28
2009	33	03	4,28
2010	31	01	1,42
2011	36	01	1,42
2012	16	-	-
2013	37	01	1,42
2014	20	04	5,71
Total	793	70	100,00%

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

Os anos de 1985 e 1992 se destacaram com 06 produções, isso equivale a quase 9%, se for considerado o número total de 70 artigos veiculados em função do número de que tratam de cotidiano escolar. Os anos de 1987, 1995, 2001, 2004, 2005, 2007, 2010, 2011 e 2013, pouco se destacaram com as produções sobre o cotidiano escolar, com apenas 01 produção anual, representando quase 2%. Os anos de 1998, 1999, 2000, 2002, 2003 e 2012 não publicaram artigo referente à temática.

A partir do levantamento dos artigos e considerando-se os decênios em que foram publicados, verifica-se que o cotidiano escolar foi uma questão particularmente mais investigada nos estudos de 1984 a 1993. No primeiro decênio da pesquisa (volume 65, número 149, de maio/agosto de 1984, ao volume 74, número 178, de setembro/dezembro de 1993), foram publicados 37 artigos sobre essa temática. O segundo decênio da pesquisa (volume 75, números 179, 180 e 181 de 1994, ao volume 84, números 206, 207, 208 de janeiro/dezembro 2003), teve 14 artigos publicados sobre o cotidiano escolar. O terceiro decênio da pesquisa (volume 85, números 209, 210, 211 de janeiro/dezembro de 2004, ao volume 95, número 240 de maio/agosto de 2014), apresentou 19 artigos sobre a temática. A distribuição dos artigos em decênios é apresentada no quadro abaixo:

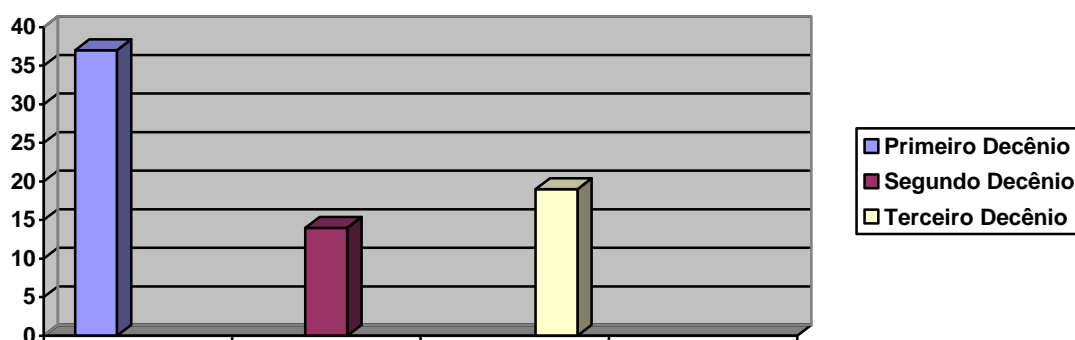
**Quadro 08:** Distribuição dos artigos publicados sobre cotidiano escolar por Decênios

<b>Decênios</b>	<b>Número de artigos publicados</b>	<b>Porcentagem</b>
1984-1993	37	52,85%
1994-2003	14	20,00%
2004-2014	19	27,14%
Total	70	100,00%

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

O maior número de produções na RBEP que remetem ao cotidiano escolar se destaca no primeiro decênio com 37 produções, e em um segundo momento as produções do terceiro decênio com 19 produções, seguidas de 14 produções do segundo decênio. Percebe-se que no segundo decênio houve uma queda acentuada nas produções da RBEP referentes ao cotidiano escolar, voltando a aumentar timidamente no terceiro decênio. O gráfico abaixo ilustra essa constatação.

**Gráfico 02:** Distribuição dos artigos publicados sobre cotidiano escolar por Decênios



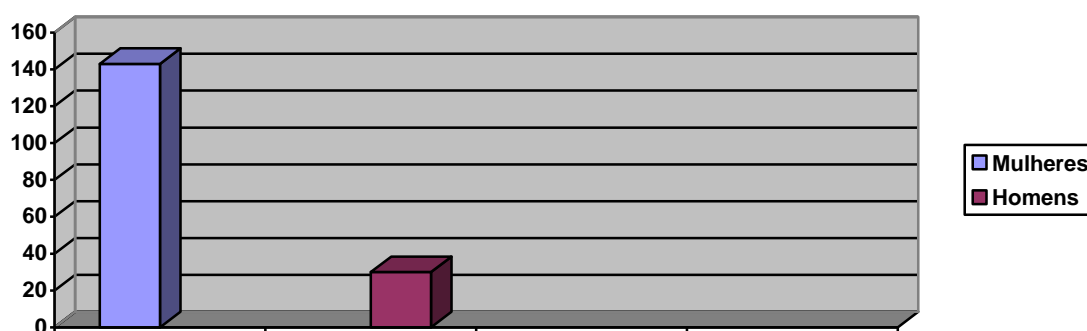
Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico acima, evidencia a regularidade de produções sobre o cotidiano escolar na RBEP nos últimos 20 anos, com uma média de 17 artigos. Contudo, o maior número de publicações corresponde à década de 1980 e início dos anos 1990, ou seja, ao primeiro decênio da pesquisa.

A partir das informações apresentadas, percebe-se que no primeiro decênio ocorreu o maior número de produções referente ao cotidiano escolar publicadas na RBEP. Embora as produções sobre o cotidiano escolar no segundo decênio foram em menor número, às produções no terceiro decênio aumentaram, mesmo não apresentando produções sobre a temática nos exemplares dos anos 2002, 2003 e 2012.

### 3.2. Os Autores

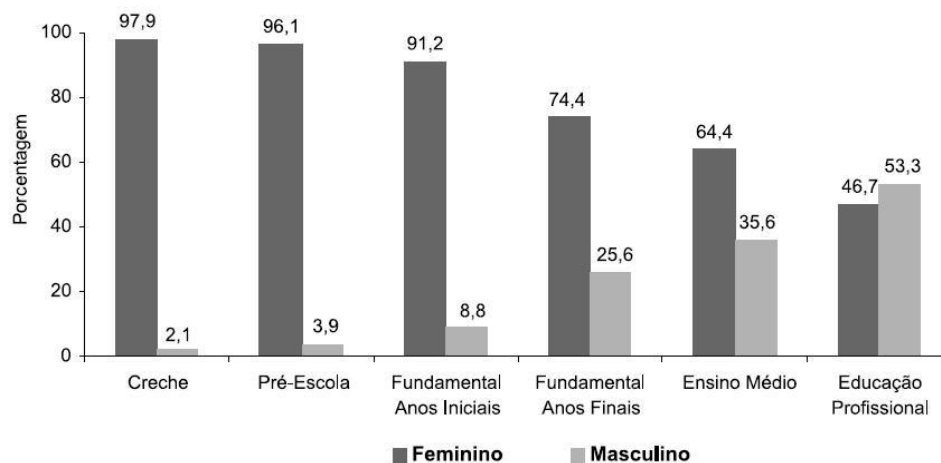
Em um segundo momento procurou-se caracterizar os autores que escreveram sobre o cotidiano escolar na REBP. As 70 produções foram escritas por 173 autores diferentes, considerando-se autoria e co-autorias, sendo 143 mulheres e 30 homens. O gráfico a seguir representa a distribuição dos autores conforme o gênero.

**Gráfico 03:** Distribuição de autores por gênero

Fonte: Elaborado pelo autor.

A participação dos homens nas publicações sobre essa temática é de pouco mais de 17% e das mulheres quase 83%, ou seja, as mulheres tiveram uma contribuição maior que a dos homens, nessa abordagem. Esta distribuição por gênero está conforme o esperado, pois como a literatura indica a área de educação é majoritariamente feminina.

O quadro abaixo mostra que conforme os níveis de ensino aumentam, as mulheres vão perdendo espaço para os homens, mas ainda mantem a totalidade no ensino de Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio, sendo que a proporção se inverte no Ensino Profissionalizante.

**Gráfico 04:** Feminização do Magistério

Fonte: Censo do Professor, 2007/INEP



Patto (1992) aponta que quase a totalidade do corpo docente da escola primária ainda é constituída de mulheres, principalmente as da chamada classe média e classe média baixa.

Desde a década de 1980 a feminização do magistério vem sendo discutida de forma mais intensa nas pesquisas educacionais no Brasil. Catani (1997), Freire (1994) e Novaes (1984), no mesmo sentido, destacam a feminilização do magistério. No entanto, podemos talvez supuser que na pesquisa educacional as mulheres voltam a predominar.

Além disso, identificou-se que 27 autores, mais de 38% contribuíram com artigos assinados individualmente e 43 artigos em co-autoria, ou seja, aproximadamente 62%, assinados por 146 autores. Verificou-se que apenas 07 autores contribuíram com suas pesquisas, mais de uma vez na RBEP, sobre a temática do cotidiano escolar.

Abaixo, o Quadro 09, indica os autores que contribuíram com mais de um texto publicado na RBEP, sobre cotidiano escolar.

**Quadro 09:** Autores que mais produziram sobre o cotidiano escolar na RBEP

<b>Autores</b>	<b>Anos das publicações</b>	<b>Total dos artigos</b>
Mary Rangel	1992, 1993, 1996 e 2001	04
Bruno Pucci	1988 e 1992	02
Valdemar Sguissardi	1988 e 1992	02
Marli Eliza Dalmazo Afonso de André	1986 e 1989	02
Sonia kramer	1987 e 1989	02
Odineia Figueiredo	1988 e 1990	02
Dagmar M. L. Zibas	1991 e 1993	02

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

Mary Rangel foi a autora que mais publicou artigos na RBEP com trabalhos referentes ao cotidiano escolar, sendo 03 artigos assinados individualmente e 01 em co-autoria. Os demais autores relacionados acima publicaram seus artigos em co-autoria.

Dagmar M. L. Zibas, teve duas produções sobre o cotidiano escolar publicadas na Revista, uma no volume 71, número 168, em 1991, e no volume 74, número 176, em 1993, sendo que ambas as produções da autora, foram publicadas na mesma seção “Notas de Pesquisa”, “**O perfil socio-cultural** de alunos trabalhadores do ensino noturno de 2º grau através da análise de seu cotidiano” e “Perfil sociocultural de alunos trabalhadores do curso noturno de 2º grau através da análise de seu cotidiano” (grifo nosso). Ao ler as produções, identificou-se que trata da mesma pesquisa. A publicação denominada “O perfil socio-cultural de alunos trabalhadores do ensino noturno de 2º

grau através da análise de seu cotidiano” por meio da autora o relato da pesquisa em sua fase inicial, já o artigo “Perfil sociocultural de alunos trabalhadores do curso noturno de 2º grau através da análise de seu cotidiano”, a autora apresenta uma conclusão a respeito da investigação, afirmando que é “descabido identificar dinâmicas, tais como aquelas desencadeadas pelo Projeto Ensino Noturno, como embriões de soluções flexibilizadas que, valorizando o trabalho docente, viabilizam a educação do trabalhador” (ZIBAS, 1993, p. 199).

### 3.2.1. Afiliações institucionais dos autores

Para identificar a vinculação institucional dos 173 autores responsáveis pelos 70 artigos publicados na Revista, recorreu-se nas informações contidas nos próprios textos. Os resultados permitiram identificar que os autores estavam vinculados a 39 instituições, 36 instituições nacionais representando todas as regiões geográficas do país e 03 internacionais localizadas no continente europeu e americano.

Dentre as 36 instituições de pesquisa e ensino no Brasil, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), a Universidade Federal Fluminense (UFF), são as instituições de ensino do país que mais contribuíram por meio de seus pesquisadores, totalizando 05 produções, correspondendo a pouco mais de 7% dos artigos publicados. Na sequência aparecem as instituições, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Pará (UFPA), aos quais seus pesquisadores contribuíram com 04 produções cada, correspondendo a aproximadamente 6%. Com 03 produções, aparece a Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Fundação Carlos Chagas e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), correspondente a quase 5%. As demais instituições passaram a produzir números menores de produções sobre a temática, 01 ou 02. Nessa análise, foram considerados tanto os artigos escritos por autores individuais como aqueles em co-autoria. O quadro a seguir mostra as filiações institucionais desses autores:

**Quadro 10:** Distribuição dos autores segundo sua afiliação institucional

<b>Afiliação Institucional</b>	<b>1984-1993</b>	<b>1994-2003</b>	<b>2004-2014</b>	<b>Total</b>
Universidade Federal de São Carlos	03	01	01	05
Universidade Federal Fluminense	04	01	-	05
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	03	-	01	04
Universidade Federal do Pará	04	-	-	04

Universidade de São Paulo	02	-	01	03
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	02	01	-	03
Fundação Carlos Chagas	03	-	-	03
Universidade Federal do Rio de Janeiro	-	02	01	03
Universidade Federal da Bahia	01	01	-	02
Universidade Federal Mato Grosso do Sul	-	01	01	02
Universidade Federal do Pernambuco	02	-	-	02
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	-	01	01	02
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	01	-	01	02
Universidade de Brasília	01	-	-	01
Universidade Federal de Minas Gerais	-	-	01	01
Pontifícia Universidade Católica Campinas	01	-	-	01
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	01	-	-	01
Universidade Estadual de Campinas	-	01	-	01
Universidade do Estado de Santa Catarina	-	01	-	01
Universidade Santa Úrsula	01	-	-	01
Universidade Federal de Santa Catarina	01	-	-	01
Universidade Católica de Goiás	01	-	-	01
Universidade Federal de Sergipe	01	-	-	01
Universidade Estadual de Maringá	-	01	-	01
Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro	01	-	-	01
Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro	01	-	-	01
Centro de Pesquisa para Educação e Cultura	01	-	-	01
<b>Total em decênios</b>	<b>35</b>	<b>11</b>	<b>08</b>	<b>54</b>

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

Cabe ressaltar que, ao analisar a filiação institucional dos autores, identificou-se que 16 produções foram publicadas em conjunto, envolvendo pesquisadores de mais de uma universidade brasileira e em outros casos, em parcerias com pesquisadores pertencentes a universidades estrangeiras. O quadro abaixo apresenta as Instituições que desenvolveram os trabalhos coletivamente.

**Quadro 11:** Distribuição dos artigos sobre o cotidiano escolar segundo as instituições dos autores vinculados

<b>Instituições de Ensino</b>	<b>1984-1993</b>	<b>1994-2003</b>	<b>2004-2014</b>	<b>Total</b>
PUC-SP e USP	01	-	-	01
UFF e UERJ	01	-	-	01
Unicamp e UNESP	-	01	01	02
USP e UFPR	-	01	-	01
PUC-SP, UERJ e UFRJ	-	01	-	01
Universidad de la Habana (Cuba) e Unesa/Rio	-	01	-	01
USP, UFSCar, PUC-Rio e Unesp	-	-	01	01
UFRJ, Unesa-Rio e UERJ	-	-	01	01
UFRJ e Fiocruz	-	-	01	01
UNESP e UNB	-	-	01	01
Universidade de Aveiro e Universidade de Coimbra	-	-	01	01
Unicamp, UFSCar e PUC-Camp	-	-	01	01
PUC-SP, USP e FCC	-	-	01	01
UNESP, UEM, UFAC, IFAC	-	-	01	01
Udesc, UFRGS, Univali	-	-	01	01
UFSM, UFRGS e UFSC	-	-	01	01

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

Percebe-se que a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Estácio de Sá (Unesa/Rio), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Universidade Católica de Brasília (UCB), a Universidade Federal do Acre (UFAC), o Instituto Federal do Acre (IFAC) da cidade de Cruzeiro do Sul, a Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), aparecem no levantamento das produções em conjunto com outras instituições que apresentaram artigos escritos por autores vinculados a elas. É de suma importância destacar que pesquisadores vinculados a Universidade de Aveiro (Portugal), a Universidade de Coimbra (Portugal) e da Universidad de la Habana (Cuba), só tiveram seus trabalhos selecionados à pesquisa, por terem produzidos artigos que remeteram ao cotidiano escolar no Brasil.

A Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) tiveram duas produções desenvolvidas em parceria, uma identificada no segundo decênio e outra no terceiro decênio da pesquisa. Por sua vez, a Universidade Estácio de Sá (Unesa/Rio), publicou um artigo na RBEP com pesquisadores da Universidad de la Habana. Por fim, a Universidade de São Paulo (USP) foi à instituição que mais produziu em conjunto com outras universidades no país.

Ao identificar a filiação institucional dos 173 autores que colaboraram na RBEP, buscou-se mapear essas produções por regiões geográficas do Brasil, cujo objetivo foi dar ênfase as preocupações que remetem ao cotidiano escolar no país.

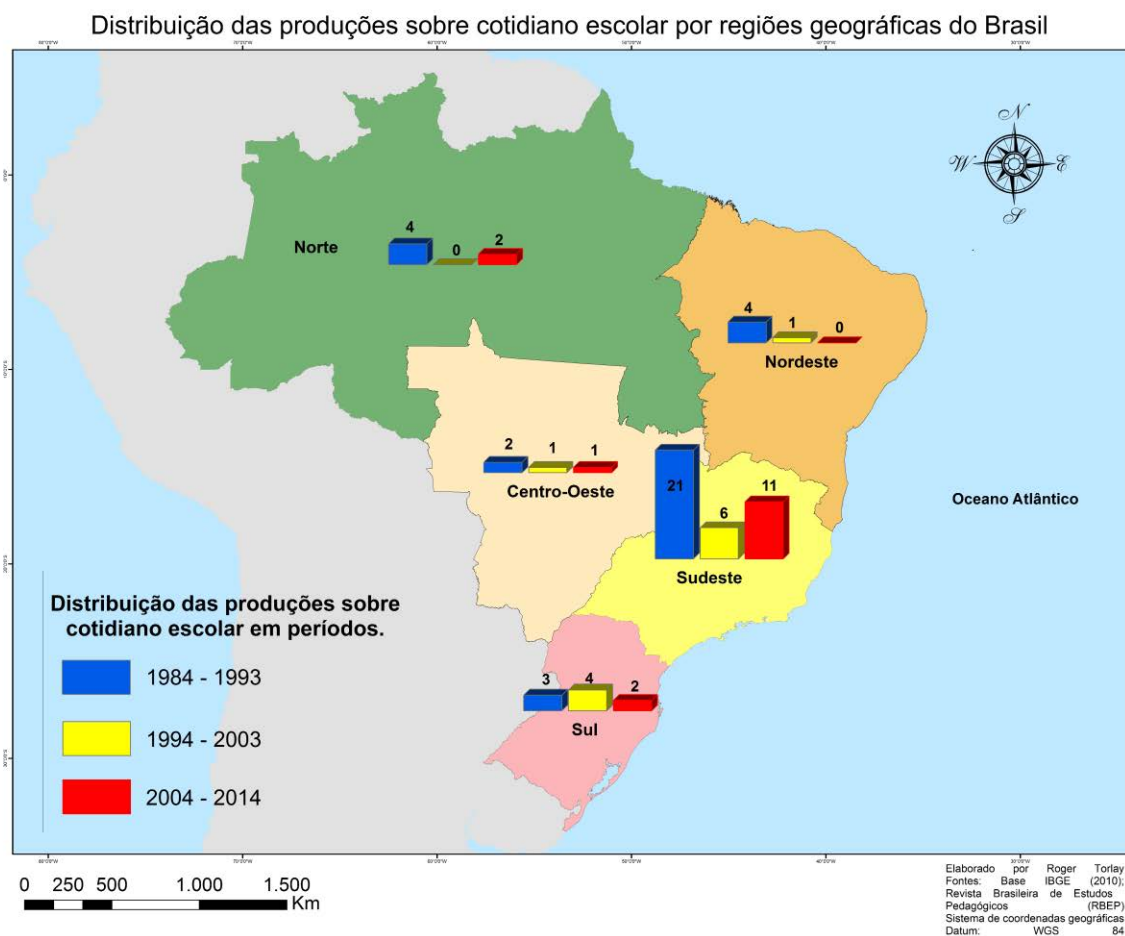
**Quadro 12:** Distribuição das produções sobre cotidiano escolar por regiões geográficas do Brasil.

Produções por região	1984-1993	1994-2003	2004-2014	Total	%
Sudeste	21	06	11	38	54,28
Sul	03	04	02	09	12,85
Norte	04	-	02	06	8,57
Nordeste	04	01	-	05	7,14
Centro-Oeste	02	01	01	04	5,71
Regiões integradas	02	01	02	05	7,14
Não identificado	01	01	01	03	4,28

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

O mapa abaixo permite visualizar a distribuição das produções sobre o cotidiano escolar na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos de 1984 a 2014, por regiões brasileiras.

**Mapa 01:** Produções sobre o cotidiano escolar por regiões geográficas



Das 70 produções analisadas na pesquisa, o destaque por região geográfica ficou por conta da Região Sudeste, com 38 trabalhos publicados na RBEP, perfazendo pouco mais de 54%. Só no primeiro decênio, a mesma região, contribuiu com 21 trabalhos, correspondente a 30% dos artigos publicados no período total.

Em contrapartida, a Região do país que menos contribuiu, foi a Centro Oeste, com apenas 04 produções totais, correspondendo a quase 6% das publicações. Para exemplificar o baixo índice da produção nessa Região, tiveram apenas 02 produções no primeiro decênio, 01 no segundo decênio e 01 no terceiro decênio.

Para melhor detalhamento, buscou-se identificar os estados da federação que contribuíram com a temática em seu maior ou menor número.

O quadro a seguir apresenta as produções por estados do Brasil em ordem decrescente.

**Quadro 13:** Distribuição das produções sobre cotidiano escolar por estados do Brasil.

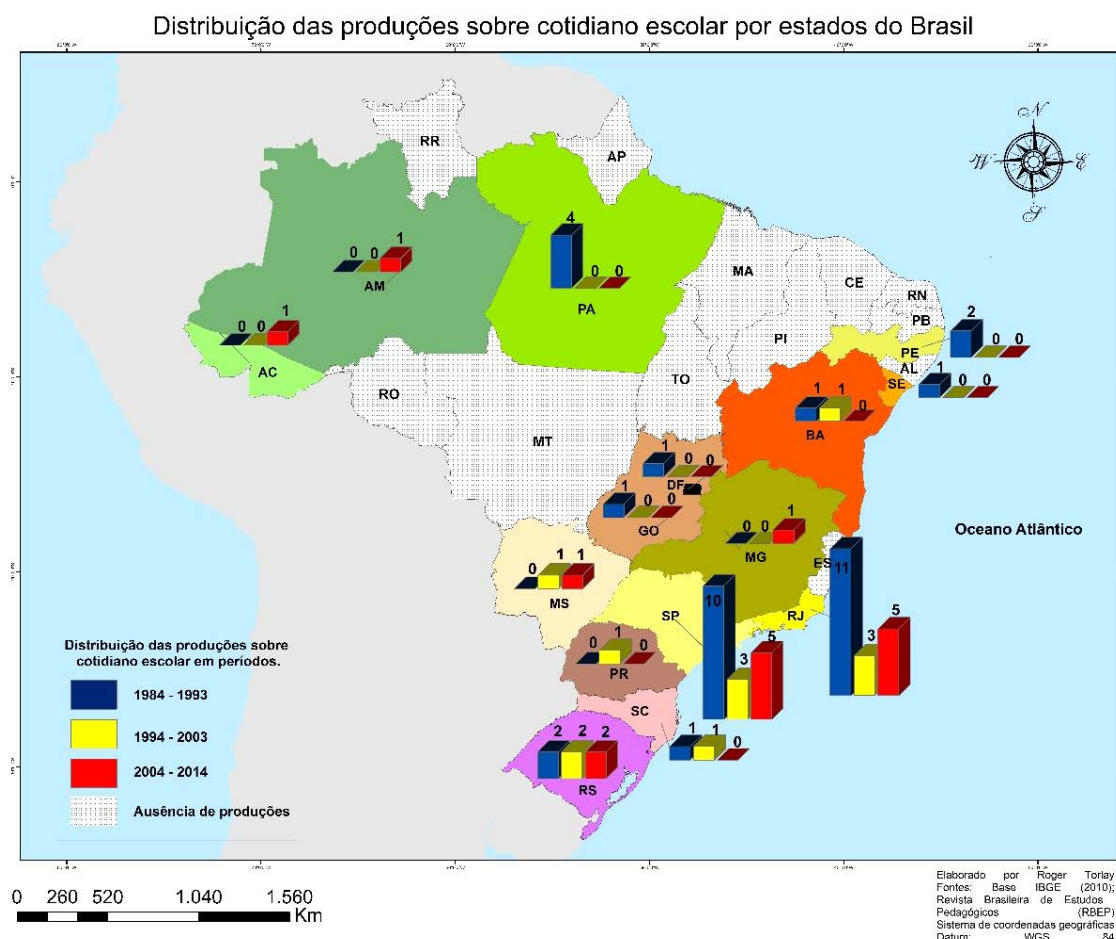
<b>Produções por estados</b>	<b>1984-1993</b>	<b>1994-2003</b>	<b>2004-2014</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Rio de Janeiro	11	03	05	19	27,14
São Paulo	10	03	05	18	25,71
Rio Grande do Sul	02	02	02	06	8,57
Pará	04	-	-	04	5,71
Pernambuco	02	-	-	02	2,85
Bahia	01	01	-	02	2,85
Santa Catarina	01	01	-	02	2,85
Mato Grosso do Sul	-	01	01	02	2,85
Minas Gerais	-	-	01	01	1,42
Distrito Federal	01	-	-	01	1,42
Acre	-	-	01	01	1,42
Paraná	-	01	-	01	1,42
Amazonas	-	-	01	01	1,42
Goiás	01	-	-	01	1,42
Sergipe	01	-	-	01	1,42
Piauí	-	-	-	-	-
Mato Grosso	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-
Paraíba	-	-	-	-	-
Alagoas	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	-
Ceará	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-
Rondônia	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-
Espírito Santo	-	-	-	-	-

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

Autores localizados geograficamente no estado do Rio de Janeiro, publicaram 19 produções referentes à temática, em um total de pouco mais de 27% dos artigos publicados. Somente no primeiro decênio, 11 artigos de autores deste estado foram publicados na RBEP, com mais de 15% das produções. Autores localizados no estado de São Paulo tiveram 18 produções publicadas, em um total de quase 26% dos artigos selecionadas para estudo. Esses autores tiveram destaques em suas produções, totalizando 10, apenas no primeiro decênio.

O mapa a seguir permite visualizar a distribuição das produções sobre o cotidiano escolar publicadas na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos de 1984 a 2014, pelos estados da federação brasileira.

**Mapa 02:** Produções sobre o cotidiano escolar por Unidade Federativa



Os estados de Alagoas, Ceará, Piauí, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte da Região Nordeste não tiveram produção selecionada para análise. Do mesmo modo,

os estados do Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins da Região Norte também não apresentaram pesquisas referentes ao cotidiano escolar.

Todos os estados da Região Sul, apresentaram produções referentes ao cotidiano escolar no país. Na região Sudeste e Centro Oeste os estados do Espírito Santo e Mato Grosso respectivamente não apresentaram produções que fossem agregadas à pesquisa.

### 3.3. Os Artigos

Para apresentar os 70 artigos publicados acerca do cotidiano escolar conforme o tipo de pesquisa buscou-se observar em um primeiro momento se esses eram textos derivados de pesquisas Empíricas ou de Revisões Bibliográficas. Apresentamos no quadro abaixo essa distribuição.

**Quadro 14:** Distribuição dos artigos conforme o tipo de pesquisa

<b>Tipos de Pesquisa</b>	<b>1984-1993</b>	<b>1994-2003</b>	<b>2004-2014</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Empírica	36	11	17	64	91,42
Revisão Bibliográfica	01	03	02	06	8,57

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

Foi detectado que acima de 91% das pesquisas são empíricas, ou seja, aquelas em que os autores obtiveram fontes diretas no cotidiano escolar. Só no primeiro decênio, 36 produções dessa natureza foram publicadas com mais de 51%. No segundo decênio, apresentaram 11 produções e no terceiro decênio 17 produções.

As produções definidas como Revisão Bibliográfica, ou seja, aquelas em que os autores obtiveram fontes a partir de outros estudos, quase 9% dessas produções foram detectadas no levantamento. No primeiro decênio apenas 01 estudo pode ser classificado, já no segundo decênio, 03 produções eram deste tipo e no terceiro decênio apenas 02. No total 06 produções se caracterizou como Revisão Bibliográfica.

O quadro a seguir apresenta o referencial teórico por ordem alfabética e vínculo acadêmico que mais fundamentaram os artigos.

**Quadro 15:** Referencial dos artigos segundo a nacionalidade e vínculo acadêmico dos teóricos.

<b>Autores Citados</b>	<b>Nacionalidade</b>	<b>Vínculo Acadêmico</b>
APPLE, Michael	Estadunidense	Universidade de Columbia
ARIÉS, Philippe	Francesa	Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais (França)
ARROYO, Miguel	Espanhola	Universidade Federal de Minas



		Gerais e Universidade de Stanford
BARDIN, Laurence	Francesa	Universidade de Paris V
BOURDIEU, Pierre	Francesa	Universidades de Harvard e Universidade de Chicago
CHARLOT, Bernard	Francesa	Universidade Federal de Sergipe
FERREIRO, Emilia Beatriz Maria	Argentina	Universidade de Genebra
FOUCAULT, Michel	Francesa	Universidade Paris-Sorbonne
FREUD, Sigmund	Tcheca	Universidade de Viena
GIROUX, Henry	Estadunidense	Universidade de Boston e Universidade de Miami
JODELET, Denise	Francesa	Universidade de Paris IV
MOSCOVICI, Serge	Romena	Universidade de Brasília
PERRENOUD, Philippe	Sueca	Universidade de Genebra
PIAGET, Jean	Sueca	Universidade de Genebra
VYGOTSKY, Lev Semenovitch	Russa	Universidade de Moscovo
ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso	Brasileira	Universidade de Illinois em Urbana e Champaign e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
BARRETO, Elba Siqueira de Sá	Brasileira	Fundação Carlos Chagas e Universidade de São Paulo
BRANDÃO, Carlos Rodrigues	Brasileira	Universidade Estadual de Campinas e Universidade de São Paulo
CALAZANS, Maria Julieta Costa	Brasileira	École Pratique Des Hautes Études Vie Section Sorbone e Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ESTEBAN, Maria Teresa	Brasileira	Universidade Federal Fluminense e Universidade de Santiago de Compostela
FREIRE, Paulo Reglus Neves	Brasileira	Universidade de Harvard Universidade Estadual de Campinas
LIBÂNIO, José Carlos	Brasileira	Pontifícia Universidade Católica de Goiás e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom	Brasileira	Faculdade de Direito de São Paulo
LUCKESI, Cipriano Carlos	Brasileira	Universidade Federal da Bahia e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
MACEDO, Lino de	Brasileira	Universidade de São Paulo
PATTO, Maria Helena Souza	Brasileira	Universidade de São Paulo
PARO, Vitor Henrique	Brasileira	Universidade de São Paulo e

		Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RANGEL, Mary	Brasileira	Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Rio de Janeiro
SAVIANI, Dermeval	Brasileira	Universidade Estadual de Campinas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
TEIXEIRA, Anísio	Brasileira	Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidades de Colúmbia

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

Laurence Bardin, foi a autora mais citada nos artigos da Revista, pois é referência na área de análise de conteúdo e assim fundamenta a análise dos dados coletados na maioria das pesquisas empíricas.

Dos 30 teóricos mais apresentados nos referenciais bibliográficos, 15 são estrangeiros, com destaque para a argentina Emília Beatriz Maria Ferreiro com mais de 05 citações. Entre os 15 brasileiros mais citados nas produções referentes ao cotidiano escolar, o pernambucano Paulo Freire, e a mineira Mary Rangel, tiveram 05 citações na soma geral. Porém, os teóricos franceses foram os que mais fundamentaram bibliograficamente as produções sobre o cotidiano escolar.

Destaca-se entretanto, que no campo “Vínculo Acadêmico” do quadro acima, foram apresentadas as instituições em que os teóricos estão ou estiveram vinculados profissionalmente. No entanto, limitamo-nos a indicar no máximo duas instituições aos quais estiveram vinculados, pois consequentemente a vida acadêmica dos pesquisadores são extensas e não é este o foco da pesquisa.

As distribuições dos artigos sobre a temática do cotidiano escolar no decorrer do período, evidenciam que, como já indicado, vários níveis de ensino são investigados.

Os dados da distribuição dos artigos por níveis de ensinos em decênios são mostrados no quadro a seguir:

**Quadro 16:** Distribuição dos artigos por níveis de ensino, em estudos no período.

Níveis de Ensino	1984-1993	1994-2003	2004-2014	Total	%
Ensino Fundamental	30	08	13	51	72,85
Ensino Médio	04	02	03	09	12,85
Ensino Superior	-	-	02	02	2,85
Ensino Fundamental e Médio	03	04	01	08	11,42

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

Ao observar o Quadro 16, percebe-se que os artigos relacionados ao nível do Ensino Fundamental foram tratados em 51 produções, sendo 30 vezes no primeiro decênio, com uma queda das produções sobre a temática no segundo decênio para 08, aumentando para 13 produções no terceiro decênio. Dentre esses artigos estão as produções do Ciclo I, Ciclo II, Educação de Jovens e Adultos (E.J.A) do Ensino Fundamental e a Pré-Escola. Há ainda aqueles artigos na Revista que foram publicados no genérico, ou seja, abordam do Ensino Fundamental e Médio na mesma pesquisa.

Contudo, das 70 produções que abordam a temática sobre o cotidiano escolar na Revista, o Ensino Fundamental é apresentado genericamente em 59 produções, ou seja, pouco mais de 84% dos trabalhos em que foram tratados. Destacando que a Educação Básica, no ensino do Ciclo II é a mais investigada pelos autores da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

Em seguida, as demais distribuições dos artigos por níveis de ensinos: 09 trabalhos no Ensino Médio, equivalente a quase 13% e 02 produções no Ensino Superior, próximo de 3%.

Através do levantamento das publicações, classificou os artigos em função dos atores escolares a que se referiam. Ao examinar os artigos, percebe-se que os autores tiveram maiores preocupações voltadas aos professores em seu cotidiano escolar, em seguida de alunos. Já o cotidiano da escola ligado à gestão escolar, apareceu em apenas 01 produção, com mais de 1% delas. O quadro a seguir mostra a distribuição dos artigos segundo os sujeitos pesquisados.

**Quadro 17:** Distribuição dos artigos segundo os sujeitos pesquisados.

<b>Integrantes da Escola</b>	<b>1984-1993</b>	<b>1994-2003</b>	<b>2004-2014</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Professores	19	05	15	39	55,71
Alunos	15	07	02	24	34,28
Pais e Comunidade	02	-	02	04	5,71
Alunos/Professores	01	01	-	02	2,85
Gestores	-	01	-	01	1,42

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

Como indica o Quadro 17, os professores foram os mais examinados nas pesquisas da RBEP, aparecendo em 39 produções em destaque para o primeiro decênios, com 19 produções, no segundo decênio com 05 e no terceiro decênio com 15 produções. Do primeiro para o segundo decênio houve uma queda significativa de quase

74% nas publicações sobre a temática do cotidiano escolar. O segmento professor aparece ainda em outras 02 produções, acompanhados de outro segmento escolar, os alunos. De modo que, em 41 produções ao longo dos últimos 30 anos na RBEP os professores são abordados genericamente em aproximadamente 59%. As produções destinadas ao segmento de alunos aparecem em 24 estudos individualmente. Como apontado anteriormente, as produções destinadas aos gestores escolares, aparecem em apenas 01 estudo.

#### **3.4. Considerações sobre cotidiano escolar na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: Análise Quantitativa**

Nessa etapa procuramos identificar e mapear os artigos do cotidiano escolar publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) entre os anos de 1984 a 2014, cotejando algumas de suas características com as tendências que vêm sendo identificadas na historiografia da educação no Brasil no balanço produzido nos últimos 30 anos na Revista.

A pesquisa está voltada para a apresentação do cotidiano escolar no Brasil, utilizando os artigos da mesma, incluindo como base o levantamento de dados, a produção de gráficos e mapas extraídos dos textos impressos ou on-line. A análise dos resultados quantitativos coletados facilitou a projeção da análise quantitativa posteriormente.

Desse modo, vale apontar que, o levantamento dos artigos, foi codificado em inúmeros quadros e gráficos no corpus do texto ao longo deste Capítulo, marcando fortes tendências de publicações no primeiro decênio da pesquisa em torno do Ensino Fundamental, destacando o processo de ensino-aprendizagem com o foco para os alunos. Durante a pesquisa houve uma preocupação em identificar qual o gênero mais contribuiu nas produções, destacando-se em sua maioria por autoras que publicaram sobre a temática. Nesta perspectiva, o estudo averiguou a produção dos autores que contribuem com os estudos pedagógicos a fim de analisar a situação da temática na Revista.

A partir do levantamento dos dados e do embasamento teórico, a compreensão dos fenômenos educacionais torna-se mais próxima da realidade do que ocorre no cotidiano das escolas brasileiras. Essa compreensão mais aprofundada, baseada em

dados pode contribuir para a ampliação das discussões de políticas públicas no campo da educação, sejam para a formação, didática, recursos físicos ou humanos.

Os resultados quantitativos permitiram quebrar paradigmas sobre os tais “achômetros” no campo educacional, construídos pelos discursos do senso comum dos que adentram aos muros da escola sem realmente conhecer profundamente a realidade.

Obviamente, os dados estatísticos surgem por meio de grandes bases de pesquisas científicas, principalmente por intermédio de instituições oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira (INEP), entre outras fontes. Evidentemente não se pode descartar a qualidade dos dados, estatísticas ou resultados de pesquisadores sobre o campo educacional, ao qual apresentam possibilidades e resultados sobre os principais problemas enfrentados no cotidiano escolar. Desse modo, há uma compreensão plausível acerca dos dados de natureza da pesquisa quantitativa que auxiliam veemente nas discussões sobre a rotina escolar nas questões educacionais e sociais.

Percebeu-se através dos resultados dos dados da pesquisa quantitativa uma forte queda no número dos artigos que abordam o cotidiano escolar na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos no segundo decênio, surgindo a seguinte indagação: O que levou a diminuição dos debates intensos, das pesquisas e das produções pelos pesquisadores a escreverem outros temas ligados à educação?

Como dito anteriormente, o cotidiano escolar é um assunto bastante complexo e multifacetado, ao qual depende da particularidade do espaço analisado e da óptica do pesquisador, outros estudiosos pouco se atreveram a mergulhar em assuntos poucos desbravados, ficando muitas vezes na superficialidade e com novos resultados.

Ao surgir às discussões sobre a temática no início da década de 1980 nos Estados Unidos e depois no Brasil através das pesquisadoras Nilda Alves (1998, 2000, 2002, 2003, 2008, 2009) e Marli André (1989, 1992, 1999, 2001, 2004, 2008), os assuntos como, o cotidiano escolar passam a ganhar espaço e a influenciar outros estudiosos cotidianista. Mas, com o decorrer do tempo, surgem novos temas e consequentemente os outros pesquisadores passaram a acompanhar essas tendências educacionais, publicados na RBEP. Então, assuntos como Informática, Educação Especial, Avaliação, entre outros, passaram a serem discutidos a partir de meados de 1990, ao qual justifica parte da queda das produções sobre a temática do cotidiano escolar.

Como a Revista recebe artigos de todas as áreas pedagógicas, as ênfases e padrões do cotidiano escolar, foi cedendo espaço para outros tipos de pesquisas.

Do ponto de vista quantitativo, os resultados dessa experiência de trabalho e reflexão, revelam a necessidade e a utilidade de se retomar a análise minuciosa das produções, para que se chegue a profundidades ainda intocadas sobre as obras que remetem ao cotidiano escolar no Brasil, através dos textos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, o que será apresentado no próximo Capítulo.

## **CAPÍTULO 4 – COTIDIANO ESCOLAR NA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS: ANÁLISE QUALITATIVA**

Posteriormente a análise quantitativa foi feita uma análise qualitativa dos artigos selecionados para o estudo. Para tanto, os artigos foram lidos em sua íntegra e agrupados em categorias e subcategorias que orientaram a interpretação dessas produções sobre o cotidiano escolar, publicadas na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos de 1984 a 2014. A partir da seleção, buscou-se, primeiramente, identificar o espaço ocupado pela temática enfocada neste estudo no âmbito da coleção.

Para análise qualitativa considerou-se os autores escolares investigados, a problemática investigada, os principais resultados e as considerações dos autores.

Como dito na Introdução, buscamos detectar nos textos os temas, ênfases e padrões presentes no conjunto dos artigos. Foi organizado um protocolo de análise com a organização de categorias e subcategorias que emergiram a leitura do material e nas quais os diferentes artigos foram enquadrados. Destacamos que muitas vezes um texto poderia tratar sobre mais de um tema e o enquadramento na categoria correspondente foi feito a partir de sua temática central.

Embora em um primeiro momento, os títulos dos artigos possam sugerir a sua inclusão em outra categoria, a leitura dos mesmos indicou que sua inclusão em outra categoria poderia possibilitar a melhor compreensão do cotidiano escolar na Revista. Desse modo, outros autores poderiam fazer classificações diferentes das que propomos agrupar.

Segundo Olabuenaga e Ispizúa (1989, p.185) “ao examinar um artigo pode-se captar seu sentido com um olhar individual, mas que nem sempre é o único”. Para Krippendorff (1990, p.30), “ao investigar os textos para classificá-los em categorias, sempre há múltiplas perspectivas ao investigá-lo”. Corroborando com os autores acima, Moraes (1999, p.13), diz: “os dados podem ser agrupados dentro de vários níveis de categorização”. Assim, as categorias e subcategorias foram classificadas segundo os critérios de aproximação à temática central do cotidiano escolar em seu amplo sentido.

Os artigos foram agrupados em 06 categorias, a saber: Categoria 01: Organização e Funcionamento Escolar; Categoria 02: Métodos de Ensino; Categoria 03: Professores; Categoria 04: Alunos; Categoria 05: Aspectos sócio-políticos e categoria

06: Metodologia do Estudo do Cotidiano Escolar. O quadro a seguir apresenta a distribuição das 70 produções em categorias.

**Quadro 18:** Distribuição das produções em Categorias

<b>Categorias</b>	<b>Nomenclaturas</b>	<b>Número de Produções</b>
01	Organização e Funcionamento Escolar	10
02	Métodos de Ensino	28
03	Professores	14
04	Alunos	08
05	Aspectos sócio-políticos	09
06	Metodologia do Estudo do Cotidiano Escolar	01
<b>Total Geral</b>		<b>70</b>

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

As Categorias “Métodos de Ensino” e “Professores” foram divididas em subcategorias, a saber:

A Categoria 02: Métodos de Ensino foi subdividida nas seguintes subcategorias:

- Práticas Instrucionais
- Desempenho Escolar
- Alfabetização

A Categoria 03: Professores foi subdividida nas seguintes subcategorias:

- Atribuições Docentes
- Concepção, Valores e Representações Sociais
- Formação Docente

#### **4.1. Categoria 01: Organização e Funcionamento Escolar**

A categoria intitulada, “Organização e Funcionamento Escolar” agrupam 10 artigos que tratavam da organização e funcionamento da escola. O quadro a seguir apresenta os artigos englobados da categoria.

**Quadro 19:** Relação das produções da Categoria: Organização e Funcionamento Escolar.

<b>Ano</b>	<b>Volume/Número</b>	<b>Título</b>
1985	v. 66/n.153	Razões, estilos e classificações no ensino de 1º grau.
1986	v. 67/n.157	O atendimento da criança de 05 e 07 anos em diferentes instituições pré-escolares



1990	v. 71/n.168	A escola pública: desestímulo ou desafio? (Um estudo do cotidiano escolar e da Representação dos Docentes)
1994	v. 75/n.179,180, 181	A educação das virgens: um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês
1995	v.76/n. 182,183	Gestão compartilhada da educação: a experiência catarinense.
2006	v. 87/n. 216	Processo de construção de normas na escola e formação para a cidadania.
2007	v. 88/n. 220	Experiências escolares na Amazônia Imperial: queixas de pais e moradores na imprensa paraense (1876-1888).
2008	v. 89/n. 222	Heterogeneidade, ciclos e a prática pedagógica.
2013	v. 94/n. 237	Classes multisseriadas no Acre.
2014	v. 95/n. 239	A educação em direitos humanos para amenizar os conflitos no cotidiano das escolas.

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

No estudo intitulado “Razões, estilos e classificações no ensino de 1º grau” os autores destacam o caráter heterogêneo do cotidiano escolar. Eles mostram que a organização de ensino não decorre apenas de uma instância superior, mas que distribuído entre as diferentes organizadas (Secretaria de Educação, Distritos de Educação e Cultura) e atores escolares (diretores e professores). Essa distribuição favorece a heterogeneidade escolar com o aparecimento de diferentes tipos de escolas. Nesse sentido, os autores identificaram três estilos de escola, assim separadas em função da sua organização e funcionamento cotidiano: o “inovador” onde a base é a inovação; o “disciplinador” aquele em que prevalece a dominação por meio da disciplina e o “laissezfairiano” aquele ao privilegiar a autonomia não estabelece regras para os autores. Essas diferenças, no funcionamento cotidiano das escolas estão relacionadas aos modos, pelos quais os agentes escolares elaboram as instâncias superiores. Os dados foram coletados em escolas do município do Rio de Janeiro, de maio a junho de 1983, e abril a maio de 1984, com técnicas antropológicas.

Na nota de pesquisa “O atendimento da criança de 05 e 07 anos em diferentes instituições pré-escolares”, as autoras avaliam o atendimento oferecido à criança da pré-escolar em função de quesitos educacionais, formalmente explicitados na prática

pedagógica. Os dados foram coletados em três turmas da pré-escola, por meio de observações em 03 escolas, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 1986. Das escolas, 02 eram particulares (classe média e classe alta) e 01 pública (periférica). O método de investigação foi o etnográfico, assim foram feitas observações, entrevistas com professoras, diretoras, técnicas-administrativas, pais e alunos. A documentação escolar também foi examinada. Os dados permitiram que as autoras pudessem caracterizar as instituições, as professoras, os alunos, as práticas pedagógicas, a rotina diária, a interação professor aluno e os modos de controle do comportamento. As análises indicam que cada escola tem características próprias. Na Escola Particular, os relacionamentos comportamentais entre os alunos e professores mudavam de acordo com os docentes em sala de aula. A execução das tarefas pela escola era apresentada por filas. Na Escola Pública a preparação do alunado estava voltado ao ingresso na 1ª série (2º ano E.F), ou seja, para alfabetização. O trabalho era rígido e disciplinado e os hábitos de higiene, postura, movimento, expressão verbal controlados. Na outra escola particular, o ensino se caracteriza com a total liberdade de aprendizagem, aos quais, os alunos executam suas tarefas conforme vão evoluindo. A disciplina não foi imposta pela educadora, cujo objetivo era formar cidadãos criativos e autônomos.

No trabalho intitulado “A escola pública: desestímulo ou desafio? (Um estudo do cotidiano escolar e da Representação dos Docentes)” os autores remetem as condições intra-escolares do ensino público de 1º grau (Ensino Fundamental) de um bairro periférico da Grande Belém no estado do Pará. Os pesquisadores inicialmente discutiram a problemática do cotidiano escolar e da representação dos professores, relacionando com as condições econômicas, sociais e culturais da população residente nesse bairro, as quais encontravam serias dificuldades em concluir seus estudos e terem acesso ao nível superior e ao mercado de trabalho.

A pesquisa foi realizada nas 1ª a 8ª série (Ensino Fundamental) de cinco escolas existentes no bairro. No estudo se investigou:

1 – As formas de organização e funcionamento das escolas: relações de poder, formas de participação dos professores, clima de interação entre direção, corpo técnico, professores, alunos e funcionários.

2 – O saber escolar – propostas pedagógicas: conteúdo, livro didático, metodologia e avaliação.

Para tanto foram feitas observações nas salas de aula, e na rotina escolar, a saber: intervalos das aulas, na sala dos professores, nas conversas informais, nas reuniões pedagógicas e outros eventos escolares.

No momento da publicação na seção Nota de Pesquisa da Revista, foram realizados cinco encontros, que discutiram os seguintes itens: o bairro e história dos alunos (1º encontro); os alunos e os professores da escola (2º encontro); as condições de ensino (3º encontro); a proposta pedagógica: conteúdos, livro didático, metodologia e avaliação (4º encontro) e as formas de organização do trabalho escolar (5º encontro).

Segundo os pesquisadores, os resultados socializados nos Grupos de Discussões da comunidade intra-escolar, tiveram como objetivo estabelecer um processo coletivo de avaliação do que é escola, visando provocar mudanças nos maus procedimentos pedagógicos.

Na nota de pesquisa “A educação das virgens: um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês”, a autora faz um relato de pesquisa, dividido em duas partes. A primeira aborda: “As Ursulinas e a destinação educativa: quadro histórico e doutrinário”. A segunda parte aponta o cotidiano das alunas nessa escola e é, intitulada “O colégio de Nossa Senhora das Mercês em Salvador: uma prática de formação feminina”. Foram analisados documentos manuscritos do colégio, convites, fotografias, livros de anotações da secretaria, plantas da estrutura física do prédio, resenhas e monografias redigidas por religiosas, documentos impressos referentes à Igreja, à história da Bahia, da Ordem e do Convento, além de entrevistas com 40 ex-alunas, e religiosas que de uma outra forma estavam vinculada ao colégio no período de 1916 a 1956. A rotina do colégio iniciava as 05h 30, com a primeira oração junto à cama das alunas, sob a coordenação de uma religiosa. Em seguida procedia-se a arrumação das camas, higiene pessoal, deslocamento para a Capela, onde as alunas assistiam a uma missa, depois desciam ao refeitório, em seguida, à sala de aula. Todos os deslocamentos no interior do colégio eram em filas e alguns temas eram verdadeiros tabus como: virgindade, namoro e sexo que só eram tratados de forma científica e quando necessário e mesmo assim substituídos, como virgindade por pureza. Pelo regimento, eram proibidas as alunas levarem para o colégio revistas, livros, jornais e partituras musicais. Os alimentos que viessem de suas casas, como os doces e as frutas, deveriam ser divididos com todos os presentes. O regimento definia ainda qual era a postura esperada das alunas na hora de sentar, onde colocar as mãos se não estavam escrevendo, não cruzar as pernas, não colocar os cotovelos sobre a mesa e não andar

balançando o corpo. As visitas só eram aos domingos e feriados e vetado a visita de rapazes e amigos. As alunas não podiam usar o telefone, escolher por iniciativa própria um livro para ler, ir ao dormitório quando quisessem ou tivessem necessidade. O esperado era que as alunas obedecessem, considerando que já estavam acostumadas a obedecer em casa, de modo que a obediência na escola não era novidade. Contudo, houve relatos de algumas transgressões como: imitar as freiras na hora de dormir, tirar frutas na roça, não usar o chapéu do fardamento quando saíam da escola, olhar pela janela para ver o movimento da rua e receber bilhetes por intermédio das alunas externas. Para esses atos, os castigos eram apenas de ordem moral como: refazer as lições nos intervalos, copiar trechos de livros pré-estabelecidos e copiar frases de efeito moral. Portanto, a educação ministrada pelas religiosas não visava atingir apenas o corpo, mas a alma, através da formação de hábitos de conduta e do caráter.

No artigo “Gestão compartilhada da educação: a experiência catarinense”, o autor tem por objetivo divulgar experiências de gestão escolar entre os integrantes da Associação dos Administradores Escolares de Santa Catarina, Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina, Secretarias Municipais e outros segmentos educacionais do estado. Cada um dos segmentos acima, apresentaram suas experiências através de vivências no cotidiano escolar ao longo de suas carreiras no magistério. A relação entre as entidades com mediação de gestão compartilhada, permitiu alternativas práticas de gestão através do Projeto Político Pedagógico das escolas públicas de Santa Catarina. Segundo Cardoso (1995), para obter uma gestão democrática na rotina escolar, “precisa existir uma democratização em todos os níveis, seja no social, no administrativo ou no ideológico, algo que ocorre raramente no cotidiano escolar” (CARDOSO, 1995, p. 145).

No estudo “Processo de construção de normas na escola e formação para a cidadania”, as autoras trazem uma reflexão sobre uma pesquisa-ação realizada em uma escola de ensino fundamental, com a finalidade de minimizar conflitos existentes na escola, focalizando principalmente o processo de construção das normas. Os dados foram levantados com 14 professoras de 4ª e 5ª séries (5º e 6º ano do Ensino Fundamental) em reuniões periódicas, que tinham por objetivo discutir situações de conflitos que surgiam no cotidiano da escola e que envolveriam normas sociais, conflitos morais e cidadania. A pesquisa aponta que houve participação de todos os segmentos da escola.

No artigo “Experiências escolares na Amazônia Imperial: queixas de pais e moradores na imprensa paraense (1876-1888)” a autora teve por objetivo central

analisar como pais de alunos e moradores dos povoados do interior do Pará participaram do processo de constituição da profissão docente da escola pública primária, entre as décadas de 1870 e 1880. “A Constituição” e “A Província do Pará” tornaram os jornais fontes para o registro dos conflitos escolares. As cartas e abaixo assinados de pais sobre a escola divulgados nos jornais, constituíram o objeto de estudo da análise. Os comentários dos missivistas retratavam os comportamentos dos educadores e suas atitudes no cotidiano escolar. O cotidiano escolar passa a ser foco de interesse dos jornalistas e da sociedade letrada, que, tomada de espírito reformador, condenavam as péssimas instalações físicas e o instrumento pedagógico da época exigindo providências e intervenção estatal na instituição escolar. Raramente elogiando mestres e interessados pelo ofício. Cabia ao educador, segundo os postulados da época, seguir uma vida exemplar sendo modelo de conduta aos seus alunos. Neste sentido a conduta moral e os costumes dos professores soam comentados. As queixas publicadas revelavam como os pais estavam em desacordos com as práticas escolares como castigos físicos, por exemplo, espancar os alunos com régua. Entretanto, a autoridade dos educadores sobre os alunos era percebida como legítimas e inquestionáveis pelas famílias mais pobres. É importante ressaltar que nem todas as cartas eram de denúncias, pois alguns pais escreviam à imprensa para agradecer aos mestres, que compartilhavam com os alunos a sua inteligência, dedicação e amor ao trabalho. Agradecimentos esses que ocorriam normalmente após a realização dos exames finais para os autores o olhar vigilante de moradores sobre a vida cotidiana da escola e a função pública dos mestres demonstram que a população exerceu papel importante na construção da profissão docente.

No estudo “Heterogeneidade, ciclos e a prática pedagógica”, as autoras apresentam o resultado de uma pesquisa que analisa o problema das turmas homogêneas e heterogêneas no cotidiano escolar. Participaram do estudo, educadoras dos primeiros anos do Ensino Fundamental, que trabalhavam em escolas da rede municipal do estado do Rio de Janeiro, onde foi implantado o Primeiro Ciclo de Formação. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário que buscava coletar informações sobre questões demográficas e concepções sobre a prática docente. Os questionários foram respondidos por 127 professoras que possuíam de 01 a 10 anos de experiência em sala de aula. A análise dos dados revelou que as principais dificuldades enfrentadas pelas professoras em seus cotidianos escolares, na implantação do sistema de ciclos eram: o rompimento com os padrões tradicionais da organização escolar e as insuficiências ou incompletudes do projeto de ciclos. As professoras queixavam por continuar a trabalhar

com turmas numerosas em salas de aula, em espaço inadequado, que dificulta o trabalho pedagógico.

No estudo “Classes multisseriadas no Acre”, os autores analisam o ensino multisseriado do 1º ao 5º ano, de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, na Comunidade do Cinturão Verde na zona rural de Cruzeiro do Sul, estado do Acre. São turmas onde são ofertados o ensino na mesma sala de aula, situação que segundo os autores é bastante comum no estado do Acre, que conta com mais de 70 % de escolas nesta condição. Mesmo sendo classes multisseriadas, a estrutura da sala de aula implica em organização por série e alunos alinhados em fila. A partir da pesquisa, os pesquisadores concluíram que no cotidiano escolar dessas classes, existem déficits e carências no ensino.

No artigo intitulado “A educação em direitos humanos para amenizar os conflitos no cotidiano das escolas” as autoras discutem a educação em direitos humanos e sua relação com o cotidiano escolar, como base para a prevenção de violências, e a formação para a cidadania. Segundo as autoras, há diversos documentos que incluem temas como cidadania e democracia nos currículos escolares. Contudo, a escola tornou-se protagonista de um cenário de violências, indisciplinas e afrontamentos que levam educadores a buscarem respostas e estratégias para garantir valores, diálogo e tolerância. Sendo assim, os direitos humanos passam a ser uma dessas possibilidades.

Zluhan e Raitz (2014), autoras desse artigo destacam que não existem escolas sem conflitos e resistências, porém não se pode concordar com esses problemas, deixando-os transformar em comportamentos de indisciplina ou violência no cotidiano escolar. Para elas é no dia-a-dia que se constroem e se reconstróem valores, e os educadores e discentes devem se pautar pela compreensão do outro. Destaca, entretanto, que é de suma importância a participação dos familiares na vida educacional dos filhos, pois a responsabilidade dessa educação, não cabe apenas a escola, já que tanto escola como família, deve desempenhar papéis complementares.

Para os autores que publicaram na Revista e agrupados na Categoria “Organização e Funcionamento Escolar”, é de suma importância que se conheça o bairro, a história da escola, os alunos, os professores, as condições de ensino, a proposta pedagógica, as formas de organização do trabalho escolar, o processo de construção de normas escolares que tornam os educadores mais aptos a lidar com os conflitos que surgem no âmbito escolar. Todos esses aspectos interferem diretamente no processo de ensino e aprendizagem.

Os autores destacaram em seus textos problemas cotidianos, que segundo eles precisam ser sanados para que a prática docente possa se concretizar em novas posturas pedagógicas. Nesse sentido, para eles a própria organização e modo de funcionamento da escola podem ser modificados desde que, se enfrente os problemas cotidianos e esta adentre ao cotidiano escolar.

#### 4.2. Categoria 02: Métodos de Ensino

Na Categoria denominada “Métodos de Ensino”, foram agrupados 28 artigos, que tratam da temática, referentes às práticas desempenhadas pelas instituições de ensino, o desempenho educacional e a alfabetização, subdivididas em três subcategorias. O quadro abaixo mostra essa divisão.

**Quadro 20:** Categoria: Métodos de Ensino

<b>Subcategorias</b>	<b>Nomenclaturas</b>	<b>Número de Produções</b>
2.1	Práticas Instrucionais	15
2.2	Desempenho escolar	11
2.3	Alfabetização	02
<b>Total Geral</b>		<b>28</b>

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

##### 4.2.1. Categoria 02: Subcategoria: Práticas Instrucionais

Foram agrupados nessa subcategoria 15 artigos que remetem as “Práticas Instrucionais” empregados nas escolas. O quadro abaixo indica os artigos agrupados nessa subcategoria.

**Quadro 21:** Relação das produções agrupadas na Subcategoria: Práticas Instrucionais

<b>Ano</b>	<b>Volume/Número</b>	<b>Título</b>
1984	v. 65/n. 151	Dinamização de bibliotecas escolares a partir de núcleos de leitura recreativa em escolas de 1º grau da rede oficial de ensino da cidade de Campinas.
1985	v. 66/n.153	Pedagogia popular: uma proposta de intervenção na escola pública
1986	v. 67/n.157	O cotidiano do livro didático na escola: as características do livro didático e dos alunos
1989	v. 70/n.164	Instituto de educação - uma prática pedagógica inovadora.

1989	v. 70/n.166	A prática pedagógica na escola pública de periferia: um estudo sobre as possibilidades de aprendizagem nas séries iniciais
1990	v. 71/n.167	Estilos de desempenho de professoras da 1ª série e seus efeitos sobre a aprendizagem da leitura
1993	v. 74/n. 177	A literatura infantil na pré-escola
1994	v. 75/n.179,180, 181	O Ensino de História na Escola Técnica: Teoria e Prática
1994	v.75/n.179,180, 181	Teoria e prática de professores considerados construtivistas.
1994	v.75/n.179,180, 181	Computadores na escola: premissas docentes e institucionais em Campo Grande-MS.
1994	v.75/n.179,180, 181	Analisando habilidades envolvidas em brincadeiras com escolares
2004	v. 85/n.209,210, 211	“Qual a base de conhecimentos que meu aluno deve ter?”: uma experiência de ensino e aprendizagem de construção de indicadores educacionais.
2011	v. 92/n. 230	Ensino Médio no Brasil: uma análise de melhores práticas e de políticas públicas
2014	v. 95/n. 240	Dinâmicas de grupo orientadas pelas atividades de estudo: desenvolvimento de habilidades e competências na educação profissional
2014	v. 95/n. 240	Escola de tempo integral e ludicidade: os pontos de vista de alunos do 1º ano do ensino fundamental.

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

Na nota de pesquisa “Dinamização de bibliotecas escolares a partir de núcleos de leitura recreativa em escolas de 1º grau da rede oficial de ensino da cidade de Campinas”, os autores investigam a prática de professores bibliotecários, que oferecem atividades diferenciadas para a leitura (Hora do Conto, leitura Livre e Jogo Dramático e a realização de montagem de peças infantis a partir das histórias dos livros lidos.), e se refletem no cotidiano escolar. Para tanto é analisado as atividades que foram desenvolvidas em 06 escolas com alunos de 1ª, 2ª séries, 3ª e 4ª séries (2º ano, 3º ano 4º ano e 5º ano do Ensino Fundamental) no primeiro e segundo semestre de 1984. Como resultados, conclui-se que as crianças não têm em casa e na escola oportunidades amplas de acesso ao livro.

Na nota de pesquisa “Pedagogia popular: uma proposta de intervenção na escola pública” as autoras propõem uma análise do cotidiano de uma escola pública em



Goiânia em 1984, visando encontrar formas de enfrentamento da questão do fracasso escolar nas primeiras séries do 1º grau (Ensino Fundamental), buscando analisar se as práticas pedagógicas favorecem ou dificultam o processo de escolarização do aluno. Observou-se que os conteúdos trabalhados no cotidiano escolar pelas educadoras, eram extraídos dos livros didáticos. Para as professoras, o importante era cumprir a tarefa e dar a matéria para o aluno, não se preocupando se o aluno realmente havia aprendido. Na avaliação eram cobrados os deveres cumpridos, como a tarefa feita. Os resultados obtidos nesse estudo revelam que o cotidiano da sala de aula era muito distante da realidade da casa do aluno. Não havia uma prática pedagógica clara, os conteúdos eram apresentados de modo bem abstrato e o relacionamento das professoras com os alunos se caracterizam por serem relações rígidas, autoritárias, frias e impessoais. Muitas professoras eram agressivas e mostrando-se poucas preocupadas com a aprendizagem dos alunos.

Na pesquisa “O cotidiano do livro didático na escola: as características do livro didático e dos alunos” as autoras visam identificar e analisar as percepções de alunos de escolas públicas do 1º grau (Ensino Fundamental), em relação ao livro didático. O foco é saber quais suas opiniões, críticas, resistência a esse recurso didático em seu dia-a-dia.

Em pesquisas anteriores, os professores relataram que esse material é um instrumento útil e agradável. Surgindo as seguintes questões:

1 - Os alunos gostam de livro com gravura e colorido?

2 - Em que série esse gosto ocorre?

3 - Qual o perfil do aluno que gosta do livro didático?

4 - Quais são de fato as características que um livro didático deve ter para ser agradável?

5 - Que aspectos são capazes de despertar nos alunos uma motivação para realizar as atividades envolvidas no processo de aprendizagem?

Para responder as questões, foram formados grupos de sete ou oito alunos das 2ª, 5ª e 8ª série (atual 3º, 6º e 9º anos do Ensino Fundamental) perfazendo 11 grupos em seis escolas da rede pública das cidades de Niterói e São Gonçalo no Rio de Janeiro. As etapas da pesquisa foram debates com os grupos de aluno, observação dos alunos que utilizam o livro didático cotidianamente em sala de aula e debate com os professores das escolas.

Os resultados evidenciam que na turma da 2ª série (3º anos), o aluno atribuiu um grande valor ao livro didático que deveria ser grande e grosso, porém com pouca

lição. A qualidade do livro remete a capa plastificada, folhas claras e resistentes, boa diagramatização e encadernação bem feita, devendo conter histórias do seu cotidiano de criança pobre, mas também histórias com fantasia para projetar sonhos futuros, diferentes do seu. Os resultados com as turmas da 5<sup>o</sup> séries e 8<sup>a</sup> series (6<sup>o</sup> anos e 9<sup>o</sup> anos respectivamente), se aproximam em alguns pontos entre si. Os alunos indicaram a importância de explicações mais longas e claras, com sínteses e sinóticos por parte do professor, que ajudará na compreensão do livro didático. Os alunos afirmaram ainda que não relatem essas opiniões para os educadores com “medo” de retaliação por parte deles. Sobre a aquisição do livro didático manifestam positivamente quando esses são doados e evitam a compra do mesmo. Por fim, apesar de expressarem certo amor pelos livros, não hesitam em considerar justa à medida que os obrigam devolve-los no final do ano e ficar acumulados em casa.

Na pesquisa qualitativa “Instituto de educação - uma prática pedagógica inovadora” as autoras analisam como a qualificação do magistério influi no cotidiano escolar das 1<sup>a</sup> series de 1<sup>o</sup> grau (2<sup>o</sup> ano do Ensino Fundamental), em escolas públicas do Rio de Janeiro, Bahia e Paraná. Para isso, foram observadas as práticas pedagógicas dos educadores, conteúdos disciplinares, reuniões pedagógicas e reuniões do conselho de classe. A fala dos professores e alunos mostrou que ambos estão insatisfeitos com a relação teoria e prática. Os educadores dessas escolas destacaram-se pela preocupação em levarem a realidade cotidiana para a sala de aula, com a importância de trabalhar o concreto. Os resultados do estudo de caso apontaram que cerca de 90% dos entrevistados consideraram a teoria como mero conteúdo e a prática como a práxis do ensino.

Na nota de pesquisa “A prática pedagógica na escola pública de periferia: um estudo sobre as possibilidades de aprendizagem nas series iniciais”, as autoras buscam analisar como se opera as novas medidas educacionais no cotidiano escolar das series iniciais. A pesquisa de natureza etnográfica envolvendo entrevistas com pessoas da comunidade de Carapicuíba, observação da sala de aula, entrevistas com os educadores, técnicos administrativos e com a família sobre as condições escolares dos filhos. Foi observado um alto índice de repetência e de evasão escolar nas séries iniciais. Em 1979, de cada 100 crianças matriculadas na 1<sup>a</sup> série, somente 28 concluíram o Ensino Fundamental na rede estadual e 20 na rede municipal. As pesquisadoras destacaram que a prática docente é a principal responsável pelo fracasso no cotidiano escolar.

No artigo “Estilos de desempenho de professoras da 1ª série e seus efeitos sobre a aprendizagem da leitura”, a autora investiga a relação entre o desempenho das professoras e o resultado na alfabetização dos alunos. O estudo foi feito em 05 escolas da rede estadual de Recife em Pernambuco, com 12 professoras e 120 crianças de primeira série (2º ano do Ensino Fundamental). O estudo aponta que se deve reconsiderar a formação dos professores alfabetizadores e a necessidade da escola redefinir seu papel de educar. A autora aponta que o trabalho da professora influi na alfabetização. Assim, o desempenho do professor-alfabetizador no âmbito escolar é bastante questionado acerca da evasão escolar e repetência das crianças principalmente na primeira série da escola pública do país. A relação entre o estilo de desempenho da professora e o resultado da alfabetização, a relação entre a escola e o aluno, o perfil do aluno aprovado e os retidos pela avaliação das professoras foram analisados. Verificou-se que no cotidiano escolar alguns professores trabalham com alunos mais aplicados, deixando de lado os mais fracos ao dividir a turma.

As autoras na nota de pesquisa intitulada “A literatura infantil na pré-escola” propõem diagnosticar a situação do livro literário na pré-escola. A pesquisa ocorreu entre 1982 a 1985, com crianças de 04 a 06 anos que freqüentavam a pré-escola, nas Regiões Metropolitanas de Caicó no Rio no Grande do Norte, Porto Alegre no Rio Grande do Sul, Teresina em Piauí e Uberlândia em Minas Gerais. Os dados foram coletados por meio de ficha de observações e questionários com professores, questionário sócio-familiar e relatos da criança. As autoras concluem que é necessária uma metodologia de trabalho que amplie o espaço do livro literário na dinâmica das escolas, constatando-se que a literatura infantil quase inexistente no cotidiano escolar da pré-escola. Apontaram que a formação de professores juntamente com técnicas criativas de trabalho, diminuiria o fracasso escolar e a defasagem da leitura e escrita dos alunos.

No estudo “O Ensino de História na Escola Técnica: Teoria e Prática” os autores apresentam uma reflexão acerca da Educação Técnica e do Ensino de História no sistema escolar público, no Estado de São Paulo, ligado à Secretaria de Ciência e Tecnologia agrupadas ao Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”, instituição associada à Universidade Estadual Paulista (UNESP). Essas escolas recebem mais de um milhão de jovens nos cursos técnicos espalhados pelo estado de São Paulo. Os problemas enfrentados no cotidiano das escolas públicas dizem respeito, segundo os autores, aos baixos salários dos educadores e funcionários e a falta de infra-estrutura adequada para alunos e professores. Colocaram ainda que temas relacionados à

escravidão, direitos humanos, preconceito racial e cultura popular foram abordados, mas que muitos professores não estavam preparados para tratar da etnicidade afro-brasileira no cotidiano dessas escolas, por não terem uma carga horária curricular na graduação.

No artigo “Teoria e prática de professores considerados construtivistas” os autores analisaram o cotidiano escolar de cinco professoras da rede estadual de ensino, da região de Campinas no estado de São Paulo. A coleta dos dados ocorreu com professoras que trabalhavam em classes do ciclo básico, por meio de entrevistas semidirigidas e observações em sala de aula sobre atividades desenvolvidas, referentes a comunicação docente, feedbacks, dinâmicas e avaliação. Todas as professoras relacionaram a teoria e a prática com as cartilhas em sala de aula. Sempre buscando conhecer a realidade socio-cultural dos alunos e suas próprias limitações; a formação leitora dos envolvidos no processo educacional; valorizavam a liberdade e expressão do aluno; apontaram dificuldades enfrentadas, como: número de alunos por sala, falta de material didático, falta de apoio técnico e de informações por parte da equipe gestora. Dentre as educadoras, apenas uma educadora cumpria suas funções, porém em desacordo com a teoria construtivista. As demais educadoras justificaram com que a teoria ajuda no processo de alfabetização dos alunos.

No estudo “Computadores na escola: premissas docentes e institucionais em Campo Grande-MS” os autores discutem a utilização de computadores no cotidiano de escolas de Campo Grande no estado do Mato Grosso do Sul. O objetivo do trabalho foi investigar as visões de professores, coordenadores e diretores a respeito da utilização de computadores nas escolas e por que as instituições privadas estão introduzindo essas ferramentas com mais frequência no processo de ensino-aprendizagem. Para os pesquisadores, o verdadeiro motivo da introdução dos computadores nas instituições educacionais em Campo Grande está relacionado ao momento histórico do uso da ferramenta e da falta de clareza da sociedade acerca da função da escola. Assim, a pesquisa revelou que não existe uma certeza quanto a real utilidade dos computadores, como uma ferramenta no processo ensino-aprendizagem no cotidiano escolar.

Na nota de pesquisa “Analisando habilidades envolvidas em brincadeiras com escolares” as autoras propuseram uma sistematização das brincadeiras infantis (aquelas que estão ligadas ao folclore, transmitidos por gerações, praticados nas praças, ruas, nos parques, em casa ou no intervalo da escola), que identificasse habilidades que auxiliassem professores e terapeutas nas atividades e no desenvolvimento intelectual das crianças. Para a coleta de dados, foi selecionada uma escola da rede pública, com um

grupo de 15 alunos, de uma classe de ciclo básico, com faixa etária de 08 a 09 anos de idade. No cotidiano da escola, observou-se que: as brincadeiras praticadas estavam sempre adaptadas aos textos da literatura infantil; o espaço das brincadeiras girava em torno da quadra de esportes e/ou no pátio escolar; o tempo em que às crianças interagem dependia da brincadeira propriamente dita ou da história; os objetos utilizados estavam relacionados à criatividade e instrução de cada dinâmica cotidiana e na organização do grupo. No momento da publicação, a nota se encontrava em fase preliminar e, portanto não possuiu uma conclusão definida.

A pesquisa intitulada “Qual a base de conhecimentos que meu aluno deve ter?: Uma experiência de ensino e aprendizagem de construção de indicadores educacionais” As pesquisadoras apontaram que, a construção dos indicadores educacionais devem surgir na própria Unidade Escolar, acompanhado do currículo oficial. A escola por sua vez, deve auxiliar a formação docente e a construção de novas práticas pedagógicas, discutir sobre as concepções individuais e coletivas dos professores e alunos. Os dados foram adquiridos por meio de experiências no processo ensino-aprendizagem junto aos professores no cotidiano escolar da rede pública do Estado de São Paulo, entre 1996 a 2000. Tendo em vista a aprendizagem como resultado, houve uma maior importância para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Sendo possível evidenciar os processos de construção e indicadores educacionais com bases na progressão continuada.

No artigo “Ensino Médio no Brasil: uma análise de melhores práticas e de políticas públicas” as autoras examinam os dados de uma pesquisa que teve por objetivo identificar os fatores relacionados às práticas que contribuíam para o sucesso escolar dos alunos e as políticas públicas de Ensino Médio. O estudo realizado no cotidiano de 35 escolas do Ensino Médio, lotadas nos estados do Ceará, do Acre, de São Paulo e do Paraná, surge com problemática da queda das matrículas neste nível de ensino que os autores estão associados a um currículo com inúmeros conteúdos, vestibular unificado, precariedade do corpo docente e pouco tempo para o processo ensino-aprendizagem. Para as autoras, as práticas docentes que contribuem para o sucesso escolar dos alunos são frutos de políticas educacionais dos estados, relativas à capacitação de professores, as diretrizes e materiais curriculares, os programas de recuperação e enriquecimento da aprendizagem, as avaliações do rendimento escolar. Os resultados positivos são identificados em escolas do Ensino Médio, nas quais o currículo remete ao desenvolvimento de competências e habilidades, a interdisciplinaridade, a

contextualização dos conteúdos e o protagonismo juvenil. São esses aspectos que se empregados cotidianamente se torna parte das práticas pedagógicas do professor e contribuem para uma melhora no processo de ensino e aprendizagem.

No estudo “Dinâmicas de grupo orientadas pelas atividades de estudo: desenvolvimento de habilidades e competências na educação profissional” os autores apresentam os resultados de uma pesquisa-ação sobre as dinâmicas de grupo e a aquisição de conhecimentos teórico-práticos. As atividades foram desenvolvidas em uma Escola Técnica Federal, vinculada à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com alunos, de idade entre 20 e 30 anos do Curso Técnico em Administração de Empresas, na disciplina de Desenvolvimento de Pessoas nos Processos de Gestão. Como método, os pesquisadores utilizaram questionários para avaliar se as dinâmicas de grupo poderia se constituir em uma prática no cotidiano da sala de aula, ou seja, dinâmicas de grupo se configuraram como prática pedagógica eficaz para o desenvolvimento de competências e habilidades. As dinâmicas tiveram objetivos de problematizar conceitos de motivação, liderança, criatividade, comunicação, trabalho em equipe, persuasão e dialogo no cotidiano escolar e se mostraram eficaz com prática pedagógica.

No artigo “Escola de tempo integral e ludicidade: os pontos de vista de alunos do 1º ano do Ensino Fundamental” os autores apresentam a ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos e à implantação do ensino de tempo integral no município de Presidente Prudente em São Paulo. Os autores investigaram a opinião de crianças sobre as atividades lúdicas desenvolvidas no cotidiano escolar que se incrementam. A pesquisa ficou de caráter etnográfico, implicou em observação participante com coleta de dados sobre a rotina dos alunos. Do ponto de vista das crianças, as práticas lúdicas desenvolvidos pelos educadores são elogiadas. No entanto, para os autores há uma oposição interna na própria escola de tempo integral, sob implementação de atividades lúdicas na escola, como se existisse duas escolas diferentes na mesma unidade escolar o “período regular” e o “contraturno”.

Para os autores agrupados na subcategoria “Práticas Instrucionais”, a escola deve propiciar práticas que desenvolvam maior interesse nos alunos e que sejam efetivamente incorporadas ao seu cotidiano. Práticas Pedagógicas eficazes contribuem para uma melhora no processo de ensino e aprendizagem da mesma forma que quando inadequadas são as principais responsáveis pelo fracasso escolar. Para os autores, os estudos sobre a Prática Pedagógica, tiveram por objetivo problematizar conceitos,

motivar, incentivar a criatividade, a comunicação, o trabalho em equipe e o diálogo são eficazes Práticas Pedagógicas.

Destaca-se que o uso das tecnologias em sala de aula, como uma ferramenta no processo ensino e aprendizagem, não tem sido usual embora falas que afirmam a sua importância nas salas de aula possam ser constantemente ouvidas nas escolas, pois muitas vezes o desinteresse dos alunos é explicado pelo fato da escola estar defasada no uso de tecnologias.

#### 4.2.2. Categoria 02: Subcategoria: Desempenho Escolar

As 11 produções da subcategoria: “Desempenho Escolar” da categoria “Métodos de Ensino”, foram agrupadas por terem como tema central o desempenho educacional no cotidiano de escolas. O quadro abaixo mostra os artigos agrupados nessa subcategoria.

**Quadro 22:** Relação das produções agrupadas na Subcategoria: Desempenho Escolar

Ano	Volume/Número	Título
1984	v. 65/n. 150	A integração escola-sociedade: efeitos sobre a desintegração entre objetivos e resultados do sistema de ensino
1986	v. 67/n.157	Proporcionalidade na educação científica e matemática; desenvolvimento cognitivo e aprendizagem.
1986	v. 67/n.157	Estudo de caso de alunos de classes de alfabetização que apresentam dificuldades de aprendizagem de leitura e/ou de adaptação à vida escolar
1988	v. 69/n.161	A experiência na escola e na família: coerência ou contradição.
1989	v. 70/n.166	Alfabetização e linguagem.
1992	v. 73/n. 173	Trabalhadores sem trabalho e seus professores: um desafio à formação docente.
1992	v. 73/n. 174	Fracasso escolar: imagens de explicações populares sobre "Dificuldades Educacionais" entre jovens das áreas rural e urbana do estado do Rio de Janeiro
1996	v. 77/n. 186	Êxito escolar: as regras da interação na sala de aula.
2005	v. 86/n.213, 214	Inclusão: a expectativa do professor quanto ao

		desempenho acadêmico do aluno surdo.
2009	v. 90/n. 226	Meninos e meninas num projeto de recuperação paralela.
2010	v. 91/n. 229	A relação família-escola: implicações no desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

Na nota de pesquisa “A integração escola-sociedade: efeitos sobre a desintegração entre objetivos e resultados do sistema de ensino” a autora busca relacionar os mecanismos de funcionamento interno e externo da escola na prática cotidiana das escolas. O foco do estudo é analisar o grau de integração entre a estrutura formal do ensino em unidades escolares de 1º Grau (Ensino Fundamental) no Município do Rio de Janeiro e o nível de produtividade do ensino nessas escolas. Participaram do estudo 15 escolas públicas do município, localizadas no centro da cidade e em favelas. Para autora, houve uma diminuição no número de crianças matriculadas no 1º Grau (Ensino Fundamental) no período de 1977 a 1982, embora a população infantil em idade escolar estivesse aumentando. No mesmo período, o índice de aprovação diminuiu e a retenção cresceu. Porém, a autora não detectou que ha relação linear entre o status socioeconômico e rendimento escolar. As escolas que apresentaram um melhor rendimento eram aquelas que mantiveram vínculo com a comunidade. Para ela, isso indica que mesmo questões próprias do cotidiano escolar, como resultados do sistema de ensino são influenciados por fatores extras escolares.

No estudo “Proporcionalidade na educação científica e matemática; desenvolvimento cognitivo e aprendizagem” os autores procuram verificar o desempenho de 86 estudantes de 5ª, 6ª e 7ª séries do 1º Grau (6º ano, 7º ano e 8º ano do Ensino Fundamental) de duas escolas públicas e duas escolas particulares de Recife em Pernambuco. Os alunos para essa verificação, foram submetidos a problemas escolares e testes cognitivos. O objetivo era examinar até que ponto o desempenho está associado a ausência de motivação por parte dos estudantes, com isso potencializa os resultados negativos. Como resultado, observou-se, um desempenho inferior ao esperado que nas tarefas que implicava em habilidades de raciocínio. Como proposta, sugere-se que as instituições promovam por meio do ensino a resolução de problemas de proporções, algo que não está sendo praticado no cotidiano das escolas do país.



No texto “Estudo de caso de alunos de classes de alfabetização que apresentam dificuldades de aprendizagem de leitura e/ou de adaptação à vida escolar” as autoras apresentam um estudo com 15 meninos e 13 meninas com idade entre 05 e 06 anos. Os alunos que participaram do estudo foram indicados por seus professores como: “fracos”, “lentos”, “imatuross” ou “difíceis de lidar”. Os alunos estavam matriculados em cinco classes de alfabetização na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. Procurou-se verificar a relação entre as dificuldades e o processo de ensino aprendizagem que eram desenvolvidos em sala de aula. As possíveis razões para o fracasso escolar dos alunos, segundo os professores eram a: preguiça, desinteresse, distração, questões de ordem psicológica, como “traumas” decorrentes de separação dos pais, ausência dos pais que compareciam as escolas apenas quando convocados. Além do que, os pais não conseguiam ajudar seus filhos para a realização das atividades escolares, pois eles próprios tinham dificuldades. Evidencia-se pelo estudo que vários fatores permeiam o cotidiano escolar.

Na nota de pesquisa intitulada “A experiência na escola e na família: coerência ou contradição” as autoras buscam estabelecer relações entre o que a criança aprende no cotidiano escolar com o que aprende fora da escola. Constatou-se que pais e crianças emitem considerações bastante realistas sobre a dupla experiência do aluno. Foi identificada uma preocupação por parte dos docentes do processo ensino-aprendizagem, baseado em dois aspectos, o controle do comportamento do aluno e a impessoalidade do conteúdo ministrado. Porém, através da pesquisa foi identificado na prática docente a memorização de conteúdos e um ensino fragmentado. Uma hipótese formulada a pesquisa é a de que o projeto representa para os pais, uma reflexão sobre o papel da escola na vida de seus filhos. Outro fato, é que a escola não foi alvo de questionamento por parte dos pais, e que os problemas apresentados por seus filhos não são atribuídos a possível inadequação desta escola a sua realidade.

A pesquisa “Alfabetização e linguagem” foi desenvolvidas em escolas do município de Ceilândia no Distrito Federal e em duas pequenas comunidades rurais no estado de Goiás. O estudo ocorreu entre os anos de 1985 e 1988 com 284 crianças, e a autora analisou os efeitos de diferentes métodos de alfabetização sobre a psicogênese infantil e sobre o desempenho escolar. Essas crianças estavam matriculadas em escolas públicas primárias, e 20 delas foram acompanhadas em seu desempenho cognitivo e escolar até 1988. Como resultado, constatou-se que as crianças submetidas a uma metodologia que utiliza o livro didático, não apresentavam nenhuma vantagem em

relação às crianças alfabetizadas pela metodologia tradicional na qual o próprio professor elabora o material. As crianças tiveram altas taxas de reprovação, em três anos de escolaridade plena. A autora conclui que o livro didático não é a única ferramenta importante para o processo ensino-aprendizagem, sendo apenas um aparato do professor para seu dia-a-dia em sala de aula.

No estudo “Trabalhadores sem trabalho e seus professores: um desafio à formação docente”, a autora procura identificar as necessidades, os desejos e percepções de alunos e professores de escolas públicas noturna das regiões centrais de cidades do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo. Essas escolas possuíam características comuns, como condições precárias do prédio escolar e com fortes índices de pichações e vandalismo. Como descreve uma professora sobre o cotidiano da escola: “No primeiro dia de aula, encontrei um homem morto, estendido no chão, próximo à escola, cercado por muitos curiosos que especulavam sobre a morte. Fiquei impactada com a cena” (LINHARES, 1992, p. 116). Uma aluna de 26 anos, empregada doméstica, também relatou: “É bom aprender. Quero ler a placa dos ônibus, mas não sei. Quero fazer uma compra, não sei. Tenho que estudar” (LINHARES, v.73, n173, 1992, p. 119). Ao serem questionados sobre o fracasso escolar os alunos disseram que tal fato tem sido motivado pelas dificuldades em assimilar conteúdos devidos “a vadiagem, dificuldade de controle da sala de aula pelos professores que estão desmotivados por questões salariais, além das faltas e greves constantes do corpo docente”. (LINHARES, v.73, n173, 1992, p.122-123). A pesquisadora concluiu que os trabalhadores são aqueles que vendem sua força de trabalho para sobreviver, independentemente da profissão e que ora se culpam ou então direcionam acusações às questões econômicas e sociais como determinantes do fracasso escolar.

“Fracasso escolar: imagens de explicações populares sobre “Dificuldades Educacionais” entre jovens das áreas rural e urbana do estado do Rio de Janeiro”, é um artigo em que as autoras analisam o fracasso escolar de alunos de 1º Grau (Ensino Fundamental) do ensino público e que já ficaram retidos em uma série por mais de três vezes. Para este estudo, foram realizadas 38 visitas às escolas, envolvendo 210 participantes, dentre eles 56 alunos e 103 professores, sendo 02 colaboradores. O método de pesquisa era pesquisa etnográfica. O estudo foi feito na área rural, na área urbana e na favela da Rocinha no Rio de Janeiro. Para as autoras, o fracasso escolar é resultado de inúmeros fatores no cotidiano escolar que, combinados ou isolados penetram no contexto da cultura escolar, de forma complexa e diversificada. Indicam

ainda que os resultados preliminares apontam para diferenças entre professores da zona rural e da zona urbana quanto a expectativa de fracasso escolar dos alunos, o que tem reflexos na sala de aula.

No artigo “Êxito escolar: as regras da interação na sala de aula” as autoras apresentam parte de um estudo etnográfico desenvolvido de abril a dezembro de 1993, com uma professora de 3ª série do primeiro grau (4º ano do Ensino Fundamental) que foi considerada uma docente eficiente e bem-sucedida. A escola estava localizada em um bairro pobre de Curitiba no estado do Paraná, e pertencia à rede municipal de ensino. Elas procuraram analisar as regras subjacentes ao processo de interação da docente com seus 34 alunos que tinham uma idade média entre 09 e 10 anos, e como estes descobrem tais regras para serem bem-sucedidos.

Na sala de aula, a rotina da educadora inclui, inicialmente, uma exposição oral que ela faz sobre o conteúdo novo da disciplina em questão. Em seguida, os alunos fazem no caderno os exercícios prescritos por ela. A professora percorre a sala, indo de carteira em carteira e olhando o trabalho de cada aluno. Esse atendimento individual pode também incluir a supervisão da lição de casa ou o preparo de uma nova atividade (pregar textos impressos no caderno, por exemplo). Ela tira as dúvidas dos alunos, colocando um "X" nas questões erradas, para que façam a correção. Esta atitude é, de fato, uma atenção individual que Laura concede às crianças, gastando assim um longo tempo na realização dessa atividade (RBEP, v. 77, n. 186, 1996, p. 270).

Segundo as pesquisadoras, para compreender o cotidiano escolar, deve levar em conta o trabalho particular de cada escola e de cada professor, aos quais projetam valores diferentes sobre seus alunos que podem contribuir para o êxito ou fracasso escolar. O conceito de Êxito Escolar é entendido em um primeiro momento como as aprendizagens que são adquiridas pelos alunos, em relação aos conteúdos que são ensinados pelo professor. Em um segundo momento o conceito é apresentado como o desempenho do aluno nas avaliações que indica se ele está apto ou não para cursar a série seguinte.

No estudo “Inclusão: a expectativa do professor quanto ao desempenho acadêmico do aluno surdo” as autoras analisam o cotidiano escolar dos alunos surdos incluídos e as expectativas docentes sobre eles. Participaram do estudo 16 professoras das redes de ensino públicas e particulares, da cidade de São José dos Campos, do estado de São Paulo, que ministravam aulas para alunos incluídos. Foram utilizados para pesquisa: um questionário, notas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, a análise da produção e um diário de campo. No total, 32 alunos foram

avaliados, sendo 50% surdos e 50% ouvintes. Verificou-se que os alunos surdos demonstraram um desempenho escolar inferior ao apresentado pelos alunos ouvintes, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Na produção acadêmica e nas anotações do diário de campo também foi detectada uma grande diferença entre eles, principalmente no quesito realização das atividades cotidianas. Contudo, segundo as autoras são inúmeros os fatores que influem nesta constatação: formação do professor, a prática pedagógica, a motivação dos alunos entre outros. Os resultados finais apontaram, entretanto que as expectativas das professoras quanto ao aspecto acadêmico dos alunos surdos são compatíveis ao constatado, pois esperam deles um rendimento inferior ao obtido pelos alunos ouvintes. Para enfrentamento desta questão é proposto pelos autores uma formação docente para que os alunos surdos incluídos ao âmbito escolar tenham um desempenho escolar adequado. Mais uma vez constata-se neste estudo a importância dos fatores extraclasse no cotidiano das escolas e da sala de aula.

No artigo intitulado “Meninos e meninas num projeto de recuperação paralela” os autores têm por objetivo, analisar as relações de gênero e os motivos de encaminhamentos de crianças a um projeto de recuperação paralela. Segundo as professoras, as dificuldades de aprendizagem estão relacionadas ao sexo das crianças, sendo mais evidenciada nos meninos. Os alunos que foram indicados para a recuperação paralela possuíam segundo as docentes as características: apatia, preguiça, desorganização, indisciplina, desinteresse, dispersão, imaturidade, lentidão, timidez, insegurança, dependência. Conclui-se que o número maior de meninos na recuperação paralela se dá inicialmente pelas percepções das próprias professoras a respeito de alunos e alunas. Apontando com isso, que o cotidiano escolar reflete as concepções sobre gênero socialmente construídas.

No estudo “A relação família-escola: implicações no desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental” as autoras têm como objetivo compreender as possíveis implicações da relação família-escola no desempenho escolar dos alunos. O pressuposto é o de que a falta de acompanhamento da família infere negativamente no desempenho escolar dos alunos. Para as autoras existe uma integração da família na escola por meio de contribuição financeira a Associação de Pais e Mestres (APM), participação física em festas culturais, comemoração relativas ao dia das mães, reuniões de pais e mestres, Conselho de Escola (CE), excursões e na realização de pequenos reparos. É por meio desses eventos que a escola abre espaços para que os pais estejam presentes na vida escolar dos filhos. Para as autoras, embora a família tenha um

papel de cuidar e educar as crianças, ela não pode ser considerada como a única responsável pelo sucesso ou pelo fracasso escolar. À escola cabe cuidar da educação formal, promovendo o desenvolvimento físico, social, intelectual, emocional, moral e afetivo dos alunos.

As produções dessa subcategoria trouxeram discussões sobre: desenvolvimento cognitivo e aprendizagem, as dificuldades de aprendizagem de leitura e/ou de adaptação à vida escolar e suas implicações no rendimento escolar, retenção e fracasso escolar. O livro didático embora seja considerado uma ferramenta importante e presente nas escolas inclusive organizando o dia-a-dia do professor ele não consiste em uma ferramenta indispensável para o processo ensino e aprendizagem, sendo apenas um aparato do professor para seu dia-a-dia em sala de aula.

Para os autores o desempenho escolar é influenciado também pelas expectativas que as professores constroem sobre o rendimento do aluno, ou seja, o fracasso escolar é mais esperado entre professores da zona rural do que entre aqueles que trabalham em escolas localizadas em zona urbana.

Os autores evidenciaram através dos estudos que fatores como esses permeiam o cotidiano escolar tendo reflexos diretos na sala de aula o qual é também influenciado por fatores extras escolares. Entre os fatores extras escolares, o gênero do aluno influencia no desempenho escolar de modo que um número maior de meninos são indicados para recuperação paralela. Ou seja, o êxito ou o fracasso escolar é resultado de inúmeros fatores combinados ou isolados que penetram o cotidiano das escolas de forma complexa e diversificada.

#### **4.2.3. Categoria 02: Subcategoria: Alfabetização**

As 02 produções englobadas na Subcategoria: “Alfabetização” da categoria “Métodos de Ensino”, foram agrupadas por terem como tema, os procedimentos de alfabetização presentes no cotidiano escolar. O quadro abaixo mostra os artigos agrupados nessa subcategoria.

**Quadro 23:** Relação das produções agrupadas na Subcategoria: Alfabetização

<b>Ano</b>	<b>Volume/Número</b>	<b>Título</b>
1987	v. 68/n.158	Um mergulho na alfabetização ou: Há muito o que revelar sobre o Cotidiano da Escola.

1996	v. 77/n. 187	A produção textual em situação orientada e a noção de possível: considerações sobre a validade desta atividade.
------	--------------	---

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

No artigo “Um mergulho na alfabetização ou: Há muito o que revelar sobre o Cotidiano da Escola” as autoras discutem a prática pedagógica da alfabetização realizada no cotidiano de uma escola pública com alto índice de reprovação na cidade do Rio de Janeiro, situada no Bairro de Copacabana. As pesquisadoras analisaram o cotidiano escolar por meio de observações e análises que ajudaram a compreender e explicar o processo de alfabetização de crianças, de duas turmas de 1ª série (2º ano), e a delinear estratégias de formação de professores e capacitação em serviço. Para isso, foi observado o cotidiano de uma professora com experiência de 07 anos de sala de aula, que possuía regência dupla, na mesma escola. Procurou se analisar as práticas empregadas na alfabetização da criança, a partir das seguintes questões: A professora trabalha a significação ou importância que tem a leitura para as crianças? A disciplina é necessária para a aprendizagem? Como a professora exerce sua autoridade no cotidiano? Como está estruturada a escola em termos pedagógicos? No desenvolvimento das atividades cotidianas, a professora possibilita a expressão das vivências e conhecimentos das crianças?

O objetivo da pesquisa foi retratar a alfabetização escolar, seus conflitos, complexidades e obter uma maior compreensão teórica do tema, detectando aspectos determinantes da alfabetização de crianças das classes populares e fornecendo subsídios para a formação de professores, especialmente os já em serviço. Para tanto, foi feito um estudo de caso que implicou no acompanhando de atuação da professora durante o ano letivo de 1985. Observaram-se também as atividades escolares, momento da merenda e recreação, entrada e saída dos alunos, conversas informais dos professores, mães e profissionais da escola, conselho de classe, reuniões de pais e do Conselho Escola-Comunidade.

As autoras evidenciaram que existiram divergências e distanciamentos entre o que os resultados e pesquisas dizem sobre os métodos de alfabetização e aquela que acontece cotidianamente no ambiente escolar. Por isso, há uma importância de se desenvolver pesquisas que “mergulhem” no cotidiano das escolas e da sala de aula.

No artigo “A produção textual em situação orientada e a noção de possível: considerações sobre a validade desta atividade” a autora apresenta os resultados da validação de uma atividade didática específica: a produção textual, em sentido amplo, e a formação de frases, em sentido restrito, em classes de alfabetização. A pesquisa ocorreu em uma escola particular de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, com 98 crianças, divididas em quatro classes, cujas idades variavam entre 06 e 08 anos. Segundo a pesquisadora a aplicação sistemática de categorias gramaticais favorece a formação de um maior número de frases, de frases com maior número de palavras e a produção textual por um maior número de crianças. Também a atividade lúdica favorece a formação de frases e a produção textual. Por fim, são apresentadas sugestões de variações e aprimoramentos para a atividade didática e tecidas considerações sobre a sua validade. Finalmente, enfatiza-se a importância da atuação da professora alfabetizadora como pesquisadora em sua sala de aula.

As produções dessa subcategoria apontaram para a importância de se analisar profundamente o cotidiano das escolas e das salas de aula como; o alto índice de reprovação, as etapas do processo de alfabetização de crianças nos primeiros anos do ciclo inicial, leitura, a disciplina em sala de aula, a estrutura física e pedagógica, vivências e a produção textual, para que o processo de alfabetização possa ser compreendido em sua totalidade e que o professor atue como um mediador e efetive seus objetivos. Assim, favorecer a produção textual das crianças em fase de alfabetização. As atividades lúdicas também podem ajudar como estratégia nessa labuta nos anos escolares iniciais.

#### **4.3. Categoria 03: Professores**

Essa categoria possui 14 artigos, 03 que tratam genericamente sobre as Atribuições Docentes, 06 que apresentam e discutem as Concepções, Valores e Representações dos professores e 05 que abordam sobre a Formação Docente no cotidiano escolar.

**Quadro 24:** Categoria: Professores

<b>Subcategorias</b>	<b>Nomenclaturas</b>	<b>Número de Produções</b>
3.1	Atribuições Docentes	03
3.2	Concepções, Valores e Representações dos Professores.	06

3.3	Formação Docente	05
<b>Total Geral</b>		<b>14</b>

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

#### 4.3.1. Subcategoria: Atribuições Docentes

As 03 produções da Subcategoria: “Atribuições Docentes” da Categoria “Professores”, foram agrupadas por terem como tema central as atribuições de professores no cotidiano escolar. O quadro abaixo mostra os artigos agrupados nessa subcategoria.

**Quadro 25:** Aspectos que tratam dos Professores: Atribuições Docentes

1985	v. 66/n.154	O papel do professor e sua construção no cotidiano escolar - um estudo sobre o professor de 2º grau no Rio de Janeiro.
2001	v.82/n.200,201, 202	O “problema” da “cola” sob a ótica das representações
2009	v. 89/n. 226	Os professores do sexo masculino no ensino “primário”: um corpo estranho no cotidiano das escolas públicas do Rio de Janeiro (Brasil) e de Aveiro (Portugal).

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

No artigo “O papel do professor e sua construção no cotidiano escolar - um estudo sobre o professor de 2º grau no Rio de Janeiro”, os autores relatam uma pesquisa realizada em 04 escolas de 2º graus, sendo 02 públicas e 02 particulares na cidade do Rio de Janeiro. A investigação foi feita a partir de entrevistas e observação participante, com professores e membros das escolas. As escolas para o estudo foram selecionadas em função de sua localização geográfica, rede escolar, nível socioeconômico dos alunos e organização do trabalho pedagógico. Os professores escolhidos para as entrevistas foram selecionados em função do sexo, idade, ano de formação, disciplina e tempo de trabalho na escola. Foram entrevistados professores, funcionários técnico-administrativos e alunos.

Em síntese, as escolas possuíam as seguintes características:

I) Colégio Brandão: ensino público, com ótimas instalações físicas, corpo docente estável e experiente, e disciplina rígida. A administração é “forte”. Seu projeto educativo é definido com a participação dos professores e tem em vista transformar os alunos, em sua maioria de baixa renda, em bons cidadãos.



II) Colégio Coimbra: ensino público, localizado na periferia do Rio de Janeiro, em bairro afastado, funciona num prédio em precárias condições de conservação. Sua clientela é pobre, “difícil”, agressiva. A questão crucial é a manutenção da disciplina; as divergências internas frequentes a luta maior é pela organização cotidiana, disciplinar e pedagógica, e o exercício do magistério está carregado de altruísmo em relação ao aluno, e do sentimento de desvalorização do professor.

III) Colégio André: ligado aos estratos socioeconômico médio e altos, oferecido por um tradicional colégio confessional situado na zona sul da cidade; bem localizado e com amplas e confortáveis instalações. A Direção tem um projeto humanístico de educação e preocupação com problemas sociais. O colégio é utilizado pela comunidade, faz registro, caracteriza, classifica e avalia a trajetória escolar dos alunos.

IV) Colégio Dias: ensino particular, localizado em num bairro da periferia da cidade e caracteriza-se como uma bem sucedida atividade empresarial. As atividades de ensino visam reter o aluno. A instabilidade no emprego é grande, os professores ganham o piso salarial, e sua permanência depende menos de sua competência e mais da habilidade de reter o aluno, mantendo relação com eles e com a direção.

Para desvendar o cotidiano escolar dessas escolas, a equipe de pesquisadores investigou como o professor percebe “as regras do jogo escolar” e seu próprio papel face ao grupo institucional. Examinaram também as aspirações dos professores, de seus anseios, frustrações e suas percepções sobre propostas educacionais da escola. Os autores constataram que os projetos institucionais e os projetos individuais influem e se interpenetram que o professor acaba aprendendo a ser professor na própria escola. É neste sentido que para os professores das escolas particulares o ponto de referência é a valorização do conteúdo tendo em vista o exame vestibular. Para os professores das escolas públicas as dificuldades se centram no saber lidar com os alunos de condições socioeconômicas precárias, de escolarização básica deficiente, apesar de estarem no 2º grau, “não sabem ler e escrever”. Isso levou os autores a afirmarem que o cotidiano escolar parece inclusive ser mais importante para ditar normas e regras de funcionamento e influir no processo de ensino e aprendizagem que a própria formação e as reformas educacionais implantadas por diferentes governos.

No texto “O “problema” da “cola” sob a ótica das representações” a autora recorre à teoria de representação social para discutir imagens, conceitos e práticas implicados na questão da “cola” no cotidiano escolar. A “cola”, segundo a autora, está associada a ideia de malandragem dos alunos e tem repercussões nos comportamentos, nas crenças, dentro e fora do cotidiano escolar.

No artigo “Os professores do sexo masculino no ensino primário: um corpo estranho no cotidiano das escolas públicas do Rio de Janeiro (Brasil) e de Aveiro (Portugal)”, a autora apresenta um estudo comparativo entre os professores do sexo

masculino do Rio de Janeiro, Brasil (RJBR) e de Aveiro, Portugal (AV-PT), que trabalham no ensino público “primário”. O que se pretende averiguar são os motivos e as consequências da escolha profissional desses docentes por uma profissão relacionada tipicamente ao gênero feminino de modo que são considerados um “corpo estranho” no cotidiano das escolas públicas “primárias”. Constatou-se que para a maioria dos entrevistados a maior motivação para a escolha desta profissão decorre de fatores “intrínsecos” à docência, contrariando algumas referências acadêmicas sobre o assunto e as representações que circulam na sociedade de que os homens não têm afinidades para lidar com crianças. Consta-se ainda que existem professores que optaram pela docência por motivos “extrínsecos” a ela, mas que depois passaram a gostar da profissão. Foi verificado na pesquisa, que a docência em Portugal teve uma valorização financeira, estando à profissão equiparada com a de outros profissionais que necessitam de qualificações acadêmicas equivalentes, diferente do Brasil onde a profissão docente sempre foi mal remunerada, justificada muitas vezes pelas representações acerca da profissão ser tida como feminina, sendo que as mulheres “não precisavam” sustentar uma família com os seus rendimentos. A maior parte dos professores do RJ-BR, (67%) e mais de um terço dos de AV-PT (37%) encontram-se, de alguma forma, insatisfeitos com a função, sendo o maior motivo alegado as discriminações homofóbicas contra o professor, pautadas em uma representação preconceituosa de que todos os educadores do sexo masculino nesse nível de ensino são homossexuais. A sua presença no magistério primário causa estranheza. Outra discriminação ocorre, devido a uma grande parcela dos educadores serem do sexo feminino impondo uma representação que a profissão é feminina não se esperando ver um homem como professor primário. Outra representação preconceituosa é de que os professores primários do sexo masculino possam ser pedófilos ou assediar as crianças. Assim, os docentes evidenciam que as representações preconceituosas são ainda muito fortes no cotidiano das escolas.

Para os autores agrupados na subcategoria “Atribuições Docentes” embora os docentes se submetam à formação inicial e continuada o aprendizado de suas funções e atribuições ocorre efetivamente apenas no cotidiano escolar onde se deparam com diferentes situações, inclusive com preconceitos que acabam por influir em sua forma de agir. Ou seja, é o cotidiano escolar que dita normas e regras de funcionamento e influi no processo de ensino e aprendizagem sobrepondo-se a própria formação e as reformas educacionais.

#### 4.3.2. Categoria 03: Subcategoria: Concepção, Valores e Representações.

As 06 produções da Subcategoria: “Concepção, Valores e Representações” da categoria “Professores”, foram agrupadas por serem trabalhos que investigam concepções, valores e representação de docentes ligados a percepção do seu trabalho no cotidiano escolar. O quadro 26 mostra os textos agrupados nesta subcategoria.

**Quadro 26:** Relação das produções agrupadas na Subcategoria: Concepção, Valores e Representações.

Ano	Volume/Número	Título
1991	v. 72/n. 172	Análise epistemológica da visão de Ciência dos professores de Química e Física do município do Rio de Janeiro.
1996	v. 77/n. 186	A imagem real e a imagem ideal do “Bom Aluno”.
2006	v. 87/n. 216	Representações de professores sobre o cotidiano escolar.
2008	v. 89/n. 222	Fiandeiras do cotidiano: um alinhavo de saberes pessoais e profissionais nas tramas da educação.
2009	v. 90/n. 226	Representações sociais da avaliação da aprendizagem em professores do ensino público fundamental de Niterói.
2014	v. 95/n. 240	Implantação e implementação do Proinfo no município de Bataguassu, Mato do Grosso do Sul: o olhar dos profissionais da educação.

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

Na pesquisa “Análise epistemológica da visão de Ciência dos professores de Química e Física do município do Rio de Janeiro”, realizada entre março e junho de 1990, o autor analisa o processo de ensino nas disciplinas de Química e Física. Buscando apresentar alternativas para a superação do contexto adverso em que se insere a educação científica no cotidiano de escolas do país. Como método, foi aplicado um questionário com dez questões objetivas. As primeiras questões abordaram temas relativos à atividade científica em geral e as outras buscaram avaliar como o legado filosófico influencia a transmissão de conceitos básicos nas disciplinas. Os resultados indicaram que à ciência tradicional norteia o trabalho docente. Para superar as situações adversas ao ensino, cabe aos docentes a tarefa de fornecer aos seus alunos os

instrumentos para consolidar tal apropriação, não de forma dogmática ou impositiva, sendo as aulas transformadas em atividades atrativas.

No artigo “A Imagem Real e a Imagem Ideal do “Bom Aluno””, a autora discute a representação social de “bom aluno”: de aluno “real” e aluno “ideal”, constituído por professores, alunos, pais e funcionários, no cotidiano escolar de três tipos de escola: a pública, a particular e a militar.

Considerando-se a relação entre cultura e representações, assinalada por autores como Moscovici (1978, 1989, 1994), Vala (1986, 1993) e Herzlich (1991), observa-se na pesquisa, quando se admite que a formação comum de conceitos e imagens do “bom aluno” se explique, entre outros fatores, por percepções, crenças e valores próprios de uma "cultura escolar" que, perpassando várias camadas sociais, supera também as diferenças de contexto das escolas, acentuadas (pela precariedade de recursos e situação econômica dos sujeitos) na escola pública, em condições significativamente inferiores, em relação à particular e à militar (RANGEL, 1996, p. 291).

A representação de “bom aluno” está associada a “esforço”, “empenho”, “bom comportamento”, “disciplina” e “dedicação”, que indica ser bem-sucedido na escola e em sua vida futura. A imagem do “bom aluno” como “crítico, questionador, participativo, contestador”, que demarcada na literatura da área consiste em um plano ideal, não se verificando na prática e na experiência concreta das ações cotidianas.

No Artigo “Representações de professores sobre o cotidiano escolar” a autora descreve a resistência dos professores a um processo de mudança no cotidiano de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental, no município de São Gonçalo no Rio de Janeiro. A pesquisa desenvolveu-se em período em que a escola, passava por uma série de transformações que visavam à democratização no âmbito escolar. As representações dos professores a respeito do professor, de seu comportamento, do aluno, das reuniões, do diretor, da escola e da educação, possibilitaram segundo os autores, construir um perfil da categoria docente: os que atribuem a outros professores a responsabilidade pelo processo educacional e as que se reconhecem como agentes do processo educacional. Praticamente, dois terço dos professores não se sentiam sujeitos do seu próprio trabalho, o que implicava em falta de iniciativa, apatia, indiferença em relação à educação e aos resultados do seu próprio trabalho.

A autora detectou que os professores mais antigos possuíam a formação universitária abaixo da média da escola eram residentes no município de São Gonçalo. Os mais novos eram majoritariamente de fora do município, tinham formação universitária acima da média da escola e trabalhava no segundo turno.

Sobre o processo de mudança, houve na escola, uma discussão referente à prática de suspender ou de expulsar aluno como forma de disciplina, tendo em vista seu caráter de exclusão socioeconômica. Esta mudança foi apropriada como apaziguamento, ou seja, o aluno pode tudo. A tensão no cotidiano escolar chegou a tal ponto que se decidiu discutir um código de conduta para o aluno para que se chegasse a uma proposta. Essa foi aprovada pelos professores e referendada pelos alunos. O exemplo teve a finalidade de chamar para a cena a relação entre representações e práticas. No caso, a representação dos professores “outros”, que predominou na escola, sobre disciplina implicou em transferir responsabilidades. O processo de discussão vivido não foi suficiente para mudar esta representação. Com isso, a prática cotidiana se manteve, mesmo que o contexto aparentemente tivesse mudado.

No artigo “Fiandeiras do cotidiano: um alinhavo de saberes pessoais e profissionais nas tramas da educação”, a autora analisam as memórias de vida de 15 professores da Educação Básica, matriculados em um curso de formação continuada em Uberaba, Minas Gerais, no ano de 2004. Buscou-se examinar a concepção, a partir das memórias individuais e coletivas do que é ser criança e ser professor. Para tanto foi pedido aos alunos do curso para compartilharem as suas experiências. Assim, o trabalho foi proposto em busca de saberes experienciados onde ora são alunos e ora docentes procurando verificar de que modo essas experiências refletem em sua formação e no seu modo de ser professor no cotidiano escolar. O pressuposto é que os educadores são criados na praticidade do campo e da cidade, nas ruas, nas favelas, no dia-a-dia, no repassar de conhecimentos de pai para filho, do amigo para amigo, de irmão para irmão. Passando pela interação e integração de várias ciências, do saber popular e dos diálogos do dia-a-dia. As construções cotidianas são ligações de saberes, códigos, valores e relacionamentos entre os diferentes ambientes de aprendizagens. Os alunos e professores entenderam que são essas experiências que dão identidade a cada profissional e geram novos conhecimentos que possibilitam mudanças no fazer e no pensar cotidiano da sala de aula. Portanto, é a integração de práticas e saberes que regulam as atividades que se fazem presentes no exercício da profissão docente, consistindo em um alinhavo de conhecimentos pessoais e profissionais que define as tramas do cotidiano da educação.

No estudo “Representações sociais da avaliação da aprendizagem em professores do ensino público fundamental de Niterói” as autoras investigam as representações sociais de 84 professores de cinco escolas públicas do Ensino

Fundamental da rede pública municipal de Niterói em relação a avaliação da aprendizagem. Como métodos foram utilizados a tarefa de evocação livre e um questionário com perguntas fechadas e abertas. O estudo dessas representações, segundo as autoras, fornece elementos básicos para entender aspectos do cotidiano escolar indicando que a avaliação é percebida como necessário na escola, estando distante da ideia de aprovar ou reprovar o aluno, cujo sua finalidade real é a de reorganizar as práticas educacionais.

No artigo denominado “Implantação e implementação do Proinfo no município de Bataguassu, Mato do Grosso do Sul: o olhar dos profissionais da educação” os autores apresentam uma pesquisa desenvolvida nos anos de 2012 e 2013, cujo objetivo foi identificar e analisar a percepção dos professores de quatro escolas da rede estadual sobre a implantação e implementação do Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) na zona urbana do município. O estudo foi realizado por meio da revisão bibliográfica, aplicação de questionários aos professores regentes, análise de documentos do Estado de Mato Grosso do Sul e entrevista semi-estruturada com os professores das Salas de Tecnologia Educacional (STEs) das referidas escolas. Constatou-se que os professores reconhecem a importância das STEs no cotidiano escolar, mas também que há resistências às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) serem empregadas na sala de aula, por parte de alguns educadores. Os resultados no cotidiano escolar mostram que há uma necessidade efetiva de formação dos docentes em serviço, para que as TICs sirvam como instrumentos para o processo de ensino-aprendizagem nas escolas de Bataguassu no Mato Grosso do Sul.

Como podemos verificar os textos agrupados nesta subcategoria “Os valores, as Concepções e as Representações” evidenciam que a integração das práticas docente com os saberes adquiridos cotidianamente e somada aos valores, concepções e representações pessoais, regulam o exercício da profissão, alinhando e definindo em última instância as tramas do cotidiano escolar.

#### **4.3.3. Categoria 03: Subcategoria: Formação Docente**

As 05 produções englobadas nessa subcategoria discutem os cursos de formação, a organização curricular, a dinâmica administrativa dos cursos, os programas de habilitação de professores e qualificação docente, entre outros. Essas produções foram

agrupadas por tratarem de assuntos ligados a formação docente. O quadro 27 mostra os textos agrupados nesta subcategoria.

**Quadro 27:** Relação das produções agrupadas na Subcategoria: Formação Docente

<b>Ano</b>	<b>Volume/Número</b>	<b>Título</b>
1984	v. 65/n. 149	A formação do professor das quatro primeiras series do 1º grau: sua evolução histórica e articulações com as mudanças ocorridas na escola elementar
1985	v. 66/n.153	Professores leigos X professores habilitados - impactos dos programas de habilitação sobre os alunos, a escola, a comunidade e os orçamentos municipais.
1989	v. 70/n.165	Melhoria da qualidade do ensino: o desafio da formação de professores em serviço.
1989	v. 70/n.165	O cotidiano da escola normal e a construção de um novo saber e um novo fazer didático
1991	v. 71/n.169	Formação de educadores para trabalhar com crianças de zero a seis anos de idade em creches e escolas de educação infantil - proposta fundamentada em uma concepção sociointeracionista do desenvolvimento humano.

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

Na nota de pesquisa “A formação do professor das quatro primeiras series do 1º grau: sua evolução histórica e articulações com as mudanças ocorridas na escola elementar” as autoras investigam os cursos de formação de professores para as quatro séries iniciais do 1º graus no Estado de São Paulo, abarcando as habilitações necessárias para o magistério a nível de 2º grau e os Cursos de Pedagogia. A pesquisa foi desenvolvida em abordagem histórica e empírica. Os dados foram levantados em 09 escolas de 2º grau (Ensino Médio) no interior de São Paulo e 04 escolas da capital paulista que dizem respeito aos alunos, corpo docente, organização curricular e dinâmica administrativa dos cursos. As autoras concluem que do ponto de vista qualitativo, a habilitação para o magistério de 1º grau tem se revelado fraca, tanto em nível de 2º grau, quanto nos cursos de Pedagogia. O futuro professor não tem recebido preparação cuidadosa e segura para desenvolver com o aluno de 1º grau as habilidades elementares de leitura, escrita e cálculo. Os autores propõem que os cursos de formação se voltem a aspectos do cotidiano escolar formando alunos capacitados a assumir com competência as tarefas que lhes são atribuídas como adaptar conteúdos, metodologia de ensino e avaliação escolar e recursos a cada realidade escolar, tendo competência para participar das decisões sobre o planejamento e currículo das escolas.

Na nota de pesquisa “Professores leigos X professores habilitados - impactos dos programas de habilitação sobre os alunos, a escola, a comunidade e os orçamentos municipais”, os autores focalizam aspectos da problemática de professores leigos versus professores habilitados do 1º grau que atuam no interior do estado de Sergipe. Das 29 escolas selecionadas para estudo, 04 estavam situadas na zona rural e 25 na zona urbana. As análises sobre o desempenho escolar dos alunos indicaram que os melhores desempenhos estavam relacionados à qualificação do professor, a experiência profissional deste, o tempo de trabalho na escola, da escolaridade dos pais, a idade do aluno e anos de repetência do alunado. Os resultados identificaram que o professor habilitado promove um melhor desempenho do aluno, pois a formação tem implicado no seu fazer cotidiano.

No artigo “Melhoria da qualidade do ensino: o desafio da formação de professores em serviço”, a autora apresenta algumas das questões examinadas na terceira etapa da pesquisa “Alfabetização – do estudo de caso a proposta de intervenção”. A autora analisa as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar pelos profissionais da educação no desempenho de seus papéis e as estratégias de formação de professores. Os problemas enfrentados pelos educadores segundo a autora são: o fracasso da alfabetização com crianças de zero a seis anos; a dificuldade na sistematização de conteúdos e estratégias de ação por parte dos docentes, a formação do professor, a relação professor-aluno e conflitos. A pesquisadora conclui que a formação do professor em serviço pode favorecer a melhoria da qualidade do ensino e deve ser incluído no Projeto Político Pedagógico da escola.

Na nota de pesquisa “O cotidiano da escola normal e a construção de um novo saber e um novo fazer didático”, as autoras apresentam alternativas para construção de uma didática articulada com a realidade de escolas de 1º grau (Ensino Fundamental). Para isso, se analisou as práticas presentes em cursos de formação dos professores baseados em cursos de Habilitação Específica ao Magistério (HEM) de 2º Grau (atual Ensino Médio, antigo Curso Normal). Para tanto, foi feito estudos etnográficas e entrevistas com professores em três escolas públicas da cidade de São Paulo. Foram examinadas a concepção de formação de professores presentes na proposta, a visão do aluno e do professor, as concepções de currículo e sugestões de mudança curricular. Buscou-se além disso, conhecer o professor de Didática e Prática de Ensino que atuavam no curso. Verificando quem era esse professor em termos de formação, experiências, situação funcional, representações a respeito da educação e do aluno, do



Curso de Habilitação Específica ao Magistério e da disciplina lecionada, como os professores desenvolvem seu trabalho cotidianamente em sala de aula, quais os conteúdos ministrados, forma de planejamento empregado, as avaliações aplicadas e a interação com outras disciplinas. Para o levantamento, foi elaborado um questionário enviado a 81 escolas da rede municipal e estadual da cidade de São Paulo, que ofereciam o Curso de Habilitação Específica ao Magistério. Porém, apenas 13 escolas responderam à solicitação, o que tornou, segundo os autores, os resultados preliminares superficiais, genérico e com pouca representatividade da prática do professor. Além disso, foram feitos estudos de casos com professores que atuavam no Curso de Habilitação Específica ao Magistério no ano de 1988. Por fim, a realização de seminários de discussão com os professores que participaram do estudo de caso. A nota de pesquisa foi publicada na Revista sem uma conclusão previa.

Na nota de pesquisa “Formação de educadores para trabalhar com crianças de zero a seis anos de idade em creches e escolas de educação infantil - proposta fundamentada em uma concepção sociointeracionista do desenvolvimento humano” a autora analisa como os professores do curso de formação, trabalham conceitos, matriz dialógica, pensamento discursivo, o papel do outro, fusão e diferenciação na relação com o outro e a brincadeira infantil no cotidiano escolar. No âmbito do projeto foi realizado um vídeo. Onde são apresentadas situações de aprendizagem de conceitos, envolvendo professores e alunos na rotina escolar. Esse material possibilitou uma discussão onde esteve presente um total de 26 educadores (professores, diretores e supervisores) e finalizou com a produção do livro texto que indica a sequência de apresentação dos conceitos, tipos de problematização de interações e exemplificação de episódios que sejam adequados ao público-alvo e linguagem adequados a este público.

Nos textos agrupados nesta subcategoria “Formação Docente”, os autores propõem que os cursos de formação se voltem a aspectos do cotidiano escolar, formando alunos, capacitados a assumir com competência as tarefas que lhes são atribuídas, como adaptar conteúdos, metodologia de ensino e avaliação escolar e recursos a cada realidade escolar, tendo competência para participar das decisões sobre o planejamento e currículo das escolas. Para os autores o professor habilitado consegue um melhor desempenho do aluno, pois a formação tem implicações no seu cotidiano.

Assim, nos artigos publicados na Categoria “Professores”, destacam se pela preocupação dos autores a temática, principalmente para a Educação Básica. Ao buscar a formação na graduação ou de forma continuada ao longo de suas jornadas, os

professores vão adquirindo essas informações e conhecimentos para ampliar o processo de ensino e aprendizagem no âmbito escolar, sendo um desafio para sua própria formação.

#### 4.4. Categoria 04: Alunos

A Categoria denominada “Alunos” possui 08 artigos ligados aos discentes e as condições socioeconômico vividas por eles. O quadro 28 apresenta os textos agrupados nesta Categoria.

**Quadro 28:** Relação das produções agrupadas na Categoria: Alunos

<b>Ano</b>	<b>Volume/Numero</b>	<b>Título</b>
1985	v. 66/n.154	Analisando o cotidiano da pratica educativa com alfabetizando adultos.
1990	v. 71/n.168	O perfil sociocultural de alunos trabalhadores do ensino noturno de 2º grau através da analise de seu cotidiano
1992	v. 73/n. 173	Ensino noturno: desconhecimento do trabalho e novos desafios
1992	v. 73/n. 175	A escola de 1º grau noturno e o compromisso com o aluno trabalhador
1993	v. 74/n. 176	Perfil sociocultural de alunos trabalhadores do curso noturno de 2º grau través da análise de seu cotidiano
1997	v. 78/n.188,189, 190	Alegria na escola do trabalhador: um modelo pedagógico que satisfaça ao trabalhador e lhe proporcione alegria no ato de aprender
1997	v.78/n.188,189, 190	Ajuda ou trabalho? Experiências de alunos e alunas do ensino fundamental e suas relações com o Currículo.
1997	v.78/n.188,189, 190	Moralidade, ética, autonomia e educação.

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

Os 08 artigos citados acima, têm como tema central o aluno trabalhador e foram agrupadas por terem assuntos ligados aos alunos que trabalham e estudam no período noturno. Os textos examinados investigam questões relacionadas aos alunos

trabalhadores do Ensino Médio Regular e Fundamental Noturno e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

No artigo “Analisando o cotidiano da prática educativa com alfabetizando adultos” a autora apresenta o relato de experiência de um trabalho em execução no início de 1982, que tenha por objetivo alfabetizar funcionários da Universidade Federal de São Carlos, que não dominavam a técnica de leitura e da escrita. Os funcionários eram dos setores do campo, obras e zeladoria e almejavam uma alfabetização que lhes possibilitassem participar conscientemente dos movimentos reivindicatórios que se realizavam no cotidiano da Universidade. O projeto foi denominado, Projeto de Alfabetização de Funcionários (PAF) e a proposta metodológica girou em torno de atividades de escrita e leitura, relacionados a sua experiência cotidiana. A programação proposta pelo PAF obedeceu a seguinte forma: Primeira fase: debate sobre o tema codificado pela palavra geradora a ser estudada; Segunda fase: trabalho da escrita/leitura a partir da palavra geradora. Terceira fase: elaboração e seleção de frases para um livro de leitura. Quarta fase: revisão. A fundamentação teórica foi pautada em Paulo Freire. Os resultados da pesquisa contribuíram para que o alfabetizador, ao refletir sobre a sua prática cotidiana, passe a perceber os elementos mediadores entre a teoria e a prática já realizada e aquela a ser realizada.

Na produção “O perfil sociocultural de alunos trabalhadores do ensino noturno de 2º grau através da análise de seu cotidiano” a autora discute e analisa o cotidiano de alunos trabalhadores matriculados no Ensino Noturno de 2º grau. A pesquisa é caracterizada como estudo de caso, ao qual enfocou um grupo de trabalhadores-estudantes de um curso noturno regular de 2º grau (Ensino Médio) de uma escola da Grande São Paulo. Procurou-se levantar características de sua inserção social, cultural e econômica, tendo como pano de fundo suas interações com a dinâmica do cotidiano escolar e seus depoimentos sobre o seu dia-a-dia fora da escola. Os métodos utilizados foram: entrevistas individuais e em grupos com alunos, professores, administradores e pais, observação de campo com registro em diário e aplicação de um questionário a todos os estudantes. Os dados levantados estavam em fase de análise, quando a nota de pesquisa foi publicada na REBP, mas já evidenciavam a inadequação do currículo e dos procedimentos pedagógicos para o atendimento às expectativas e necessidades desses alunos.

No artigo intitulado “Ensino noturno: desconhecimento do trabalho e novos desafios” os autores apresentam uma pesquisa realizada no cotidiano escolar de 8ª séries

noturnas do 1º grau, do município de São Carlos no estado de São Paulo, nos anos de 1989 a 1990, cujo tema é a questão da qualidade do ensino. Os autores buscam uma resposta à questão: por que a escola continua ignorando a categoria trabalho e a condição de trabalhador do aluno? Segundo os autores a resposta está no sistema político, econômico e social do país. O problema enfrentado pelos alunos trabalhadores, as questões estruturais das escolas noturnas e a desvalorização do trabalho docente, se refletem no processo de ensino aprendizagem. Mesmo assim, segundo os autores, a sociedade praticamente desconhece o cotidiano dessas escolas e a rotina do aluno trabalhador, que bravamente frequenta essa escola nessas condições. O próprio aluno continua crente que por estar no ambiente escolar e fazer parte do processo de aprendizagem, assim seu futuro estará garantido.

Na nota de pesquisa “A escola de 1º grau noturno e o compromisso com o aluno trabalhador”, as autoras mostram o cotidiano de alunos trabalhadores matriculados no 1º Grau noturno na cidade de Florianópolis em 1989. Os dados indicam, segundo os autores que o aluno vai a escola pública noturna em busca do sucesso. Porém, o cotidiano desse jovem é muito cansativo, pois trabalha em média 08 horas diária, enfrentando o terceiro turno na escola. Os autores discutem que o currículo da escola noturna não é adequado ao aluno trabalhador e que o mesmo ocorre com os professores que se mostram desestimulados pelos baixos salários e pelas precariedades didáticas da escola, além de que, muitas vezes se encontram nas mesmas condições dos alunos, trabalhando no terceiro turno. Segundo os dados da pesquisa, essa clientela, que correspondem a 63,3%, recebe de 01 a 02 salários mínimos e provém de família de um baixo estrato social, que mal terminou o Ensino Fundamental. Diante dessas dificuldades, 58,7% dos docentes entrevistados, relatam que existe uma tolerância maior na avaliação do rendimento escolar do aluno trabalhador dos cursos noturnos. A pesquisa mostra ainda que houve um elevado número de alunos evadidos. Portanto, constata-se que a Secretaria da Educação teve suas preocupações apenas na expansão do ensino noturno e não na qualidade.

No mesmo sentido dos textos anteriores, na pesquisa “Perfil sociocultural de alunos trabalhadores do curso noturno de 2º grau através da análise de seu cotidiano”, a autora analisa o cotidiano de uma escola estadual de 1º e 2º graus, com turmas de 5ª a 8ª séries e do Ensino Médio no período noturno, localizada em um município industrial da Grande São Paulo. Como método, a pesquisadora frequentou o cotidiano da escola durante três meses para os registros das turmas e dos educadores. Ela realizou

entrevistas com alunos, professores, funcionários, pais e gestores e consultou documentos da secretaria da própria escola. A autora concluiu que a maioria das aulas ministradas no período noturno são espaços formalizados como “faço de conta que ensino e você faz de conta que aprende” (ZIBAS, 1993, p.197), o que permite inclusive que o professor diga em sala de aula “vou usar a aula para corrigir as provas que fizeram na aula anterior” (ZIBAS, 1993, p.197). Enquanto o educador faz esse trabalho, uma parcela de alunos estuda para outra prova, seja da mesma disciplina ou de outra matéria do currículo. Mas, com o passar do tempo, a maioria dos alunos começam a conversar, possibilitando reclamações dos alunos aplicados aos estudos que dizem: “aula de 40 minutos, que na verdade só tem 30, não dá nem para ler a matéria da prova, principalmente a de Português” (ZIBAS, 1993, p.197).

Maior envolvimento efetivo dos professores em projeto pedagógico que consideravam como conquista coletiva; dedicação mássica de alunos, com indicadores de diminuição da evasão e repetência e envolvimento da comunidade, tendo como consequência principal a interrupção de invasões e depredações do patrimônio (ZIBAS, 1993, p.199).

O contexto histórico vivido na época de queda do Governo Militar gerou a tentativa de instalação de um amplo projeto participativo em São Paulo, que culmina na elaboração do Estatuto do Magistério e em melhorias salariais para o funcionalismo público. Porém, esses fatores macropolíticos são insuficientes para determinar mudanças no sucesso ou fracasso escolar, do Projeto Ensino Noturnos na unidade escolar estudada e influenciando efetivamente no seu cotidiano.

“Alegria na escola do trabalhador: um modelo pedagógico que satisfaça ao trabalhador e lhe proporcione alegria no ato de aprender” é uma nota de pesquisa publicada em 1997. A autora aponta e discute o cotidiano escolar através de resultados obtidos por meio de uma análise bibliográfica, mostrando de que forma a continuidade e a ruptura devem ocorrer na educação do trabalhador. Para ela, os objetivos são transformar a realidade e propiciar o progresso individual e coletivo, através da ação, para a resolução de problemas cotidianos. A pesquisa mostra que o trabalhador sempre almeja um modelo pedagógico que lhe satisfaça e que lhe proporcione a alegria no âmbito escolar no processo de aprendizagem. Mas, segundo a autora, só pode ocorrer através de uma continuidade cultural entre a vida fora da escola e dentro dela. Desse modo, a escola tem a função de desempenhar a continuidade cultural que os jovens não encontram no seu cotidiano familiar, que remeta a reflexão, a criatividade e a

transformação de suas atitudes e se o modelo pedagógico não for atrativo, a escola se torna monótona e conseqüentemente é abandonada pelo aluno.

Na pesquisa participante “Ajuda ou trabalho? Experiências de alunos e alunas do Ensino Fundamental e suas relações com o Currículo” foram realizadas em escolas de Gramado, Porto Alegre, São Leopoldo, e Vacaria no Rio Grande do Sul. Os dados foram coletados por meio de questionário e entrevista, com estudantes e professores do Ensino Fundamental. As categorias de análise foram: trabalho, com a subcategoria de trabalho doméstico e currículo. As autoras apontam que o currículo da escola deve incluir questões do contexto onde a escola se localiza especificamente aspectos relacionados ao lazer e ao cotidiano de vida dos alunos que interferem positivamente no sucesso escolar. Na pesquisa, foi constatado que 88% dos alunos, com menos de 14 anos, trabalhavam em casa (47%); em casa de família (6,4%); como vendedores em armazém (3%); em oficina de carros (2,5%), e supermercado (2%) e, em percentuais inferiores, em loja, construção civil e na agricultura, além do trabalho informal.

“Moralidade, ética, autonomia e educação” é um artigo, ao qual, os autores relatam uma investigação desenvolvida com alunas do Projeto de Alfabetização de Adultos da Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR). O levantamento ocorreu no período de agosto de 1994 a julho de 1996, e trouxe reflexões sobre as representações de escola, conhecimento e condutas cognitivas, éticas e morais percebidas por estas alunas sobre o cotidiano escolar. A pesquisa centrou-se na questão da autonomia moral, intelectual e da inteligência prática, buscando subsídios para reflexão acerca de possibilidades da escola para o exercício da autonomia.

Nos textos agrupados nesta Categoria “Alunos”, segundo os autores, a escola praticamente desconhece a rotina do aluno trabalhador embora o trabalho do discente acarrete um elevado número de evasão. Os autores ao discutirem a escola noturna, onde a maioria dos alunos são trabalhadores, apontam que a grade curricular não é adequada a esse aluno. Segundo eles, o currículo escolar deve ser contextualizado trazendo temas relacionados ao trabalho, lazer e vida cotidiana dos alunos contribuindo assim para o seu sucesso escolar. Para os autores de modo geral, as escolas que oferecem o ensino noturno não estão preparadas para receber alunos trabalhadores e tendem a não considerar o quanto o trabalho do aluno interfere e determina aspectos do cotidiano da escola.

#### 4.5. Categoria 05: Aspectos Sócio-Políticos

A Categoria 05, intitulada “Aspectos sócio-políticos” apresentam 09 artigos que discutem a realidade de alunos e professores, incorporados no cotidiano escolar que estão discriminados no quadro a seguir.

**Quadro 29:** Relação das produções agrupadas na Categoria: Aspectos sócio-políticos

Ano	Volume/Número	Título
1985	v. 66/n.154	Educação formal em Salvador: um desencontro escola-comunidade.
1988	v. 69/n.162	Escola pública e democratização do ensino no município de São Carlos.
1988	v. 69/n.163	A escola pública: desestímulo ou desafio.
1991	v. 72/n. 172	Os filhos pródigos da educação pública: um estudo sobre os evadidos da escola pública num bairro periférico do município de Santarém.
1992	v. 73/n. 173	Alfabetização e representações do cotidiano na cidade do Rio de Janeiro
1992	v. 73/n. 175	Qual a escola que interessa às camadas populares? Estudo de uma experiência no bairro do Bengui, em Belém-PA.
1993	v. 74/n. 178	E continua o mundo encantado das cartilhas.
1997	v. 78/n.188,189, 190	Gênero e educação pública: uma comparação entre o CIEP e a Escola Comum.
2006	v. 87/n. 216	Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público: o caso da UFMG.

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

No texto “Educação formal em Salvador: um desencontro escola-comunidade” o autor discute as causas que levam alunos a praticarem atos de vandalismo contra estabelecimentos escolares públicos do município de Salvador do estado da Bahia. A pesquisa feita busca analisar o cotidiano escolar de alunos, professores, líderes comunitários, diretores ou vice-diretores que foram examinados por meio de questionários e entrevistas. Os alunos reconhecem que eles são os principais agentes das depredações escolares, fato que é justificado por ser uma forma de protesto contra o governo através da escola. Assim, afirmam que não estão completamente satisfeitos com o sistema educacional, principalmente quando a escola exerce um papel autoritário

e impõe sua concepção sobre os alunos. Em relação ao professorado, os alunos os têm como amigos, pois eles dão conselho sobre o dia-a-dia. Outras críticas dos alunos são em relação à higiene e a limpeza do ambiente escolar, ao material didático, ao espaço físico adequado e aos baixos salários dos professores. Os alunos apontaram como necessário maior policiamento, asfaltamento de ruas, melhora na limpeza pública, o transporte coletivo e o saneamento básico em torno da escola. Para os educadores, os alunos são realmente os principais responsáveis pelos atos de vandalismo no espaço escolar, remetendo as causas com a falta de educação familiar e ao status social entre os jovens. O autor conclui que a agressão do aluno é dirigida contra a escola e não diretamente contra o corpo docente, que é percebido como um companheiro na luta pela reforma e pela democratização do ensino. O autor indica que o cotidiano escolar é permeado por fatores extra-escola.

A educação em periferias urbanas empobrecidas é enfocada pelos autores no artigo “Escola pública e democratização do ensino no município de São Carlos”. As condições de ensino nestas escolas são comparadas e avaliadas frente a escolas situadas em bairros de classe média e no centro da cidade e freqüentadas por alunos provenientes de família de renda alta. As escolas são analisadas enquanto provedoras de mudanças social ou reprodutoras, as condições sociais econômicas e demográficas de alunos e professores e a relação de estabilidade entre professor e alunos. Concluindo-se que o cotidiano escolar é afetado pelas condições socioeconômicas.

Também no artigo “A escola pública: desestímulo ou desafio” os autores tratam do cotidiano escolar em periferias urbanas pobres. Para tanto é feito um mapeamento quantitativo das condições do ensino e da escola que evidencia graves problemas. Foram feitas observações sistemáticas do funcionamento da escola do Ensino Fundamental e Ensino Médio nos quatro turnos, além do levantamento de dados socioeconômicos dos alunos e moradores do bairro, inclusive dos aspectos demográficos e saneamento dos bairros. Por fim, conclui-se o quanto o cotidiano escolar é afetado pelas condições socioeconômicas dos alunos e de seus familiares no contorno escolar. Os dados coletados foram discutidos com o corpo docente e técnico das escolas, buscando formar grupos de discussões sobre o cotidiano escolar. Por fim, constatou-se que uma baixa taxa das crianças de 07 anos, teve acesso a escola; que há forte tendência seletiva na escola pública; elevados índices de insucesso escolar da 1ª para a 2ª série; elevadas taxas de atraso escolar à medida que progride a escolarização do aluno; expansão de rede física mais pela ampliação do número de salas de aula, do



que pela construção de escolas e existência mínima legal para o exercício do magistério do 1º grau e que quase 25% dos alunos da região estavam na época, 1988, fora da escola.

Na nota de pesquisa “Os filhos pródigos da educação pública: um estudo sobre os evadidos da escola pública, num bairro periférico do município de Santarém”, a autora discute o abandono precoce da escola pública por alunos do município de Santarém. Os resultados obtidos através de questionário revelaram que os principais motivos pelos quais os jovens se evadiam da escola, são questões financeiras e trabalho, não conseguindo conciliar as duas atividades. Para as alunas evadidas, os motivos de evasão estavam relacionados ao fato estarem grávidas ou por firmar matrimônio. Além dos fatores externos citados, os fatores internos no cotidiano escolar também favoreciam ao abandono, como: ensino de péssima qualidade, não cativante, a professora era muito rígida, monótono e com reprovações sucessivas.

No mesmo sentido, o artigo intitulado “Alfabetização e representações do cotidiano na cidade do Rio de Janeiro” as autoras investigam as representações que os alunos de uma escola pública de periferia constroem sobre o cotidiano escolar e sobre a cidade. Também foram analisadas as cartilhas e o material de apoio à alfabetização que retratavam ou não este cotidiano. Os resultados mostraram que, as cartilhas adotadas no cotidiano das cinco escolas públicas, apesar da literatura crítico social, sendo enfatizada nos anos 80 e 90, são distantes da vida real da maior parte da população que as utilizam. As autoras enfatizam a importância da leitura crítica no cotidiano escolar e da necessidade dos educadores se atentarem ao conteúdo do livro didático, e conseqüentemente da cartilha utilizada.

No artigo “Qual a escola que interessa às camadas populares? Estudo de uma experiência no Bairro do Bengui, em Belém-PA”, o autor busca estabelecer objetivos que fundamentem uma concepção pedagógica que atenda aos interesses das camadas populares. Sendo esses objetivos a formação de crianças, adolescentes, jovens e adultos capazes de gerar novos conhecimentos e de participar efetivamente do processo coletivo de construção de uma sociedade igualitária, justa e fraterna, buscando-se para tanto, implantar uma prática educativa que leve a classe trabalhadora a redescobrir seus valores e a desenvolver sua cultura, formando cidadãos, que lutem contra o individualismo e o egoísmo e em favor da solidariedade. Propõe ainda que como prática cotidiana, que os educadores desenvolvam uma postura crítica diante da realidade dos

alunos e que se inclua no próprio currículo de formação dos professores de 2º grau (Ensino Médio) a disciplina “Educação Popular”.

Esse mesmo discurso é retomado no texto “E continua o mundo encantado das cartilhas”, nele é feito um levantamento das cartilhas adotadas nas escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro e dos alunos que frequentam essas escolas. Verificando se que:

Nem sempre os alunos residiam com os pais ou, mesmo, tinham pai e mãe; com freqüência, moravam com avós, tias ou irmãos mais velhos. Quanto à escola, permaneciam situações de dificuldades, a exemplo da manutenção e conservação de prédios e instalações, material escolar, uniforme, locomoção dos alunos, evasão e repetência. Quanto ao trabalho, destacavam-se os problemas de desemprego, subemprego e instabilidade. Nem sempre os responsáveis estavam trabalhando, encontrando-se, com freqüência, pais que apenas faziam serviços, como vigias ou auxiliares de obras, e mães que também trabalhavam, por períodos curtos e incertos, como empregadas domésticas. O subemprego também alcança as crianças, que assumem trabalhos de guardadores de carro ou vendedores (de produtos diversos) nas ruas. Quanto à alimentação, observou-se, principalmente, a escassez e a qualidade deficiente, reduzida a farináceos (RANGEL, v. 74, n. 178, 1993, p. 646).

Concluindo, como no texto anterior, que os textos empregados no ato de ensinar, podem estar distantes do cotidiano vivenciado pelos alunos.

No artigo “Gênero e educação pública: uma comparação entre o CIEP e a Escola Comum”, as autoras apresentaram os resultados de uma pesquisa realizada na região metropolitana do Rio de Janeiro, no ano de 1995. Realizada em escolas comuns e em Centros Integrados da Educação da Básica (Cieps), em três áreas da Região Metropolitana, com pessoas de baixo extrato econômico, oriundos de etnias, raças, religiões e tipos de famílias diferentes. Foram analisadas a formação dos professores, o trabalho pedagógico, a qualidade do ensino, o sistema de avaliação, a evasão e repetência e a violência e sua repercussão em função do gênero. Problemas estes que segundo os autores, interferem na avaliação da qualidade de ensino. Destaca-se que a violência acaba penetrada no cotidiano escolar destas escolas. A questão do gênero revelou-se importante, para se compreender uma série de imagens, idéias ou disposições diferentes entre os alunos e seus responsáveis. As autoras concluem que a escola pública está despreparada, dadas às precárias condições físicas e recursos materiais e humanos de que dispõem, com projetos pedagógicos desvinculados da realidade dos alunos, pela socialização dos jovens nos códigos da violência. Propondo, como primeiro passo a ser dado em direção a uma educação de qualidade, a elaboração de um projeto pedagógico bem sustentado do ponto de vista teórico e prático na realidade do aluno.

No artigo “Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público: o caso da UFMG” é apresentado a rotina escolar e as vivências universitárias de estudantes pobres que ingressaram na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em Ciência da Computação, Comunicação Social, Direito, Engenharia Elétrica, Fisioterapia e Medicina. O autor busca entender as vivências de estudante de classe social baixa no ensino superior público, por ele considerado como espaço desigual e brutal para esses jovens. O autor conclui que a entrada em um curso superior oferecido pela universidade pública afeta até mesmo a rotina cotidiana desses sujeitos. Entrar para a universidade propicia a interação com práticas culturais como cinema, teatro, artes, literatura, e concertos, que não constam na vida do estudante pobre e ressignifica práticas cotidianas, tais como assistir TV, ouvir o rádio, ir aos barzinhos, ao shopping, à feira, a casa de amigos, festas e churrascos da turma de faculdade. Mas, a vida universitária requer algumas circunstâncias básicas, como dar respostas às necessidades econômicas, estabelecer uma vida de estudante, aceitar e se fazer aceito pelos colegas, desenvolver uma atuação participativa em sala de aula e consequentemente não se descuidar do rendimento acadêmico. Para os autores, a vida cotidiana dos jovens no interior da UFMG em específico, demonstram que os aparatos criados para dar sustentação aos alunos, estão obsoletos e limitados, necessitando ser recriados, para transformar uma trajetória de sucesso.

De modo geral, os estudos agrupados nessa Categoria, evidenciam que o cotidiano escolar é permeado pela realidade vivida pelos alunos e pelo entorno em que a escola se situa, sendo influenciado pelas condições socioeconômicas dos alunos. Estes estudos indicam o quanto à escola está distante da realidade dos alunos, enfatizando a importância desta aproximação, ou seja, que as vivências dos alunos sejam incorporadas ao cotidiano escolar.

#### **4.6. Categoria 06: Metodologia do Estudo do Cotidiano Escolar**

A Categoria intitulada, “Metodologia do Estudo do Cotidiano Escolar” contém apenas 01 artigo, que é relacionado ao procedimento metodológico, permitindo analisar o cotidiano escolar. O quadro a seguir apresenta o artigo da Categoria.

**Quadro 30:** Produção da Categoria: Metodologia do Estudo do Cotidiano Escolar

2008	v. 89/n. 221	Prática docente e discente em cadernos de ciências:
------	--------------	---

		desenvolvimento metodológico para percepção dos diferentes registros do cotidiano escolar
--	--	---

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.

No artigo “Prática docente e discente em cadernos de ciências: desenvolvimento metodológico para percepção dos diferentes registros do cotidiano escolar” as autoras buscam investigar se os registros em um caderno de Ciências, condizem com a introdução ao estudo da Química e da Física. A leitura do caderno foi realizada observando os seguintes parâmetros: identificação do autor/usuário do caderno; nível de ensino, professor, disciplina, datas, horários e local; a presença de escritas impostas e/ou livres; a presença de imagens, símbolos e comentários; a presença de elementos de prática científica; a identificação de práticas e estratégias docentes; identificação dos tipos de exercícios registrados nos cadernos. Foram coletadas informações em entrevistas com a usuária que cedeu o documento, incluindo alguns esclarecimentos sobre a escola e sobre sua avaliação escolar em Ciências, disciplina escolhida para análise. Através das “Regras de Convivência” na primeira folha do caderno, foi detectado que o cotidiano escolar destaca-se por meio da disciplina com bastante rigidez. Como por exemplo, o item 04 “Assumir sempre seus atos” e o 07 “Participar sempre das aulas”. A leitura do caderno indica os erros de Língua Portuguesa por parte da professora e da aluna, escrita no quadro-negro e no caderno respectivamente.

Para as autoras o cotidiano escolar pode ser assim analisado por meio de cadernos escolares, pois mesmo que tenha que ser complementados por outros documentos escolares e entrevistas mostrou ser um instrumento útil para este estudo.

#### **4.7. Considerações sobre cotidiano escolar na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: Análise Qualitativa**

Nessa etapa, procurou-se analisar qualitativamente os artigos sobre o cotidiano escolar publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos entre os anos de 1984 a 2014.

A partir da análise de conteúdo das produções, foi possível criar 06 categorias, considerando os autores escolares investigados, a problemática investigada, os principais resultados e as considerações dos autores. Pois, a maioria dos textos que abordam o cotidiano escolar, o fazem focando pontos específicos o que inclusive

permitiu que fossem agrupados em categorias. O foco ficou em torno do rendimento escolar, desenvolvimento cognitivo, alfabetização, formação docente etc.

Por meio da análise qualitativa, buscou-se, apreender a concepção de cotidiano escolar veiculada nas publicações dos autores. O estudo permitiu chegar às seguintes conclusões:

- É de suma importância conhecer o contexto social de alunos e de professores, para se obter uma ação transformadora, aspectos esses que interferem diretamente no processo cotidiano de ensino e aprendizagem.

- A partir do processo de construção de normas no cotidiano escolar, surgem as possibilidades de reflexão a respeito de saberes ético e de ações educativas por parte dos alunos, tornando os educadores mais aptos a lidar com os conflitos existentes no cotidiano escolar.

- Cabe aos educadores a função de despertar um maior interesse nos alunos, reformulando as suas práticas pedagógicas, que devem contribuir positivamente para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

- O uso de tecnologias como ferramenta no cotidiano escolar ainda é bastante tímido e o livro didático não é a única ferramenta importante para o processo de ensino e aprendizagem estando muitas vezes distante da realidade de alunos e professores.

- O cotidiano escolar é influenciado diretamente por fatores extras escolares que interferem no desempenho escolar

- O planejamento, o currículo e a capacitação docentes são considerados importantes na medida em que contribuem para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

- A sociedade praticamente desconhece a realidade do cotidiano escolar e da rotina de alunos e de professores, que podem apresentar um elevado número de alunos evadidos, conflitos, defasagem de aprendizagem, falta de recursos físico e pessoal, entre outros. Os fatores internos influenciam diretamente no processo de ensino e aprendizagem ao qual é permeado por fatores extras escolares, concluindo que o cotidiano escolar é afetado pelas condições socioeconômicas.

Os fatores internos e externos enfrentada pelo país nos últimos anos que levaram a crise educacional atual, são confirmados pelos problemas políticos partidários, ao qual permite discutir no campo das políticas publicas o contexto de fracasso e sucesso escolar. Os Projetos educacionais iniciados por alguns governantes e secretários de educação em níveis federais, estaduais ou municipais são interrompidos por outros

políticos ao longo dos anos, com um discurso partidário contrário sem fundamento. Independente das produções da RBEP, que ora apresentaram o sucesso escolar ou ora o fracasso escolar, os autores relacionaram suas pesquisas as questões econômicas, políticas ou sociais. As reivindicações por meio de discussões para uma educação de qualidade, obviamente é interesse coletivo, seja por pais, professores ou alunos. Essa análise qualitativa é exigida nas questões educacionais que só podem ser resolvidas com pesquisas no cotidiano escolar e conseqüentemente por debates em assembleias e conselhos em âmbito escolar. Os maiores interessados pelas melhorias educacionais sem soma de dúvida é a comunidade escolar que defendem o sucesso para seus filhos, pressionando professores, gestores e secretários de educação, ao qual quanto maior a esfera menos pressão é exercida. Mas, pode-se admitir que uma cobrança por parte dos pais, não exige conhecimentos educacionais, pois ao adentrar no cotidiano escolar visivelmente encontram-se os problemas como falta de professores, turmas lotadas, infra-estruturas precárias e materiais didáticos longe da realidade do alunado.

Pode-se dizer que através das leituras dos artigos e da categorização dos mesmos, o cotidiano escolar é apresentado aos leitores como um espaço a ser desvendado, pois está fragmentado, não sendo possível perceber em sua totalidade. Os textos em sua maioria não remetem uns aos outros e com isso, não se consegue formular uma concepção sólida e fundamentada sobre a temática. Isso permite formular algumas concepções sobre cotidiano escolar, pois os autores dos textos não o definem com nitidez por não tratar de uma revista temática. Daí se justificativa o porquê mergulhar no cotidiano de uma escola implique o acompanhamento de vários anos.

Há uma exceção com as pesquisas de Mary Rangel, que contribuiu com a RBEP em autoria e co-autoria os textos intitulados de “Alfabetização e Representações do cotidiano na cidade do Rio de Janeiro”, “E Continua o Mundo Encantado das Cartilhas”, “A Imagem Real e a Imagem Ideal do “Bom Aluno”” e “O “problema” da “cola” sob a ótica das representações”. Os resultados demonstram à predominância de abordagens ligadas nas diversas categorias criadas nesse trabalho sobre o cotidiano escolar, como: a alfabetização, o material de didático, alunos, professores, valores e representação social.

Não detectou uma única metodologia, foram utilizadas pesquisas etnográficas, observações, estudos de caso, entrevistas, que, aliás, é percebê-lo a partir da visão do outro. Uma proposta metodológica para melhor compreender o cotidiano escolar está embasada, conforme André (2004, p. 09), “os estudos diários na escola devem focar as

relações sociais que se configuram nesse espaço e sugere a pesquisa etnográfica para esse tipo de estudo”.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a temática do cotidiano escolar na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1984 a 2014) leva a entender o que se passa nas escolas do país. Os autores, por meio das pesquisas teóricas e empíricas, estudaram e analisaram esse processo educacional, considerando-os positivos ou negativos em seus artigos.

Contudo, as produções selecionadas apresentaram-se como pesquisas a serem ainda desvendadas, abrindo caminhos para possíveis interpretações nas áreas econômicas, pedagógicas, sociológicas, antropológicas, históricas, dentre outras.

A princípio, houve um questionamento se a Revista poderia ou não apresentar um estudo de conhecimento sobre a temática, pois sua vasta produção aumentou as possibilidades e tentativas de respostas para a pesquisa.

As indagações ao longo da pesquisa estiveram voltadas para explanação da temática a professores, gestores, pesquisadores da educação e a leigos que queiram lidar com respostas do que ocorrem no âmbito de escolas privadas e públicas do país. Em muitos casos, os problemas estão ligados à aprendizagem, violência, estrutura física, má formação de professores, os mesmos apresentados por autores que publicaram na Revista.

Para ampliar a discussão sobre a problemática, as resoluções se tornam distantes, diante das realidades e atitudes tomadas cotidianamente por pais, professores, gestores e alunos, levando ao sucesso ou ao fracasso no cotidiano de escolas no país.

Por meio das produções, foi percebido que os autores buscaram apresentar assuntos cotidianos, ou seja, aqueles que estão voltados para determinadas escolas e espaços isolados e que raramente mostraram uma preocupação com as demais instituições escolares pelo país, exceto quando analisadas e julgadas por críticos.

Desse modo, ficou evidente que as ênfases estão em graus de ensino distintos e há uma diversidade de temas e preocupações dos autores, indicando que não houve esse acúmulo de conhecimento na medida em que uma produção ou um autor não se remete ao texto escrito por outro.

Embora haja diferenças em função do decênio analisado, o Ensino Fundamental prepondera em quase todos eles como objeto de análise. A queda no número de artigos publicados está relacionada ao fato de que as pesquisas sobre cotidiano escolar tem diminuído. Essa questão que deve ser melhor investigada, visto que, pode indicar um



desinteresse por parte dos pesquisadores ou que o periódico, não tem sido o meio privilegiado para publicações que abordam este tema.

A pesquisa fluiu em dois momentos. Inicialmente, foi realizado o levantamento das produções sobre o cotidiano escolar através da classificação da leitura dos títulos e subtítulos, resumos, palavras-chave que abordaram a temática.

Foram identificados durante o recorte de 30 anos de produção na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, temas referentes às produções do cotidiano escolar, publicações anuais e em decênios; identificação de autores que mais produziram e sua afiliação institucional; produções por regiões e estados geográficos; levantamento de pesquisa empírica ou revisão bibliográfica; os autores mais citados nos artigos produzidos e níveis de ensinos analisados pelos autores.

Assim, buscou-se identificar, mapear e analisar as produções, cotejando as características e tendências na historiografia da educação no Brasil, produzido no periódico.

É de suma importância ressaltar que alguns dados levantados foram codificados em 30 quadros, 04 gráficos e 02 mapas no corpus do texto. A identificação através dos critérios de seleção com o título e subtítulo, apresentou um maior número de artigos para a seleção, com um total de 43 produções, perfazendo mais de 61% delas. A partir das informações mapeadas, percebemos que o primeiro decênio correspondeu-se a 45 produções, com pouco mais de 64%. A seção “Estudos” foi a que mais contribuiu para o levantamento da pesquisa, com um total de 49 artigos, representando 70%.

Com a forte tendência de publicações que giraram em torno do Ensino Fundamental, a temática foi abordada em 55 produções, representando mais de 78%, aparecendo 34 vezes no primeiro decênio. As Práticas Pedagógicas foram os assuntos mais abordados, estando presente nos três decênios, enfocado explicitamente em 39 produções, com quase 56% do total.

Para identificar qual gênero mais contribuiu com as produções referentes ao cotidiano escolar, o destaque ficou por conta das mulheres, com quase 83%, confirmando que a literatura indica a área de educação como majoritariamente feminina. Nesta perspectiva, o estudo averiguou a produção dos autores que contribuem com os estudos pedagógicos a fim de analisar a situação do cotidiano escolar na Revista.

Em relação ao mapeamento propriamente dito no país, os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, juntos somaram 41 produções, com mais de 58%. Em

contrapartida, em 12 estados da federação não apresentaram produções que contribuíssem à pesquisa.

O levantamento e a leitura dos artigos projetaram a construção de um mapa quantitativo, com possibilidades para a criação das Categorias: Organização e Funcionamento Escolar; Métodos de Ensino; Professores; Alunos; Aspectos sócio-políticos e Metodologia do Estudo do Cotidiano Escolar.

Em um segundo momento, partimos para a análise de conteúdo dos 70 textos que constituíram a pesquisa documental. Os dados da análise permitiram identificar e caracterizar as temáticas que têm perpassado o ensino brasileiro em sua história, retratado em questões que permeiam o cotidiano escolar. Além do mais, a Revista dispõe de um vasto material publicado pelos autores a mais de 70 anos, podendo sem sombra de dúvidas, contribuir para a pesquisa denominada “Estado da Arte”.

Os referenciais teóricos identificados nos artigos serviram para análise do cotidiano escolar na RBEP, se centraram nos seguintes autores: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Denise Jodelet, Jean Piaget, Serge Moscovici, Maria Helena Souza Patto, Marli Elisa Dalmazo Afonso André, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Henry Giroux, Philippe Perrenoud e Mary Rangel. Ao observar esse referencial, percebe-se que eles foram utilizados de forma fragmentada pelos autores e que não discutem o cotidiano escolar em sua totalidade.

Em diferentes obras, o cotidiano escolar é analisado como um espaço a ser desvendado por meio das representações de cada indivíduo que compõe o âmbito educacional. Porém, em geral a diversidade das investigações parece predominar. As produções evidenciaram que as ênfases estão em graus de ensino distintos e que um leque de temas e preocupações que são focalizadas, parecendo-nos que não há acúmulo de conhecimento sobre o cotidiano escolar, na medida em que um texto ou um autor não se remete ao texto escrito por outro pesquisador. Os autores referenciados nos textos da REBP não são fundamentados para o conhecimento do cotidiano, mas foram citados por apontar assuntos ligados a escola. A RBEP, não recebe apenas artigos de uma corrente ideológica, por isso não há uma definição específica do cotidiano escolar pelos autores que publicaram na Revista no recorte da pesquisa.

Neste estudo, com base nos autores mencionados anteriormente, entende-se por cotidiano escolar o espaço para o processo de ensino e aprendizagem, o local em que os conflitos entre os sujeitos escolares emergem, onde os desafios no estágio de formação de professores se evidenciam, se articulando como um espaço cultural para os jovens, e

é possível observar as relações entre professor e aluno, espaço este permeado pela arte, política, filosofia e outros saberes. Assim, o cotidiano escolar é muito complexo para uma compreensão momentânea, tendo de ser analisado em todos os aspectos.

Mesmo possuindo um vasto material de estudos pedagógicos, o cotidiano escolar fica na banalidade, pois não há concepção de cotidiano pelos autores, ou seja, não aprofundam sobre a temática. As variáveis não têm uma definição e concepção do cotidiano escolar, pois há variáveis existindo uma confusão do objeto do estudo.

É importante salientar que ao aprofundar no estudo do cotidiano escolar na RBEP, só pode ser possível a partir da análise do empirismo humano, ou seja, sem esse percurso, o estudo não superará os registros das banalidades. Desse modo, não compreender o cotidiano escolar em sua profundidade torna-se superficial e banal e conforme Azanha (1994, p.33), existe “um verdadeiro barateamento do estudo do tema como se o simples fato de registrar o dia-a-dia fosse em si mesmo, algo cientificamente relevante”.

Por fim, durante o recorte de 30 anos do foco da pesquisa, identificou-se que as produções mapeadas e analisadas estão ligadas diretamente à temática do cotidiano escolar e que a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos de 1984 a 2014, apresentam através de seus autores, textos referentes à temática proposta na pesquisa, mas que não foram constantes nos três decênios, e que não abrangiu todas as regiões brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Taís Fim; et all. Dinâmicas de grupo orientadas pelas atividades de estudo: desenvolvimento de habilidades e competências na educação profissional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 95, n. 240, p. 346-362, maio/ago. 2014.

ALMEIDA, Stela Borges de. Escola Parque da Bahia (1947-1951). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 69, n.163, p. 611-612, set./dez. 1988.

ALMEIDA, Urbano de. ; et all. A seletividade escolar em suas relações com o modo de produção capitalista - um estudo das relações sociais no interior da escola a partir da avaliação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 69, n.161, p. 186-188, jan./abr. 1988.

ALVES, N. A experiência da diversidade no cotidiano e suas conseqüências na formação de professoras. In: FILHO, Aldo Victorio; MONTEIRO, Solange Castellano Fernandes (orgs.). *Cultura e conhecimento de professoras*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. (org.) et all. *A invenção da escola a cada dia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

\_\_\_\_\_. “A narrativa como método na história do cotidiano escolar.” Disponível e: [www.bliiotcadominiopublico.com.br](http://www.bliiotcadominiopublico.com.br). Acesso em 05/ março/2009.

\_\_\_\_\_. *Cultura e cotidiano escolar*. 25a Reunião Anual da ANPED. Maio/Jun/Jul/Ago Nº 23, Caxambu, MG, 2003. p. 62-74.

\_\_\_\_\_. Decifrando o pergaminho – os cotidianos das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês Barbosa de (orgs.). *Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas sobre redes de saberes*. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

\_\_\_\_\_. *O espaço escolar e suas marcas – o espaço escolar como dimensão material do currículo*. Rio de Janeiro: D, P & A, 1998.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmaz de. *A Pesquisa no cotidiano escolar*. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. *Cotidiano escolar e práticas sócio-pedagógicas*. In: Em Aberto, Brasília: MEC/INEP, v.11, n.53, jan-mar 1992, p.29-38.

\_\_\_\_\_. *O cotidiano escolar, um campo de estudo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 9-19.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade*. *Cadernos de Pesquisa*, n. 113, julho, 2001.

\_\_\_\_\_. *Pesquisas sobre a escola e pesquisas no cotidiano escolar*. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, v. 10, n. ESPECIAL, p. 133- 145, 2008.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de.; et all. O cotidiano da escola normal e a comunicação de um novo saber e um novo fazer didático. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 70, n.165, p. 279-392, maio/ago. 1989.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de.; et all. Revitalização da escola normal. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 67, n.156, p. 467-469, maio/ago. 1986.

ANDRÉ, M. E. D. A. (org.) et all. Pedagogia das Diferenças na sala de aula. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/ranking>>. Acesso em 22 set. 2013.

AURELIO, Dicionário. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/Cotidiano.html> <Acesso em 15 out.2013.

AZÂMOR, Cristiany Rocha; NAIFF, Luciene Alves Miguez. Representações sociais da avaliação da aprendizagem em professores do ensino público fundamental de Niterói. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 90, n. 226, p. 650-672, set./dez. 2009.

AZANHA, José Mario Pires. O estudo do cotidiano: alguns pontos a considerar. Cadernos CERU, nº 5 – Série 22 – p. 32-35, EDUSP- FAPESP, 1994.

AZEVEDO, F. Manifesto dos Educadores: Mais uma Vez Convocados (Janeiro de 1959). Documento. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.205–220, ago2006 – Disponível em: <http://www.escolanova.net/pages/convocados.htm> <Acesso em 16/abril/2014>.

AZEVEDO, Nair Correia Salgado; BETTI, Mauro. Escola de tempo integral e ludicidade: os pontos de vista de alunos do 1º ano do ensino fundamental. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 95, n. 240, p. 255-275, maio/ago. 2014.

BARBANTI, Maria Lucia S.H. Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 65, n. 152, p. 65-76, jan./abr. 1985.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: 70, 1977.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. O público e o privado na expansão do ensino supletivo em São Paulo. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 70, n.164, p. 07-34, jan./abr. 1989.

BARRETTO, E. S. S. et al. Avaliação na educação básica nos 90 segundo os periódicos acadêmicos. Cad. Pesqui., 2001, no.114, p.49-88.

BAUER, Martin W. (2002). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George, Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.

BECHARA, E. Dicionário da Língua Portuguesa Evanildo Bec - Novo Acordo Ortográfico. Editora: Nova Fronteira, 2011.

BELLINI, Luzia Marta; RUIZ, Adriano Rodrigues. Moralidade, ética, autonomia e educação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.78, n.188, 189, 190, p. 216-235, jan./dez. 1997.

BEVILACQUA, Maria Cecília; et all. Triagem auditiva em escolares. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 66, n.154, p. 549-554, set./dez. 1985

BIESTA, G. Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano. Tradução Rosaura Eichenberg. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Coleção Educação: Experiência e Sentido, 2013.

BONTEMPI JR, B. A história da educação na Rbep (1999-2011). Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 93, n. 234, [número especial], p. 502-518, maio/ago. 2012.

BOURDIEU, P. “A escola conservadora – as desigualdades frente à escola e a cultura”, Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 10, p. 3-15, dez. 1989a.

\_\_\_\_\_. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998

\_\_\_\_\_. Escritos de Educação. Org. Maria Alice e Afrânio Catani. 9ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989b.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRANDÃO, Zaia. Diálogo com Anísio Teixeira sobre a escola brasileira. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 80, n.194, p. 95-101, jan./abr. 1999.

BRASIL. Decreto-Lei nº 580, de 30 de Julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Disponível em: < [http://download.inep.gov.br/aceso\\_a\\_informacao/base\\_juridica/decreto\\_lei\\_n580\\_3007\\_1938\\_instalacao\\_inep.pdf](http://download.inep.gov.br/aceso_a_informacao/base_juridica/decreto_lei_n580_3007_1938_instalacao_inep.pdf)> Acesso em 13 abr. 2015.

BRASIL. Estatuto da Criança de do Adolescente. Capítulo IV 1990. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm) >. Acesso em 21 set. 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: < <http://provabrazil.inep.gov.br/> > Acesso em 29 set. 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) >. Acesso em 21 set. 2013.

BRASIL. A Lei Nº 7.398 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7398.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7398.htm)> Acesso em 02/jul/2014.

BRASIL. Lei n. 12.796, de 04 de abril de 2013. Obriga a matrícula de crianças na educação básica aos 04 anos a partir de 2016. Artigo 6º Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 02/abril/2014.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. in Diário da União, ano CXXXIV, n. 248, 23.12.1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/enempoescola2012> >. Acesso em 05 out. 2013.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.126p.

BRASIL. Projeto de Lei 2728/2007. Altera o art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e autoriza a criação, pela União, do Programa Nacional de Uniforme Escolar. <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=382649>> Acesso em 04 out. 2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Cartilha para conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Tribunal de Contas da União. 5. ed. Brasília: TCU, 2010.

BRITO, Zeila Fabri Dematini. Velhos mestres das novas escolas: um estudo das memórias de professores da 1ª República em São Paulo. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 65, n. 150, p. 473-476, maio/ago. 1984.

BRZEZINSKI, I.; GARRIDO, E. Análise dos trabalhos do GT Formação de professores: o que revelam as pesquisas no período 1992-1998. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 18, p. 82-100, 2001.

BUARQUE, Lair Levi. Estilos de desempenho de professoras da 1ª série e seus efeitos sobre a aprendizagem da leitura. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 71, n.167, p. 32-50, jan./abr. 1990.

BUENO, Belmira Oliveira; GARCIA, Tânia Figueiredo. Êxito escolar: as regras da interação na sala de aula. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 77, n. 186, p. 263-281, maio/ago. 1996.

BUFFA, E. Os conflitos ideológicos ocorridos durante a tramitação da lei de Diretrizes e Bases e a participação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília: INEP, v. 65, n. 150, p. 301-313, maio/ago, 1984.

CAMPANI, Adriana. Educação patrimonial: uma experiência em busca de uma inovação no ensinar e no aprender. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 78, n.188, 189, 190, p.07-21, jan./dez. 1997.

CANDAU, V.M.F. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. *Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011. Disponível em: [www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org) <Acesso em 10/jan/2014>

\_\_\_\_\_. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 37 jan./abr. 2008, p. 45 - 56.

\_\_\_\_\_. Sociedade, Cotidiano Escolar e Cultura(s): uma aproximação. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. p. 125- 161.

CANDAU, V.M.F; MOREIRA, A. F. B. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação*. Maio/Jun/Jul/Ago nº 23, 2003.

CAPANEMA, G. Apresentação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro: INEP: v. 1, n.1, p. 3-4, julho, 1944.

CARDOSO, Jarbas José. Gestão compartilhada da educação: a experiência catarinense. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 76, n. 182, 183, p. 139-170, jan./ago. 1995.

CARRAHER, Terezinha Nunes, et all. Proporcionalidade na educação científica e matemática; desenvolvimento cognitivo e aprendizagem. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 67, n.157, p. 586-602, set./dez. 1986.

CARRAHER, Terezinha Nunes. Proporcionalidade na educação científica e matemática: quantidades medidas por razões. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 67, n.155, p. 93-107, jan./abr. 1986.

CARRAHER, Terezinha Nunes, et all. Proporcionalidade na educação científica e matemática; uma análise de tarefas piagetianas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 67, n.156, p. 367-379, maio/ago. 1986.

CARVALHO, Luciana Ramos Rodrigues de; OLIVEIRA, Francismara Neves de. Quando o jogo na escola é bem mais que jogo: possibilidades de intervenção pedagógica no jogo de regras Set Game. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 95, n. 240, p. 431-455, maio/ago. 2014.

CARVALHO, Marlene Alves de Oliveira; BORGES, Esther kraizer. Estudo de caso de alunos de classes de alfabetização que apresentam dificuldades de aprendizagem de leitura e/ou de adaptação à vida escolar. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 67, n.157, p. 650-657, set./dez. 1986.

CARVALHO, M. S. A pesquisa educacional sobre a escola pública de ensino fundamental, nos projetos e relatórios de pesquisa elaborados por docentes das



universidades brasileiras. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, 180 f.

CASTRO, A. D. A didática na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos um percurso de quatro décadas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 65, n. 150, p. 291-300, maio/ago, 1984.

CATANI, Afrânio Mendes; et all. Ensino de segundo grau e mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 70, n.165, p. 208-223, maio/ago. 1989.

CATTANI, Denise et al. (Org.). *Docência, memória e gênero. Estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

CATANI, D. B.; FARIA FILHO, L. M. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPED (1985- 2000). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 113-128, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história/Michel de Certeau*; tradução de Maria de Lourdes Menezes; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de.; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2, morar, cozinhar*. Petrópolis: 1996.

CHARLOT, B. O sujeito e a relação com o saber. In: Raquel Lazzar Leite Barbosa (org.). *Formação de Educadores: desafios e perspectivas*. Editora Unesp, 2003.

COSTA, Maria Tereza Amaral; et all. A escola de 1º grau noturno e o compromisso com o aluno trabalhador. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 73, n. 175, p. 567-612, set/dez. 1992.

CURY, Iara leme Russo; Pezzato, João Pedro; Shimizu, Rita de Cássia Gromoni. Tendências das Pesquisas no Campo do Currículo na Associação Nacional de Pós Graduação em Educação: Brasil 2003 a 2012. VII Fórum NEPEG de Formação de Professores de Geografia. *Anais*. Caldas Novas/Goiás, p. 687-704, 2014.

CRESPO, Dilza Cozendey; et all. Instituto de educação - uma prática pedagógica inovadora. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 70, n.164, p. 35-54, jan./abr. 1989.

DAVIS, Claudia; ESPÓSITO, Yara Lúcia. A prática pedagógica na escola publica de periferia: um estudo sobre as possibilidades de aprendizagem nas series iniciais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 70, n.166, p. 472-475, set./dez. 1989.

DECRETO nº 71.407, de 20 de novembro de 1972. Dispõe sobre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/aceso\\_a\\_informacao/base\\_juridica/decreto\\_lei\\_n71407\\_20111972\\_mudanca\\_institucional.pdf](http://download.inep.gov.br/aceso_a_informacao/base_juridica/decreto_lei_n71407_20111972_mudanca_institucional.pdf). <Acesso em 15/maio/2014>

DECRETO nº 29.741 em 11 de julho de 1951. Assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>. <Acesso em 15/maio/2014>

DECRETO-LEI n.580. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-580-30-julho-1938-350924-norma-pe.html>. <Acesso em 06/jan/2014> .

EZPELETA, J.; ROCKWELL E. A ESCOLA: relato de um processo inacabado de construção. Centro de Investigación y de Estudios Avanzados Instituto Politécnico Nacional México, México. Currículo sem Fronteiras, v.7, n.2, pp.131-147, Jul/Dez 2007. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol7iss2articles/rockwell-ezpeleta.pdf> > Acesso em 05 out. 2013.

FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: Editora da USP. 1994.

FERNANDES, Vânia Maria Bernardes Arruda; et all. Variantes linguísticas empregadas pela escola e pelos alunos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 66, n.153, p. 361-365, maio/ago. 1985.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas "estado da arte". Educação & Sociedade, Campinas, SP, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FIALHO, Jose Renato Duarte; et all. Análise dos egressos de escolas agrícolas de 2º grau: subsídios à avaliação curricular. RS 1983-1984. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 66, n. 153, p. 353, maio/ago. 1985.

FIGUEIREDO, Odineia Telles; et all. A escola pública: desestímulo ou desafio. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 69, n.163, p. 405-408, maio/ago. 1988.

FIGUEIREDO, Odineia Telles; et all. A escola pública: desestímulo ou desafio? (Um estudo do cotidiano escolar e da Representação dos Docentes). Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 71, n.168, p.184-188, maio/ago. 1990.

FIOD, Edna Garcia Maciel; GONÇALVES, Maria Esmeria Ribeiro. O papel da escola na construção de uma sociedade democrática. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 68, n.158, p. 213-218, jan./abr. 1987.

FOSNOT, C.T. Constructivism. New York: Teacher College Press, 1996.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 27ª Ed Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRANÇA, Jussara. Racismo e Sexismo nas Escolas. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 70, n.166, p.463-466, set./dez. 1989.

FRANCO, Maria Aparecida C.; et all. O papel do professor e sua construção no cotidiano escolar - um estudo sobre o professor de 2º grau no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 66, n.154, p. 416-431, set./dez. 1986.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa; et all. Acompanhamento de egressos de escolas técnicas agrícolas: uma oportunidade para a análise da função social do ensino técnico. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 67, n.156, p. 477-479, maio/ago. 1986.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'água, 1994.

FREITAG, Bárbara. Alfabetização e linguagem. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 70, n.166, p.317-345, set./dez. 1989.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal/Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 48ª edição. São Paulo: Global, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo A.; ALVES, Júlia Falivene. O Ensino de História na Escola Técnica: Teoria e Prática. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 75, n.179, 180, 181, p.118-131, jan./dez. 1994.

GALVÃO, I. Cenas do cotidiano escolar: conflito sim, violência não. Petrópolis, Vozes, 2004.

GANDINI, R. Intelectuais, estado e educação: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1952). Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1995.

GATTI, Bernardete A. Estudos quantitativos em educação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GINZBURGO, C. II fromaggio e i Verni. Turim, Einaudi, 1976.

GOMES, Candido Alberto; et all. Reforço escolar: gastos e desigualdades sociais. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 91, n. 227, p. 55-74, jan./abr. 2010.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin; PIOVESAN, Orene Maria. Os professores do sexo masculino no ensino “primário”: um corpo estranho no cotidiano das escolas públicas do Rio de Janeiro (Brasil) e de Aveiro (Portugal). Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 89, n. 226, p. 636-649, set./dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Processo de construção de normas na escola e formação para a cidadania. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 87, n. 216, p. 210-219, maio/ago. 2006.

HADDAD, F. Apresentação: Educação e sistema: a questão educacional atual. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 86, n. 212, p. 7-10, jan./abr. 2005.

HADDAD, Sérgio Maria; et all. Perfil do atendimento em alfabetização de jovens e adultos no estado de São Paulo. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 74, n. 178, p.495-528, set./dez. 1993.

HAJE, Salomão Antônio Mufarrej. Qual a escola que interessa às camadas populares? Estudo de uma experiência no bairro do Bengui, em Belém-PA. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 72, n. 175, p.567-612, set/dez. 1992.

HELLER, A. O cotidiano e a história. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. Sociología de la vida cotidiana. Trad. J. F. Yvars e E. Pérez Nadal. Barcelona: Península, 1977.

HOFFMANN, J. M.L. Avaliação: mito e desafio uma perspectiva construtivista. Educação e Realidade, Porto Alegre, 1991.

MORAES, J. S. (org). O Inep na visão dos pesquisadores. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Rbep): espelho da ação do Inep. Jader de Medeiros Britto. INEP. Brasília, D.F, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007 / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: Inep, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). História do Inep. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/conheca-o-inep> <Acesso em 30/nov/2013>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Institucional 70 anos. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/institucional70anos>. <Acesso em 14/abril/2013>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Portaria nº 2.255, de 25 de agosto de 2003/Finalidades do Inep. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/institucional-finalidades> <Acesso em 30/nov/2013>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Relatório de Gestão do Inep em 2005. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/download/inep/relatorio\\_gestao2005.pdf](http://download.inep.gov.br/download/inep/relatorio_gestao2005.pdf) < Acesso em 06/Jan/2014>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Relatório do Inep 50 anos, 1987. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/institucional-historia> < Acesso em 07/jan/2014>

JÚNIOR, Amarílio Ferreira; BITTAR, Marisa. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 80, n.196, p. 472- 482, set./dez. 1999.

KRAHE, Elizabeth Diefenthaler; et all. Práticas de pesquisa: como acontecem nas escolas de 2º e 3º graus. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 73, n. 173, p. 193-198, jan./abr. 1992.

KRAMER, Sonia; et all. Um mergulho na alfabetização ou: Há muito o que revelar sobre o Cotidiano da Escola. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 68, n.158, p.65-97, jan./abr. 1987.

KRAMER, Sonia. Melhoria da qualidade do ensino: o desafio da formação de professores em serviço. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 70, n.165, p.189-207, maio/ago. 1989.

KRIPPENDORFF, K. Metodologia de análise de conteúdo: teoria e prática. Barcelona, Ediciones Paidós, 1990.

LAVE, J.; WENGER, E. Situated learning. Legitimate peripheral participation. Cambridge University Press, 1991.

LEÃO, Andreza Marques de Castro; COSTA, Maria da Piedade Resende da. Inclusão: a expectativa do professor quanto ao desempenho acadêmico do aluno surdo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 86, n.213, 214, p. 88-109, maio/dez. 2005.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.

LEI nº 1.310 de 15 de Janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/a-criacao> < Acesso em 15/maio/2014>

LEI nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> < Acesso em 15/maio/2014>.

LEI nº 5.692/71. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm) < Acesso em 07/jan/2014>.

LEITE, Sérgio Antonio da Silva; PALMA, Luciane Vieira. Teoria e prática de professores considerados construtivistas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 75, n.179, 180, 181, p. 170-210, jan./dez. 1994.

LINHARES, Célia Frazão Soares. Trabalhadores sem trabalho e seus professores: um desafio à formação docente. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 73, n. 173, p.105-130, jan./abr. 1992.

LOURENÇO FILHO. Antecedentes e primeiros tempos do INEP. *Revista Brasileira de*

Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: INEP, v. 42, n. 95, set/dez, p. 8-17, 1964.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström; HILDEBRAND, Armando. São necessários os exames escolares? Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 81, n.198, p. 342-346, maio/ago. 2000.

LUSCHER, Ana Zuleima de Castro; MAFRA, Leila Alvarenga. O ensino de 2º grau em Minas Gerais: expansão e desenvolvimento (1971-1984). Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 68, n.160, p. 584-615, set./dez. 1987.

K. Dictionaries Ltd. Disponível em: < <http://pt.thefreedictionary.com/quotidiano>> Acesso em 15 out. 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARIN, A.; BUENO, J. G.; SAMPAIO, M. M. Escola como objeto de estudo nos trabalhos acadêmicos brasileiros: 1981/1998. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, São Paulo v. 35, n. 124, p. 1-23, jan./abr. 2005.

MASSCHELEIN, J. Em defesa da escola: uma questão pública. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2013.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. Etnografia crítica de sala de aula: o professor pesquisador e o pesquisador professor em colaboração. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 76, n. 182, 183, p. 98-116, jan./ago. 1995.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de; et all. Fracasso escolar: imagens de explicações populares sobre “Dificuldades Educacionais” entre jovens das áreas rural e urbana do estado do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 73, n. 174, p.361-379, maio/ago. 1992.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Representações de professores sobre o cotidiano escolar. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 87, n. 216, p. 198-209, maio/ago. 2006.

MEIRA, Luciano de Lemos; FALCÃO, Jorge T. da Rocha. O computador como ferramenta instrucional. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 78, n.188, 189, 190, p. 236-261, jan./dez. 1997.

MEIRA, Luciano de Lemos; FALCÃO, Jorge T. da Rocha. Computadores na escola: premissas docentes e institucionais em Campo Grande-MS. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 75, n.179, 180, 181, p. 301-371, jan./dez. 1994.

MELLO, Ediruald de; COSTA, Messias. Padrões mínimos de oportunidades educacionais: uma proposta. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 74, n. 176, p. 1-24, jan./abr. 1993.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. Decifrando o recado do nome: uma escola em busca de sua identidade pedagógica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 74, n. 178, p.619-638, set./dez. 1993.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Portal MEC/História. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=2&Itemid=171](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=2&Itemid=171)> Acesso em 16/jun/2014.

MIRANDA, Marília Gouveia de. Pedagogia popular: uma proposta de intervenção na escola pública. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 66, n.153, p. 356-357, maio/ago. 1985.

MIRANDA, Marinalva Silva; SOLTAU, Samuel Bueno. Contribuições de um estágio coletivo no projeto “Conscientizar para a Vida”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 91, n. 228, p. 445-453, maio/ago. 2010.

MONROE, P. *História da Educação*. 6. Ed., São Paulo, Nacional, 1983.

MONTE, Nietta Lindenberg. Educação Indígena e bilingüismo: o caso do Acre. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 73, n. 173, p. 07-29, jan./abr. 1992.

MORAES, Ana Shirley de França. Alegria na escola do trabalhador: um modelo pedagógico que satisfaça ao trabalhador e lhe proporcione alegria no ato de aprender. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 78, n.188, 189, 190, p. 397-403, jan./dez. 1997.

MORAES, Euzi Rodrigues. A questão da alfabetização: uma década de estudos e pesquisas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 73, n. 175, p. 468-496, set./dez. 1992.

MORAES, R. Análise de conteúdo. *Educação*, Porto Alegre, v.22, n.37, p.7-32, 1999.

MORAES, Vera Regina Pires; OTT, Margot Bertoluci. A experiência na escola e na família: coerência ou contradição. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 69, n.161, p. 183-192, jan./abr. 1988.

MORAIS, Gizelda Santana; et all. Professores leigos X professores habilitados - impactos dos programas de habilitação sobre os alunos, a escola, a comunidade e os orçamentos municipais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 66, n.153, p. 359- 361, maio/ago. 1985.

MOYSÉS, Lucia Maria Moraes; et all. O cotidiano do livro didático na escola: as características do livro didático e dos alunos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 67, n.157, p. 657-658, set./dez. 1986.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Rupturas e permanências na busca de uma melhoria qualitativa: o ensino público no Distrito Federal (1979 - 1988). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 75, n.179, 180, 181, p. 64-88, jan./dez. 1994.

NOVAES, Maria Eliana. *Professora primária: mestra ou tia?* São Paulo: Cortez, 1984.

NOVENA, Nadia Patrícia. Representações sociais de jovens sobre a sexualidade – um estudo com alunos de educação básica em Recife - PE. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 89, n. 221, p. 162-181, jan./abr. 2008.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos *Educação & Sociedade*, ano XXI, no 12 73, Dezembro 2000 p.09-40. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4203.pdf>. Acesso em 13/abr/2015.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. *La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa*. Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

OLIVEIRA, Betty. Analisando o cotidiano da pratica educativa com alfabetizando adultos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 66, n.154, p. 401-415, set./dez. 1985.

OLIVEIRA, Renato José de. Análise epistemológica da visão de Ciência dos professores de Química e Física do município do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 72, n. 172, p.335-355, set./dez. 1991.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Formação de educadores para trabalhar com crianças de zero a seis anos de idade em creches e escolas de educação infantil - proposta fundamentada em uma concepção sociointeracionista do desenvolvimento humano. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 71, n.169, p.267-268, set./dez. 1991.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Disponível em: <http://www.onu.org.br/plataforma-online-do-atlas-brasil-2013-facilita-compreensao-do-desenvolvimento-humano-no-pais/>. Acesso em 22 set. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)*. Disponível em: <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/unesco/>. Acesso em 22 set. 2013.

OSOWSKI, Cecília; MARTINI, Jussara Gue. Ajuda ou trabalho? Experiências de alunos e alunas do ensino fundamental e suas relações com o Currículo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 78, n.188, 189, 190, p. 57-85, jan./dez. 1997.

OTT, Margot Bertoluci; et all. Profissionalização e cidadania: visão de mundo nas escolas técnicas industriais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 72, n. 176, p. 185-250, jan./abr. 1993.

PÁDUA, E. M. M. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico- prática*. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

PARAHYBA, Maria Isabel C. A. A integração escola-sociedade: efeitos sobre a desintegração entre objetivos e resultados do sistema de ensino. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, p. 461-464, maio/ago. 1984.



PASSOS, Elizete Silva. A educação das virgens: um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 75, n.179, 180, 181, p. 301-306, jan./dez. 1994.

PATTO, M. H. S. A Família Pobre e a Escola Pública: Anotações Sobre Um Desencontro. *Psicologia - USP*, São Paulo, v.3, n.1/2, p. 107 – 121, 1992.

\_\_\_\_\_. O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a Pesquisa em Educação. *Ciclo de Conferências sobre a Escola de Frankfurt*, Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Araraquara, 1990. *Perspectivas*, São Paulo, 16: 119 -141, 1993.

PENIN, S. *Cotidiano e Escola: a obra em construção*. São Paulo: Cortez, 1989.

PEREIRA, Fábio Hoffmann; CARVALHO, Marília Pinto de. Meninos e meninas num projeto de recuperação paralela. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 90, n. 226, p. 673-694, set./dez. 2009.

PICANÇO, Iracy Silva; et all. As escolas técnicas federais nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil: sua contribuição para a formação de uma qualidade da força de trabalho. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 72, n. 171, p. 207-208, maio/ago. 1991.

PILATI, Orlando. *Memórias Em Aberto*. Em *Aberto*, Brasília, v. 25, n. 87, p. 39-51, jan./jun. 2012.

PORTES, Écio Antônio. Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público: o caso da UFMG. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 87, n. 216, p. 220-235, maio/ago. 2006.

PUCCI, Bruno; et all. Escola pública e democratização do ensino no município de São Carlos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 69, n.162, p. 395-404, maio/ago. 1988.

RAMOS, Sílvia Gusmão; LIMA, Eliene Rodrigues de. O secundarista e o processo de escolha da profissão. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 77, n. 185, p. 191-219, jan./abr. 1996.

RANGEL, Mary. E continua o mundo encantado das cartilhas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 74, n. 178, p.639-654, set./dez. 1993.

\_\_\_\_\_. A imagem real e a imagem ideal do “Bom Aluno”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 77, n. 186, p. 282-303, maio/ago. 1996.

\_\_\_\_\_. Alfabetização e representações do cotidiano na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 73, n. 173, p. 188-192, jan./abr. 1992.

\_\_\_\_\_. O “problema” da “cola” sob a ótica das representações. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.82, n.200, 201, 202, p. 78-88, jan./dez. 2001.

RASCHE, Vânia Maria Moreira. O atendimento da criança de 05 e 07 anos em diferentes instituições pré-escolares. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 67, n.157, p. 658- 561, set./dez. 1986.

RBEP. Apresentação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília. 1998, p. 5

RBEP. Bibliografia de Anísio Teixeira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília. v. 82, n. 200/201/202, p. 207-242, jan./dez. 2001.

RBEP. Número Especial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília. 2012. p.321-322.

RBEP. Número Especial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília. 2012. p. 541-542.

RBEP. Editorial: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro: INEP, v. 1, n. 1, p. 5-6, julho, 1944.

RBEP. Editorial: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro: INEP, v.41, nº 86 de 1964.

RBEP. Editorial: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro: INEP, v.42, nº 87 de 1964.

RBEP. Editorial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 2005, p.05.

RBEP. Ficha Catalográfica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 95, n. 239, jan./abr. 2014.

RBEP. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em sete anos de atividades. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro: INEP v. 6, n. 16, p. 95-135, outubro/1945.

RBEP. Sumário. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 95, n. 239, jan./abr. 2014.

REALI, Aline M.; et all. “Qual a base de conhecimentos que meu aluno deve ter?": uma experiência de ensino e aprendizagem de construção de indicadores educacionais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 85, n.209, 210, 211, p. 67-84, jan./dez. 2004.

RESENDE, Marcia M. Spyer. O saber do aluno e o ensino de geografia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 67, n.156, p. 380-401, maio/ago. 1986.

RIBEIRO, Ormezinda Maria. Fiandeiras do cotidiano: um alinhavo de saberes pessoais e profissionais nas tramas da educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 89/n. 222, p. 259-272, maio/ago. 2008.

RIZZINI, Irma. Experiências escolares na Amazônia Imperial: queixas de pais e moradores na imprensa paraense (1876-1888). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 88, n. 220, p. 496-515, set./dez. 2007.

ROMANELLI, O. O. História da educação no Brasil. 13. Ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

ROSAS, P. A Psicologia na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, p. 314-336, maio./ago. 1984.

ROTHEN, José Carlos. Funcionário intelectual do Estado: um estudo de epistemologia política do Conselho Federal de Educação. 270 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, 2004.

\_\_\_\_\_. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: uma leitura da RBEP. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 86, n. 212, p. 189-224, jan./abr. 2005.p.190.

\_\_\_\_\_. O Inep na visão dos pesquisadores. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Rbep): espelho da ação do Inep*. INEP. Brasília, D.F, 2008.

SANFELICE, J. L. O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 542-557, maio/ago. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. <Acesso em 16/abril/2014>.

SANTAROSA, Lucila Maria Costi. Modalidades de feedback através de microcomputadores e seus efeitos na aprendizagem. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 66, n.153, p. 244-264, maio/ago. 1985.

SARMENTO, Walney Moraes. Educação formal em Salvador: um desencontro escola-comunidade. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 66, n.154, p. 539-541, set./dez. 1985.

SAUL, Ana Maria. Organização da escola para as camadas populares. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 68, n.158, p. 217-218, jan./abr. 1987.

SAAVEDRA, S. M. G. Passos e descompassos de uma instituição de pesquisa educacional no Brasil: a realidade do Inep. Brasília, 1988. 279 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília.

SAVIANI, D. A filosofia da educação no Brasil e sua veiculação pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, n. 150, p.273-290, jun./ago. 1984.

\_\_\_\_\_. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo, Cortez, 1983.

\_\_\_\_\_. Escola e Democracia. 34a. ed. Revisada. Campinas, SP: Autores Associados, 2001 a.

\_\_\_\_\_. História da educação e política educacional. In: SBHE (Org.), Educação no Brasil: história e historiografia. Campinas, Autores Associados, 2001b.

\_\_\_\_\_. O Inep, o diagnóstico da educação brasileira e a Rbep. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 93, n. 234, [número especial], p. 291-322, maio/ago. 2012.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. da. Tempos de Capanema. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar; PUCCI, Bruno. Ensino noturno: desconhecimento do trabalho e novos desafios. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 73, n. 173, p. 30-62, jan./abr. 1992.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. Participação na universidade: penetrando nos meandros do cotidiano. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 75, n.179, 180, 181, p. 132-156, jan./dez. 1994.

SIQUEIRA, Luana de Souza; ARAÚJO-JORGE, Tânia C. de. Prática docente e discente em cadernos de ciências: desenvolvimento metodológico para percepção dos diferentes registros do cotidiano escolar. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 89, n. 221, p. 47-71, jan./abr. 2008.

SILVA JÚNIOR, J. R. Histórico avaliativo do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unimep e proposta de metodologia para sistematização do seu projeto pedagógico. Piracicaba: Unimep, 1993.

SILVA, Carla C.B. da.; EMMEL, Maria Luisa G. Analisando habilidades envolvidas em brincadeiras com escolares. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 75, n.179, 180, 181, p. 306-314, jan./dez. 1994.

SILVA, Rose Neubauer da.; et all. Ensino Médio no Brasil: uma análise de melhores práticas e de políticas públicas. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 92, n. 230, p. 11-33, jan./abr. 2011.

SILVEIRA, A. L. C. A profissionalização ilusória das massas: o Reuni e a UFRRJ como exemplos. O Social em Questão - Ano XIV - nº 25/26 – 2011. p 303 – 322.

SILVIA, A. C. G. O espaço escolar na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1966). Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2009. 147f.

SIQUEIRA, Flávia Zanni. Psicanálise aplicada ao estudo do cotidiano escolar. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 92, n. 230, p. 187-199, jan./abr. 2011.

SOUSA, Antonio Ferreira de.; et all. As classes multisseriadas em escolas do meio rural do Piauí. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 67, n.155, p. 213-215, jan./abr. 1986.

SPINILLO, Alina Galvão; et all. “Para que serve ler e escrever?” O depoimento de alunos e professores. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 77, n. 187, p.477-496, set./dez. 1996.

STAKE, R. Estudo de caso em pesquisa educacional. Educação e Seleção. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n° 7, p. 5-14, jan./jun. 1983a.

\_\_\_\_\_. Pesquisa qualitativa/naturalista: problemas epistemológicos. Educação e Seleção, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n° 7, p. 19-27, jan./jun. 1983b.

STEYER, Vivian Edite. A produção textual em situação orientada e a noção de possível: considerações sobre a validade desta atividade. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 77, n. 187, p.443-476, set./dez. 1996.

TEIXEIRA, Anísio. A escola brasileira e a estabilidade social. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 65, n. 150, p. 384-405, maio/ago. 1984.

\_\_\_\_\_. A escola pública, universal e gratuita. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 71, n.167, p.69-92, jan./abr. 1990.

TERUYA, Teresa Kazuko; et all. Classes multisseriadas no Acre. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 94, n. 237, p. 564-584, maio/ago. 2013.

TORRES, S. R. Reuniões pedagógicas: espaço de encontro entre coordenadores e professores ou exigência burocrática? In: ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. S. (Org.). O coordenador pedagógico e o espaço de mudança. São Paulo: Loyola, 2001. p. 45-51.

TURA, Maria de Lourdes Rangel; MARCONDES, Maria Inês. Heterogeneidade, ciclos e a prática pedagógica. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 89, n. 222, p. 242-258, maio/ago. 2008.

VALENTE, Edna Fátima Barros. Os filhos pródigos da educação pública: um estudo sobre os evadidos da escola pública num bairro periférico do município de Santarém. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 72, n. 172, p.385-400, set./dez 1991.

VALIO, Else Benetti Marques; et all. Dinamização de bibliotecas escolares a partir de núcleos de leitura recreativa em escolas de 1º grau da rede oficial de ensino da cidade de Campinas. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 65, n. 151, p. 703-710, set./dez. 1984.

VARANI, Adriana; SILVA Daiana Cristina. A relação família-escola: implicações no desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 91, n. 229, p. 511-527, set./dez. 2010.

VIDAL, Diana Gonçalves. Ensaio para a construção de uma ciência pedagógica brasileira: o Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 77, n. 185, p. 239-258, jan./abr. 1996.

VIDAL, Diana Gonçalves; CAMARGO, Marilena Aparecida Jorge Guedes de. A Imprensa Periódica Especializada e a Pesquisa Histórica: Estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 73, n. 175, p.407-430, set/dez. 1992.

WARDE, Miriam Jorge. A formação do professor das quatro primeiras séries do 1º grau: sua evolução histórica e articulações com as mudanças ocorridas na escola elementar. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 149, p. 191-193, jan./abr. 1984.

WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. Ao estado da arte em política e gestão da educação no Brasil. Brasília, DF: ANPAE, 1999.

WROBEL, Vera; LOVISOLO, Hugo. Razões, estilos e classificações no ensino de 1º grau. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 66, n.153, p.229-243, maio/ago. 1985.

ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. Gênero e educação pública: uma comparação entre o CIEP e a Escola Comum. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 78, n.188, 189, 190, p. 157-194, jan./dez. 1997.

ZANDAVALLI, Carla Busato; PEDROSA, Dirceu Martins. Implantação e implementação do Proinfo no município de Bataguassu, Mato do Grosso do Sul: o olhar dos profissionais da educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 95, n. 240, p. 385-413, maio/ago. 2014.

ZAMBERLAN, Maria Aparecida Trevisan. Ambientes de desenvolvimento de crianças pré-escolares. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 75, n.179, 180, 181, p. 301-371, jan./dez. 1993.

ZIBAS, Dagmar M.L. O perfil sociocultural de alunos trabalhadores do ensino noturno de 2º grau através da análise de seu cotidiano *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 71, n.168, p. 181-183, maio/ago.1990.

\_\_\_\_\_. Perfil sociocultural de alunos trabalhadores do curso noturno de 2º grau através da análise de seu cotidiano. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 74, n. 176, p. 185-250, jan./abr. 1993.

ZILBERMAN, Regina; et all. A literatura infantil na pré-escola. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 74, n. 177, p.437-463, maio/ago. 1993.

ZILBERMAN, Regina et all. Diagnostico da situação do ensino de literatura no 1º e 2º graus em escolas de Porto Alegre. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 151, p. 700-702, set./dez. 1984.

ZLUHAN, Mara Regina; RAITZ, Tânia Regina. A educação em direitos humanos para amenizar os conflitos no cotidiano das escolas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 95, n. 239, p. 31-54, jan./abr. 2014.

## APÊNDICE

Produções que tratam do cotidiano escolar na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos no período de 1984 a 2014.

Ano	Volume/Número	Título
1984	v. 65/n. 149	A formação do professor das quatro primeiras séries do 1º grau: sua evolução histórica e articulações com as mudanças ocorridas na escola elementar
1984	v. 65/n. 150	A integração escola-sociedade: efeitos sobre a desintegração entre objetivos e resultados do sistema de ensino
1984	v. 65/n. 151	Dinamização de bibliotecas escolares a partir de núcleos de leitura recreativa em escolas de 1º grau da rede oficial de ensino da cidade de Campinas.
1985	v. 66/n.153	Pedagogia popular: uma proposta de intervenção na escola pública
1985	v. 66/n.153	Professores leigos X professores habilitados - impactos dos programas de habilitação sobre os alunos, a escola, a comunidade e os orçamentos municipais.
1985	v. 66/n.153	Razões, estilos e classificações no ensino de 1º grau.
1985	v. 66/n.154	O papel do professor e sua construção no cotidiano escolar - um estudo sobre o professor de 2º grau no Rio de Janeiro.
1985	v. 66/n.154	Analisando o cotidiano da prática educativa com alfabetizando adultos.
1985	v. 66/n.154	Educação formal em Salvador: um desencontro escola-comunidade.
1986	v. 67/n.157	O cotidiano do livro didático na escola: as características do livro didático e dos alunos
1986	v. 67/n.157	O atendimento da criança de 05 e 07 anos em diferentes instituições pré-escolares
1986	v. 67/n.157	Estudo de caso de alunos de classes de alfabetização que apresentam dificuldades de aprendizagem de leitura e/ou de adaptação à vida escolar
1986	v. 67/n.157	Proporcionalidade na educação científica e matemática; desenvolvimento cognitivo e aprendizagem.
1987	v. 68/n.158	Um mergulho na alfabetização ou: Há muito o que revelar sobre o Cotidiano da Escola.
1988	v. 69/n.161	A experiência na escola e na família: coerência ou contradição.



1988	v. 69/n.162	Escola pública e democratização do ensino no município de São Carlos.
1988	v. 69/n.162	A escola pública: desestímulo ou desafio.
1989	v. 70/n.164	Instituto de educação - uma prática pedagógica inovadora.
1989	v. 70/n.165	Melhoria da qualidade do ensino: o desafio da formação de professores em serviço.
1989	v. 70/n.165	O cotidiano da escola normal e a construção de um novo saber e um novo fazer didático
1989	v. 70/n.166	Alfabetização e linguagem.
1989	v. 70/n.166	A prática pedagógica na escola pública de periferia: um estudo sobre as possibilidades de aprendizagem nas séries iniciais
1990	v. 71/n.167	Estilos de desempenho de professoras da 1ª série e seus efeitos sobre a aprendizagem da leitura
1990	v. 71/n.168	A escola pública: desestímulo ou desafio? (Um estudo do cotidiano escolar e da Representação dos Docentes)
1990	v. 71/n.168	O perfil sociocultural de alunos trabalhadores do ensino noturno de 2º grau através da análise de seu cotidiano
1991	v. 71/n.169	Formação de educadores para trabalhar com crianças de zero a seis anos de idade em creches e escolas de educação infantil - proposta fundamentada em uma concepção sociointeracionista do desenvolvimento humano.
1991	v. 72/n. 172	Análise epistemológica da visão de Ciência dos professores de Química e Física do município do Rio de Janeiro.
1991	v. 72/n. 172	Os filhos pródigos da educação pública: um estudo sobre os evadidos da escola pública num bairro periférico do município de Santarém.
1992	v. 73/n. 173	Ensino noturno: desconhecimento do trabalho e novos desafios
1992	v. 73/n. 173	Trabalhadores sem trabalho e seus professores: um desafio à formação docente.
1992	v. 73/n. 173	Alfabetização e representações do cotidiano na cidade do Rio de Janeiro
1992	v. 73/n. 174	Fracasso escolar: imagens de explicações populares sobre "Dificuldades Educacionais" entre jovens das áreas rural e urbana do estado do Rio de Janeiro
1992	v. 73/n. 175	Qual a escola que interessa às camadas populares? Estudo de uma experiência no bairro do Bengui, em

Belém-PA.		
1992	v. 73/n. 175	A escola de 1º grau noturno e o compromisso com o aluno trabalhador
1993	v. 74/n. 176	Perfil sociocultural de alunos trabalhadores do curso noturno de 2º grau através da análise de seu cotidiano
1993	v. 74/n. 177	A literatura infantil na pré-escola
1993	v. 74/n. 178	E continua o mundo encantado das cartilhas.
1994	v.75/n.179,180, 181	Teoria e prática de professores considerados construtivistas.
1994	v. 75/n.179,180, 181	O Ensino de História na Escola Técnica: Teoria e Prática
1994	v. 75/n.179,180, 181	A educação das virgens: um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês
1994	v.75/n.179,180, 181	Computadores na escola: premissas docentes e institucionais em Campo Grande-MS.
1994	v.75/n.179,180, 181	Analisando habilidades envolvidas em brincadeiras com escolares
1995	v.76/n. 182,183	Gestão compartilhada da educação: a experiência catarinense.
1996	v. 77/n. 186	Êxito escolar: as regras da interação na sala de aula.
1996	v. 77/n. 186	A imagem real e a imagem ideal do “Bom Aluno”.
1996	v. 77/n. 187	A produção textual em situação orientada e a noção de possível: considerações sobre a validade desta atividade.
1997	v.78/n.188,189, 190	Moralidade, ética, autonomia e educação.
1997	v. 78/n.188,189, 190	Alegria na escola do trabalhador: um modelo pedagógico que satisfaça ao trabalhador e lhe proporcione alegria no ato de aprender
1997	v.78/n.188,189, 190	Ajuda ou trabalho? Experiências de alunos e alunas do ensino fundamental e suas relações com o Currículo.
1997	v. 78/n.188,189, 190	Gênero e educação pública: uma comparação entre o CIEP e a Escola Comum.
2001	v.82/n.200,201, 202	O “problema” da “cola” sob a ótica das representações
2004	v. 85/n.209,210,	“Qual a base de conhecimentos que meu aluno deve

	211	ter?": uma experiência de ensino e aprendizagem de construção de indicadores educacionais.
2005	v. 86/n.213, 214	Inclusão: a expectativa do professor quanto ao desempenho acadêmico do aluno surdo.
2006	v. 87/n. 216	Processo de construção de normas na escola e formação para a cidadania.
2006	v. 87/n. 216	Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público: o caso da UFMG.
2006	v. 87/n. 216	Representações de professores sobre o cotidiano escolar.
2007	v. 88/n. 220	Experiências escolares na Amazônia Imperial: queixas de pais e moradores na imprensa paraense (1876-1888).
2008	v. 89/n. 221	Prática docente e discente em cadernos de ciências: desenvolvimento metodológico para percepção dos diferentes registros do cotidiano escolar
2008	v. 89/n. 222	Heterogeneidade, ciclos e a prática pedagógica.
2008	v. 89/n. 222	Fiandeiras do cotidiano: um alinhavo de saberes pessoais e profissionais nas tramas da educação.
2009	v. 90/n. 226	Representações sociais da avaliação da aprendizagem em professores do ensino público fundamental de Niterói.
2009	v. 90/n. 226	Meninos e meninas num projeto de recuperação paralela.
2009	v. 89/n. 226	Os professores do sexo masculino no ensino "primário": um corpo estranho no cotidiano das escolas públicas do Rio de Janeiro (Brasil) e de Aveiro (Portugal).
2010	v. 91/n. 229	A relação família-escola: implicações no desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.
2011	v. 92/n. 230	Ensino Médio no Brasil: uma análise de melhores práticas e de políticas públicas
2013	v. 94/n. 237	Classes multisseriadas no Acre.
2014	v. 95/n. 239	A educação em direitos humanos para amenizar os conflitos no cotidiano das escolas.
2014	v. 95/n. 240	Implantação e implementação do Proinfo no município de Bataguassu, Mato do Grosso do Sul: o olhar dos

		profissionais da educação.
2014	v. 95/n. 240	Dinâmicas de grupo orientadas pelas atividades de estudo: desenvolvimento de habilidades e competências na educação profissional
2014	v. 95/n. 240	Escola de tempo integral e ludicidade: os pontos de vista de alunos do 1º ano do ensino fundamental.

Fonte: Base nos dados coletados na RBEP.